

REORDENAÇÃO ESPACIAL E EVOLUÇÃO DA ECONOMIA AGRÁRIA: O CASO DAS TERRAS ALTAS DA TRANSIÇÃO AGRESTE-MATA DO NORTE DE PERNAMBUCO*

*José Grabois**
Mauro José da Silva***
Caio Augusto Amorim Maciel****



FOTO 1

Ruínas do antigo Engenho Condado tomadas por imbaúbas e pelo bananal. Detalhe da boca da antiga fornalha.

* Recebido para publicação em 11 de março de 1992.

** Coordenador da pesquisa. Professor do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.

*** Mestrandos em Geografia da UFPE, bolsistas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

Queremos registrar os nossos agradecimentos ao Professor Orlando Valverde, amigo de sempre, pela colaboração valiosa que nos prestou em vários momentos da pesquisa.

Fica também o nosso muito obrigado aos amigos que encontramos ao longo da nossa rica experiência acadêmica e humana, especialmente em São Vicente Férrer, e tão bem representados pelo Prefeito Honorato Leitão de Melo Jr. e pela Secretária Municipal de Educação, Profª. Eufícia Maranhão do Egito. Consideramos que sem o seu apoio dificilmente conseguiríamos realizar nosso trabalho.

INTRODUÇÃO

A pesquisa objetivou estudar, na área em apreço e na atual conjuntura de crise, a interação da grande lavoura canavieira com as demais atividades agrárias como a cultura da banana, a pecuária, a viticultura e a produção de alimentos de um modo geral e como se relacionam entre si estas últimas. Tentou-se com isto compreender que tipo de mudança se esboça no conjunto dessas atividades, se conjuntural ou não, e como está afetando as relações de trabalho, a estrutura fundiária e os sistemas agrícolas vigentes.

A relevância do tema prende-se não só à originalidade da área, uma complexa transição Agreste-Mata alterada pela existência de um brejo, mas também pelo momento desfavorável por que passa o Programa Nacional do Alcool - PROÁLCOOL.

Acredita-se ser este trabalho uma contribuição ao conhecimento da realidade agrária nordestina, permitindo generalizações mais seguras: entre outras coisas pensa-se

que o detalhamento - trata-se de uma área relativamente pequena - contribuiu para uma melhor compreensão não só da definição e das relações entre espaços maiores como a Mata e o Agreste, mas também e principalmente da dinâmica própria dos brejos. Neste contexto é que se pôde correlacionar certas especificidades da área em estudo com o conjunto maior a respeito da evolução da produção e das conseqüentes reordenações espaciais às quais se dedicou particular atenção.

Buscou-se, na primeira parte do trabalho, a definição dos diferentes subespaços e a caracterização das Terras Altas como um palco de múltiplos cenários onde se exprime uma realidade bastante rica, objetivando uma percepção mais sólida das sucessivas mudanças ao longo de sua história.

A segunda parte, tendo em vista fundamentar a análise das formas atuais deste espaço agrário, objetivou o entendimento das várias etapas de sua evolução econômica vista através da sucessão das diversas culturas que, coexistindo ou não, deram especificidade aos diferentes momentos e espaços em que alcançaram maior significação.

PRIMEIRA PARTE

AS TERRAS ALTAS DA TRANSIÇÃO AGRESTE-MATA DO NORTE DE PERNAMBUCO: CARACTERIZAÇÃO, DELIMITAÇÃO E SUBDIVISÕES



FOTO 2

Relevo dissecado das Terras Altas na sua Área Nuclear (ao fundo e à esquerda) e na passagem para o Setor Meridional da Faixa de Transição (ao centro e à direita). Foto tomada nas terras do Engenho Patos nas proximidades da vila de Siriji, Município de São Vicente Férrer.

A área em estudo localiza-se no extremo noroeste da Mata Norte de Pernambuco, já na sua passagem para o Agreste. Assim, fica estabelecida uma transição complexa entre três espaços com características fisiográficas, ecológicas e de ocupação muito próprias: a Mata, domínio da cana-de-açúcar, o Agreste com a pecuária, e o Brejo. Este último, outrora um brejo cafeeiro e hoje marcado principalmente pela grande lavoura da banana, mostra ainda traços nítidos da presença da pequena produção.

Os municípios que integram este conjunto são: Machados e São Vicente Férrer a oeste, Timbaúba ao norte, Macaparana a noroeste, Vicência ao sul e Bom Jardim a sudoeste. Contam-se, também, pequenos trechos dos Municípios de Aliança a leste, Buenos Aires ao sul e Orobó a oeste, não se podendo deixar de lado o Município de Natuba no estado vizinho da Paraíba (Mapa 1).

Conforme os resultados do Recenseamento Geral de 1980 feito pelo IBGE¹, a população deste conjunto é predominantemente rural, oscilando suas percentagens em torno de valores altos, desde 86% em Orobó até 65% em Macaparana. Constitui Timbaúba (37%) uma exceção em face da maior importância da cidade, expressivo centro sub-regional. Os municípios de influência agrestina apresentam as maiores proporções de população rural, enquanto que em São Vicente Férrer e nos municípios mais ligados à cana-de-açúcar estas percentagens são um pouco menores (em torno de 70%) por conta do maior esvaziamento do campo e da aglomeração da população na periferia das cidades.

A composição etária da população revela uma situação típica de subdesenvolvimento com forte concentração nas faixas até 20 anos que representam sempre mais de 50% do total. Caso fosse construída, a pirâmide de população revelaria para o conjunto, além da base larga, um ápice pouco pronunciado, já que a população com idade superior a 60 anos fica em torno de 8% do total. Os lados dessa pirâmide seriam côncavos, decorrendo tal conformação não só da mortalidade ainda alta

mas também das migrações, fenômeno muito presente na área. O pequeno crescimento demográfico registrado entre 1970 e 1980 (de 8 a 12% no decênio), ficando alguns municípios praticamente estagnados, revela a importância que assumem as migrações, já que, na melhor das hipóteses, tal crescimento representa a metade da taxa brasileira.

A composição profissional é compatível com este quadro, havendo amplo predomínio da mão-de-obra empregada na agricultura sobre as demais atividades. Este setor absorve em torno de 70% da população economicamente ativa desses municípios, com exceção de Timbaúba, onde o percentual é de apenas 38%.

É uma população que apresenta elevada taxa de analfabetismo, em torno de 50% (considerando-se a população com idade igual e superior a 5 anos).

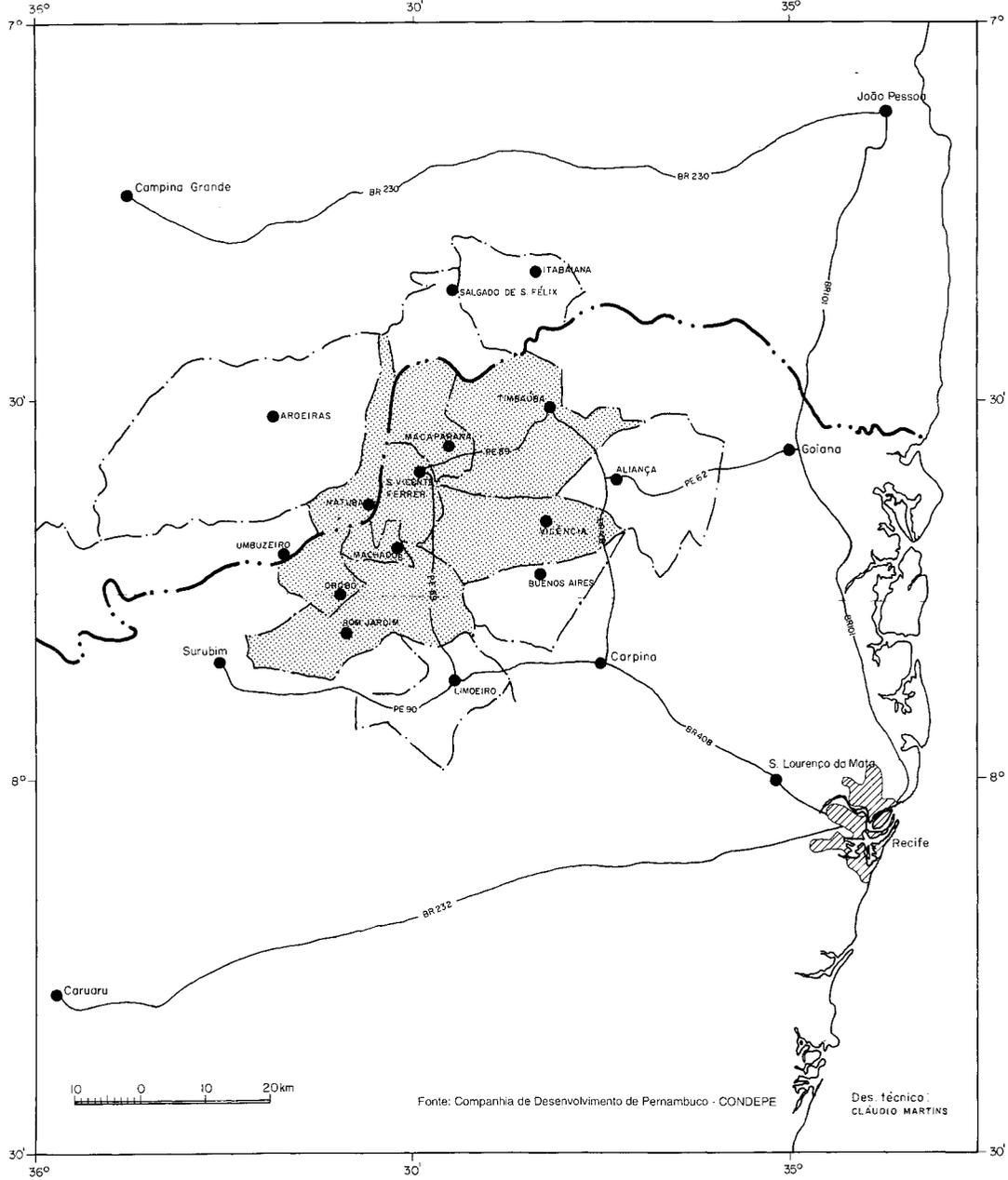
Forma-se um quadro bastante complexo, cujo traço marcante é dado pela serra do Mascarenhas, um brejo que altera as condições da citada transição. Na verdade não se trata apenas desta serra, mas sim de um conjunto de cristas e vales paralelos, marcado por forte tectonismo e dissecação do relevo do qual fazem parte outras projeções da Borborema para leste, mais rebaixadas, dispostas na mesma direção do alinhamento principal, tanto ao norte quanto ao sul. Tais elevações ainda que confirmam uma certa feição de brejo às terras circunvizinhas não o fazem de modo tão evidente quanto o eixo principal.

O caráter deste brejo pode ser entendido como o resultado "da interiorização das influências costeiras orientais: do fluxo horizontal, advectivo, dos aliseos "refrescados" pelas descargas da Frente Polar Atlântica - FPA.

O alcance imediato dessas influências, canalizadas, inclusive, pelas calhas dos baixos cursos fluviais, delimita o contorno no interior, muito festonado, da zona da mata. Interceptado o fluxo, afinal, pelas escarpas do 'planalto da Borborema', a massa de ar advectiva é forçada a se elevar, resfria-se adiabaticamente e acentua efeito de condensação e precipitações

¹ Censo Demográfico, 1980. Estado de Pernambuco, Rio de Janeiro, IBGE.

MAPA 1 LOCALIZAÇÃO DA ÁREA EM ESTUDO E DIVISÃO MUNICIPAL



Fonte: Companhia de Desenvolvimento de Pernambuco - CONDEPE

Des. técnico:
CLÁUDIO MARTINS

CONVENÇÕES

- Limite municipal
- Limite estadual
- Principais estradas asfaltadas, Federais e Estaduais
- ▨ Municípios das Terras Altas da Transição Agreste - Mata do Norte de Pernambuco.

(efeitosdebarlavento). Comoque se estabelecem a sotavento, bruscamente, contrastes com o agreste subúmido e mesmo semi-árido".²

Essas características, aliadas à sua localização, nos levaram a denominar a área em estudo de Terras Altas da Transição Agreste-Mata do Norte de Pernambuco a qual denominaremos, doravante, com o sentido de facilitar a leitura, de Terras Altas.

Os terrenos que constituem as Terras Altas são antigos, do Pré-Cambriano, e mostram, como reflexo do predomínio do clima úmido, decomposição generalizada das rochas, o que não exclui a existência de alguns afloramentos importantes. O alinhamento principal, com uma altitude em torno de 600 m (superfície Borborema), se estende, a grosso modo, na direção oeste/leste, até as proximidades de Aliança, perpendicularmente a outro grande alinhamento - a serra do Pirauá - que serve de limite entre os Estados da Paraíba e Pernambuco. A altitude declina para leste mais fortemente a partir do pico do Jundiá, já com 485 m. O extremo ocidental do Mascarenhas forma no estado vizinho, na parte sul do município do mesmo nome, o Brejo de Natuba (Mapa 2).

A área é cortada ao norte pelo rio Capibaribe-Mirim e ao sul pelo Siriji, que representam cunhas de penetração das influências da Zona da Mata Norte. Seus vales são, ao mesmo tempo, exemplos didáticos da forte influência tectônica aí presente: amplos, não são compatíveis com o poder erosivo de rios com descarga tão reduzida.

Em face da diversidade do relevo e da distância da costa, é válido pensar que o clima dominante - AS' de Köppen, quente e com chuvas de outono/inverno - vai apresentar variações. Assim, por exemplo, na área do Brejo pode-se supor uma amenização das temperaturas e uma acentuação das precipitações. Isto contrasta com o extremo ocidental da Zona da Mata, onde Aliança - mais

longe que Goiana e de menor altitude que São Vicente Férrer - apresenta um total anual de 724,6 milímetros³. Dados colhidos pela EMATER local, no curto período de 4 anos, permitem apenas a indicação de precipitações maiores em São Vicente Férrer, em torno de 1 200 mm anuais.

Segundo Dárdano de A. Lima⁴, existem na área três tipos distintos de formações vegetais: a mata tropical subperenifólia (mata seca), o agreste e a mata tropical perenifólia (mata úmida), esta ligada à existência de alinhamentos, como a serra do Mascarenhas, onde se realiza uma condição de brejo. Da mata seca que predomina nas terras mais baixas, até 300 m, passa-se, de modo gradual para ocidente, ao agreste de mata; diversamente, nas áreas dos alinhamentos, ela cede lugar, também de leste para oeste, à mata úmida.

Ainda conforme o autor citado, em comparação com a mata úmida, a floresta subperenifólia mostra uma maior densidade de indivíduos de porte arbóreo que, no entanto, têm menor altura e diâmetro. De acordo com Orlando Valverde, "situada numa região em que as estiagens já são mais rigorosas, cerca de 70 a 80% das espécies arbóreas perdem suas folhas"⁵.

Conforme as idéias dos Professores Azis Nacib Ab'Sáber e Orlando Valverde, registradas no trabalho "O Brejo de Natuba: estudo da organização de um espaço periférico"⁶, pode-se dizer que a vegetação original do Mascarenhas era uma mata bastante densa, mata atlântica de região serrana com todas as características de mata tropical. Mais do que a chuva é a umidade, preservada em todos os recantos das vertentes e das serranias regionais, que força a existência de um ambiente tropical, úmido e suficiente para manter uma floresta do tipo *Rain Forest*, em que o pluvial é menos importante do que a umidade. É, assim, uma mata de nevoeiro, um *nebelwald* no dizer dos geógrafos alemães. Coerente-

² Andrade, G. O.; Lins, R. C. *Introdução à morfoclimatologia do nordeste do Brasil*. SUDENE, 1963.

³ Andrade, M. C. *O vale do Siriji*. Separata da *Revista do Museu do Açúcar*, 1971.

⁴ Lima, D. A. *Estudos fitogeográficos de Pernambuco*. Instituto de Pesquisas Agronômicas, 2, 1957.

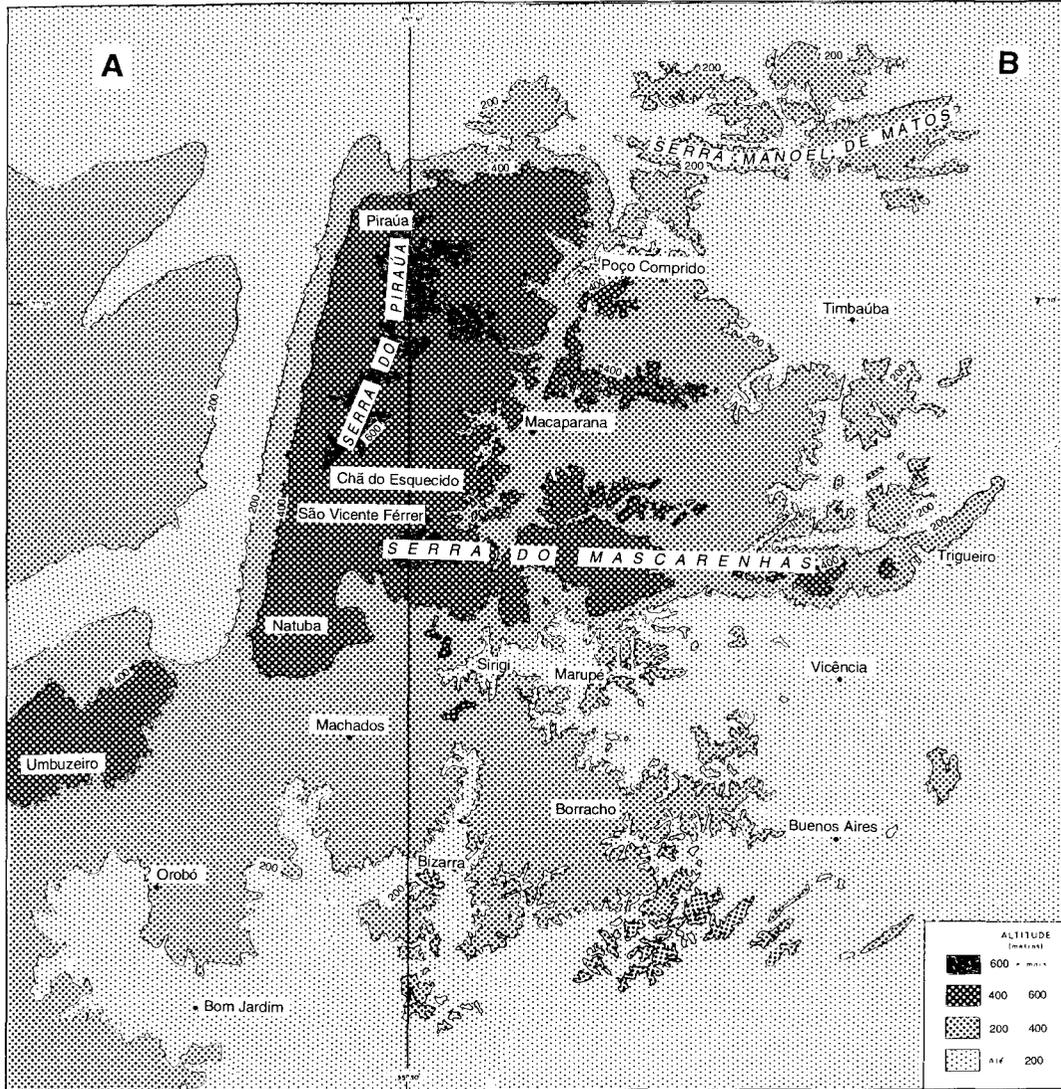
⁵ Valverde, O. O noroeste da mata pernambucana (A região de Timbaúba). *Boletim Carioca de Geografia*, 1961.

⁶ Grabojs, J.; Silva, M. J. O brejo de Natuba: estudo da organização de um espaço periférico. *Revista Brasileira de Geografia*, 53 (2), abr./jun. 1990.

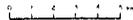
MAPA 2

TERRAS ALTAS DA TRANSIÇÃO AGRESTE-MATA DO NORTE DE PERNAMBUCO

HIPSOMETRIA



FONTE: Mapa de estado de Paraíba, Escala 1: 500 000, IBGE, 1970.
 Carta Topográfica Folhas Limoeiro e Sapé, SUDENE 1974.
 Carta Imagem de RADAR: Folha Surubim, Escala 1: 100 000 - SUDENE, 1984.



Des. Rev. B. Brindley
 Engenharia

A - Trabalho na Escala 1: 500 000
 B - Trabalho na Escala 1: 100 000

mente com estas condições prevalecem os solos profundos, podzólicos e latossolos.

De um modo geral pode-se subdividir a área em dois grandes espaços: a Área Nuclear, a que também chamamos Brejo de São Vicente, onde as feições de brejo se apresentam mais acentuadas e que se acha envolvida em todo o seu perímetro por um cinturão de largura variável que denominamos Faixa ou Anel de Transição Complexa. Esta última constitui um espaço bastante diversificado porque aí se projetam, além das características da Área Nuclear, as influências das terras vizinhas do Agreste e da Mata. Isto nos levou a considerar três setores diferenciados aos quais chamamos de Setor Canavieiro, Setor Meridional e Setor Ocidental (Mapa 3).

A Área Nuclear é um significativo conjunto de grandes colinas cujas vertentes de fortes declividades relacionam-se com vales estreitos de inexpressivas várzeas, evidenciando, além do tectonismo, uma forte dissecação do relevo ligada, neste ambiente de clima úmido, a uma densa rede de drenagem.

É aí que permanecem os resíduos mais importantes da cobertura vegetal. Antes relativamente menos afetada pelos cafezais sombreados, a floresta cede lugar hoje, na maior

parte, aos imensos bananais que aí têm se expandido nas últimas duas décadas, constituindo, juntamente com os restos da mata, o traço fundamental desta paisagem. Refletindo uma expansão muito ligada à grande lavoura, os bananais, cuja característica essencial é dada por sua forte continuidade, ocupam indistintamente todos os espaços: os fundos de vales, as encostas e os topos. Deixam alguns pontos altos à mata, numa convivência marcada pelo contínuo recuo desta última.

É também exemplo didático da vinculação da problemática social à ecológica o fato de que nem mesmo a "Mata do Estado", criada no governo Agamenon Magalhães, está sendo poupada. Esta importante reserva florestal de 600 ha, contendo 32 nascentes e localizada nos topos mais elevados da Área Nuclear onde a lavoura do café não chegou, está sendo destruída por posseiros. São cerca de 15 famílias que habitam em casas muito precárias, de taipa e cobertura de palha, localizadas em trechos da sua borda, onde também estão os roçados.

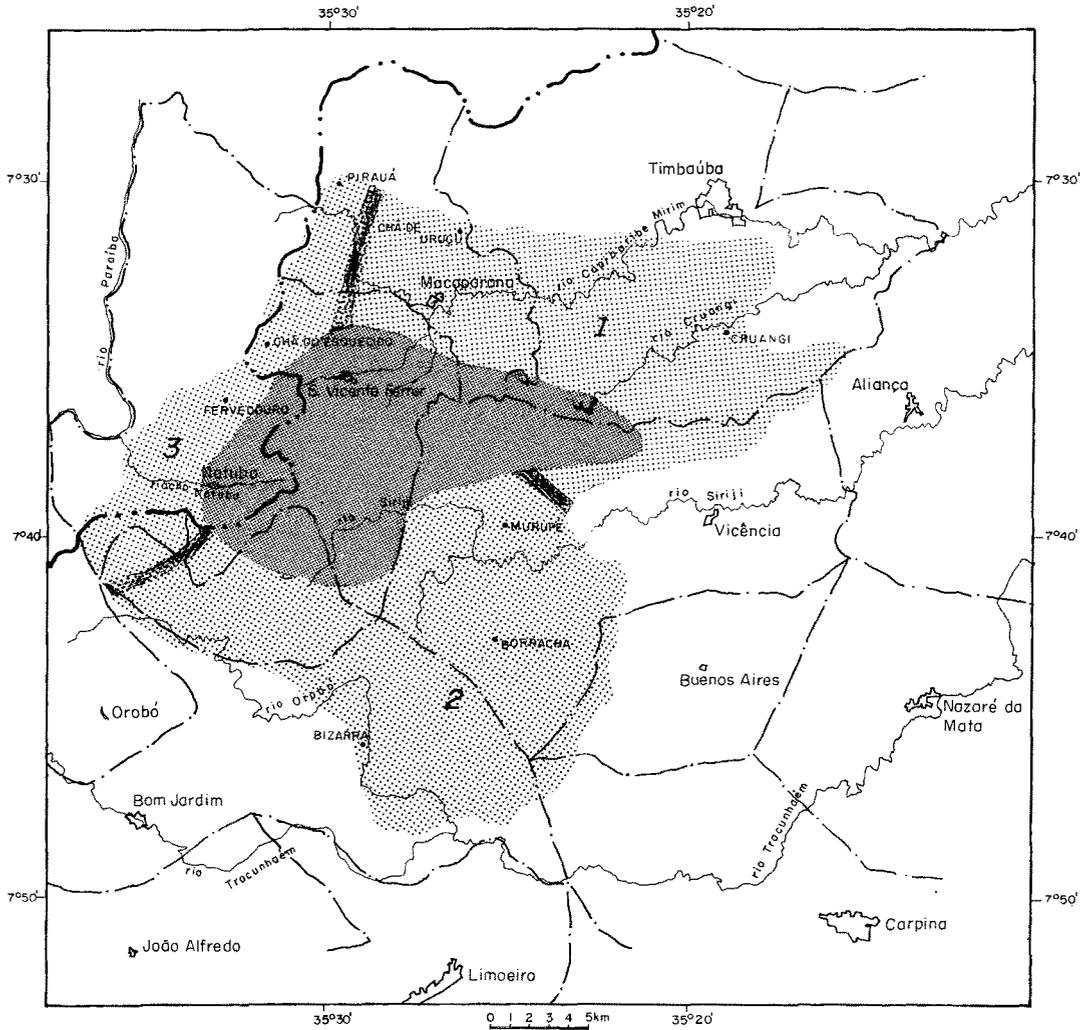
Significativamente chamado outrora de Brejo de São Vicente, dos municípios mencionados é o de São Vicente Férrer o que mais se identifica com a Área Nuclear, tendo aí a quase totalidade de suas terras. Não é por



FOTO 3

Grandes colinas ocupadas quase que continuamente por extensos bananais e às vezes por expressivos restos de mata, como é o caso da Fazenda Oito Porcos (São Vicente Férrer), caracterizam a paisagem da Área Nuclear.

MAPA 3
TERRAS ALTAS DA TRANSIÇÃO AGRESTE-MATA DO NORTE
DE PERNAMBUCO - DELIMITAÇÃO E SUBDIVISÃO



Convenções

- Limite estadual
- - - Limite municipal
- ~ Rios principais
- ⊕ Cidades

- Área Nuclear
- ▨ Faixa de Transição Complexa

- 1 - Setor Canavieiro
- 2 - Setor Meridional
- 3 - Setor Ocidental

FONTES: SUDENE, CONDEPE e DNER.

Des. técnico:
Cláudio Martins

acaso que se pode considerá-lo como centro irradiador da cultura da banana (Mapa 3).

O povoamento, ligado em grande parte às fazendas de café e seus inúmeros "sítios" de moradores, resultou numa forte densidade demográfica na Área Nuclear. Entretanto, da mesma forma que no Anel, ocorre aqui uma certa redução desta densidade, sem que se tenha formado um vazio, com a saída progressiva de moradores, bem como de pequenos proprietários. Ao fenômeno da fragmentação das antigas fazendas com a formação de médias e pequenas propriedades, sucedeu-se o da reconcentração de terras apoiada na valorização da cultura da banana. Possui ainda, porém, áreas que formam espécies de "ilhas" de maior densidade correspondentes a locais ocupados por pequenos proprietários, como Mirim, Siriji, Mata Limpa e Macambira, entre outros.

O habitat é disperso e mais próximo de um padrão *Coup de Plomb*, se bem que de maneira não tão característica como nas terras da Faixa de Transição Complexa. Esta forma é um pouco perturbada na Área Nuclear, tendo em vista a topografia. A forte dissecação do relevo, traduzida nos vales de paredes íngremes e raras várzeas, produz uma certa orientação, com algo de linear, na disposição do habitat segundo os vales, nas suas médias e baixas encostas, ficando rarefeitas as áreas mais altas das colinas. No entanto, o povoamento não se fez exclusivamente pelos vales, havendo um número relativamente grande de pequenas chãs que concentram algumas habitações.

Além das inúmeras casas de pequenos proprietários e moradores, quase todas de dimensões reduzidas, se bem que de alvenaria e telhas, deve-se considerar as sedes dos antigos engenhos ou fazendas. Habitações maiores e bem próximas, freqüentemente distando entre si um ou dois quilômetros, lembram o passado econômico da região, seja através dos terreiros de secagem de café, hoje sem função, seja, com menos freqüência porém, pelos restos de construções de antigos engenhos. Sedes típicas de Brejo, na sua grande maioria, não têm a imponência das "casas grandes" da Zona da Mata que são, além disso, muito mais distantes entre si, revelando propriedades maiores.

A cidade da Área Nuclear é São Vicente Férrer. Com um sítio tipicamente de fundo de vale, estendeu-se de forma linear ao longo do Capibaribe-Mirim, especialmente pela sua

margem direita. Ai estão os setores da classe média local, todo o comércio mais importante, a Igreja Matriz, a Prefeitura, o posto de saúde, os bancos, o mercado público, antigo armazém do IBC, etc. Nas terras da margem esquerda, de ocupação mais recente, instalaram-se bairros tipicamente proletários, destacando-se o do Recreio, uma periferia urbana que galga considerável espaço numa encosta muito íngreme. Isto não quer dizer que na vertente oposta inexistam trechos de ruas ou até mesmo pequenos bairros como o da "Caixa d'Água", de população também proletária.



FOTO 4

São Vicente Férrer é a cidade da Área Nuclear. Com sítio tipicamente de fundo de vale, estende-se ao longo do Capibaribe-Mirim, galgando, porém, porções expressivas das encostas onde se organizam as "pontas de rua". O grande alinhamento da serra do Mascarenhas, o tipo de tempo chuvoso (maio de 1990) com predomínio de chuvas finas e forte nebulosidade, os restos da mata no topo das elevações e as culturas feitas em grandes parcelas compõem um quadro muito específico de brejo na sua Área Nuclear.

Típica cidade de brejo, é um centro local pouco dinâmico, de prestação de serviços para uma densa população rural, estando subordinado a Timbaúba que polariza também Macaparana, cidade vizinha localizada no Setor Canavieiro do Anel, maior e mais ativa que São Vicente.

Nas terras da Faixa de Transição Complexa, as altitudes vão se tornando gradualmente menores (com cotas entre 400 e 200 m) e a topografia menos acidentada. No geral a declividade é menos acentuada. A menor dissecação do relevo reflete-se nos vales cada vez mais amplos, com várzeas mais significativas. Estas terras que contornam a Área Nuclear não se apresentam de forma homogênea, refletindo influências dos diferentes espaços vizinhos. Sua tônica é dada pela expansão da grande lavoura, cuja manifestação espacial se cristaliza numa morfologia agrária que tem como traço dominante grandes parcelas de canaviais, bananais e pastagens. Conforma-se, assim, uma "colcha de grandes retalhos",

contrastando com a continuidade e predomínio quase absoluto dos bananais da Área Nuclear.

O Setor Canavieiro da Faixa de Transição Complexa domina toda parte norte das Terras Altas, contorna seu extremo leste e congrega ainda parcela importante de terras ao infletir para o sul, onde confronta com o Setor Meridional. Caracteriza-se pelo franco predomínio dos canaviais ligados às usinas Nossa Senhora de Lourdes, Cruangi, Aliança, Barra, Laranjeiras e Olho-d'Água, esta um pouco mais distante.

Do centro para a periferia, isto é, a partir do limite interno do Anel, verifica-se, pela maior proximidade do Brejo, uma presença mais forte dos bananais que aos poucos, porém, começam a dividir espaço com os canaviais, todos organizados em grandes parcelas. Tal é o caso representado didaticamente pelo percurso São Vicente Férrer (Área Nuclear)-Macaparana (Setor Canavieiro do Anel)-Timbaúba. Até Macaparana o espaço vai sendo gradualmente dominado pela cana-de-açú-



FOTO 5

O Setor Canavieiro do Anel de Transição é marcado no seu trecho inicial, entre São Vicente Férrer e Macaparana, não só pela movimentação maior do relevo mas também pelo equilíbrio na ocupação do espaço entre bananais e canaviais, todos em grandes parcelas, compondo uma "colcha de grandes retalhos". Os caminhões na beira da estrada recolhem a cana trazida das colinas, cuja acidentação leva necessariamente ao uso dos "cambiteiros".

car, ocorrendo um certo equilíbrio entre as duas lavouras. Daí em diante, até Timbaúba, realiza-se o domínio pleno dos canaviais. A distribuição espacial destas culturas não tem, entretanto, o mesmo comportamento em todo setor; mais para leste, sobre a serra do Jundiá, onde o Brejo se estreita, os bananais são, por conseqüência, menos importantes. Sua diminuição alcança uma situação extrema na parte oriental do Anel onde eles praticamente inexistem. A isto se associa o fato de estar um espaço bem maior do setor ocupado pela cana-de-açúcar.

Há um contraste flagrante entre este setor e o Meridional no que diz respeito à importância dos canaviais. Não que sejam negligenciáveis neste último; mas no Setor Canavieiro sua presença é maciça e o espaço dos bananais é periférico. A cana extravasa para muito além das vertentes inferiores do vale do Capibaribe-Mirim, em comparação com o que acontece no vale do Siriji. Tal diferença pode ser correlacionada com o relevo, no seu conjunto mais suave em toda a face norte do Mascarenhas, contrastando com as declividades e recortes mais acentuados da vertente sul. Foi mais fácil para a cana, em sua história de sucessivas expansões, ocupar estas terras, onde a mecanização é mais viável. Por influência direta do Brejo constituem um agreste úmido (agreste de mata); seu relevo mais suave, somando-se a esta última qualidade, favoreceu aí a maior expansão canavieira. Portanto, tais terras, denominadas por Orlando Valverde de "apêndice da Zona da Mata", não podem ser desvinculadas do conjunto maior das Terras Altas, apesar do domínio pleno da cana-de-açúcar.

Subindo-se a vertente norte do Capibaribe-Mirim, já em torno do limite externo da Faixa de Transição complexa, observa-se o contato, freqüentemente difuso, dos canaviais com as pastagens. Aí as cercas vivas de avelós, os pequenos açudes, as árvores isoladas e as capoeiras baixas e ralas compõem uma paisagem de Agreste. O contato acontece bem próximo dos limites com a Paraíba, dados pela serra Manuel de Matos, um dos muitos alinhamentos rebaixados da área e de onde provêm alguns dos afluentes da margem esquerda do Capibaribe-Mirim.

O habitat é disperso, do tipo *Coup de Plomb*. Sua distribuição não se faz de modo

homogêneo. De um modo geral as áreas periféricas onde é maior a probabilidade de existência de pequenos proprietários, tanto ao norte (Chã de Uruçu, por exemplo) como ao sul (primeiros degraus mais abruptos do Mascarenhas), mostram uma densidade mais forte do que a verificada na área dos grandes canaviais das usinas. Aí ocorre uma certa rarefação, correlata com o processo de esvaziamento conseqüente à expulsão dos moradores. Localmente, entretanto, não se organiza o habitat que representa o modelo atual dado pelas usinas da Zona da Mata. À concentração representada pela usina - fábrica, administração, vila operária - nem sempre se opõe o vazio dos canaviais, forma preva-lente do habitat atual. Ao contrário, na maior parte das terras, ainda é marcante a presença de casas de moradores, evidenciando o que se poderia chamar de uma "paleoforma" do habitat que evoca a paisagem do engenho tradicional com seus moradores. Este habitat, talvez um pouco mais rarefeito do que originalmente, foi observado nas terras da maior parte das usinas locais. As casas são de alvenaria e telhas, existindo uma padronização de planta, material e até mesmo da pintura no caso da Cruangi. Apesar de ilhadas no canavial, não representam apenas o "chão de casa", dispondo de 1 ou 2 hectares (e às vezes um pouco mais) para as culturas de subsistência e fruteiras.

Completam este quadro as construções dos velhos engenhos, próximos das várzeas, todos de "fogo morto". Existem algumas "casas grandes" bem conservadas, enquanto outras estão praticamente abandonadas. Os engenhos em si ou estão em ruínas ou se transformaram, numa adaptação canhestra, em estábulos. Há, além do mais, em alguns deles, construções oblongas, casas geminadas à moda das antigas "colônias" das fazendas de café de São Paulo. Aí ainda vivem moradores sem "sítio" ou que, na melhor das hipóteses, dispõem de um trato de terra mais afastado para trabalhar.

A menor importância econômica desta região comparativamente à Mata é retratada de modo fiel pelo padrão das construções, não só da "Casa-Grande" como da "moita" e da capela: quanto mais nos afastamos para leste, ao longo dos vales do Capibaribe-Mirim e do Siriji, as "casas-grandes" mais modestas e mais identificadas com os engenhos do Brejo

vão se tomando maiores e mais imponentes, aproximando-se das predominantes na Zona da Mata.

A maior significação econômica do Setor Canavieiro fica também evidenciada pelo número e importância das cidades que com ele têm ligação. São elas: Timbaúba, Macaparana e Vicência.

Localizada na transição Mata-Agreste, com a quase totalidade do espaço urbano situada na margem esquerda do rio Capibaribe-Mirim, Timbaúba é uma das principais cidades relacionadas às Terras Altas. Funcionando de certa maneira como uma "Porta de Brejo", tem uma área de influência que extrapola o Setor Canavieiro, atingindo, entre outras, a Área Nuclear. Mesmo estando fora dos limites deste setor, desempenha papel fundamental na sua estruturação com base na expansão generalizada dos canais representando a influência econômica da Zona da Mata. Este papel se manifesta desde a centralização de uma vasta gama de serviços até a existência de uma numerosa mão-de-obra de trabalhadores rurais, habitantes das "pontas de rua".

Tais bairros estão tradicionalmente situados em algumas colinas que ladeiam o vale, tal como ocorre em São Vicente Férrer, significando um tipo específico de expansão urbana, concernente à população de baixa renda em terrenos de menor valor; mas a cidade também tem se expandido pelo vale, onde está seu sítio original. Tais terras, mais valorizadas, são ocupadas pela população mais abastada e de classe média, além de embasar todo o conjunto de atividades comerciais, industriais e de serviços. Conforme Orlando Valverde⁷, o crescimento urbano data do último quartel do século passado, intensificando-se a partir da ligação ferroviária com Recife, completada em 1888 e que teve como pano de fundo a economia açucareira. Timbaúba reflete, no seu quadro urbano, complexo cenário que acumula ao longo de diferentes etapas, as mudanças dessa economia. Assim, por exemplo, a nova organização das usinas e o esvaziamento progressivo de suas terras com a expulsão de grande parte dos

moradores refletem-se na forma de ocupação das colinas, atribuindo-lhes um caráter de bairro periférico.

Tal como São Vicente Férrer, dela distando cerca de 7 km, Macaparana é também um centro local se bem que de importância maior do que a primeira que com ela tem estreita relação hierárquica. Este nível um pouco mais alto de prestação de serviços de Macaparana certamente decorre de sua localização numa área mais rica que é o Setor Canavieiro. No município, por exemplo, está localizada a Usina Central Nossa Senhora de Lourdes.

O sítio original da cidade ocupa uma chã cuja forma alongada se relaciona com o aspecto grosseiramente linear da planta. A expansão urbana, feita tanto sobre a chã - onde se encontram os bairros mais ricos - como descendo a vertente do vale do Capibaribe-Mirim - que abriga a maior parte das "pontas de rua" -, alargou-lhe o traçado original, compatível com o de um *strassendorf*.

Situada no outro "apêndice da Zona da Mata", que é a cunha representada pelo vale do Siriji, no sul do Setor Canavieiro, Vicência é também um centro local mas de importância um pouco maior do que Macaparana. Isto se deve, provavelmente, ao fato de ela comandar o alto e o médio vales do Siriji (onde se encontram as Usinas Barra e Laranjeiras) e por não sofrer a influência tão próxima de uma cidade do porte de Timbaúba que, indubitavelmente, reduz a importância de Macaparana.

Ainda que mais remotamente, deve-se considerar a influência de Aliança que afeta de modo tangencial a parte leste do Setor Canavieiro.

Mais diversificado do que o Setor Canavieiro, o Setor Meridional da Faixa de Transição Complexa tem influência agrestina mais acentuada. Revela os traços de uma economia pastoril muito própria da região vizinha, a qual denominamos de "Agreste de Limoeiro"⁸, cuja presença se faz sentir mais fortemente ao sul deste setor, onde ainda são muito importantes as fazendas de gado, se bem que menores e menos modernizadas do que as de Limoeiro. Não é por acaso que a cultura do

⁷ Valverde, op. cit., 1961

⁸ O Agreste de Limoeiro é um espaço pastoril bem típico onde o relevo suavemente ondulado possibilita uma visão plena de grandes extensões de pastagens quase sempre plantadas, pontilhadas de diversas árvores, cortadas por cercas vivas de avelós, mulungu, etc. Estas marcas tradicionais da paisagem agrária não desapareceram com a modernização dos sistemas pastoris. Permanecem nestas terras hoje ocupadas por grandes fazendas modernas, com estábulos de alvenaria muito bem conservados, mecanização, açudes e gado nelore e holandeses de boa qualidade.

algodão foi aí tão importante, como ensina Manoel Correia de Andrade. O autor chega a afirmar que as matas cederam lugar primeiramente para o algodão e não para a cana⁹. De forma análoga a Timbaúba ao norte, aqui também se faz sentir a influência de Limoeiro na organização do espaço. Apesar de mais distante das Terras Altas do que essa cidade, Limoeiro desempenhou papel importante como centro de drenagem da produção agrícola e de prestação de serviços estendendo sua influência até a Área Nuclear.

Quanto mais para o norte nos dirigimos, ao longo de uma seção transversal deste setor, diminui a influência da região agrestina vizinha, acentuando-se a da Área Nuclear. Trata-se de uma transição bastante rica onde o padrão agrestino não se repete monotonicamente, a começar pelo relevo, cada vez mais alto e acidentado. Este padrão é acrescido de outras e variadas formas de ocupação, como por exemplo a utilização de grandes trechos das várzeas do Tracunhaém e afluentes (Orobó e Paulista) com capineiras de capim-elefante, onde antes provavelmente existiam apenas canaviais.

Indicação clara da transição é dada pelo aparecimento e aumento da frequência, em direção ao norte, dos engenhos, dos quais os primeiros estão, de modo sintomático, totalmente tomados pelas pastagens.

Nesta progressão, o espaço fica dividido entre pastagens e canaviais em grandes parcelas. Em certos trechos, porém, tal padrão não é tão claro. Isto se verifica em torno da localidade de Borracha, situada na Chã da Mulata, onde a presença da pequena produção é expressiva. Além das grandes parcelas de bananais, a paisagem aí é recortada por um grande número de pequenas parcelas de roças com capoeiras em diversos estágios correspondentes a sítios de pequenos proprietários, assemelhando-se a certos trechos da Área Nuclear. A existência de pequenos brejos como este, muito localizados mas expressivos, situados em alinhamentos secundários, acentua a diversidade deste setor. O mesmo se dá no caso de Machados que se encontra numa chã que serve de divisor de águas entre as bacias do Tracunhaém e Siriji.

Tais brejos possuem características mais próximas da Área Nuclear do que propriamente do Anel, o que não implica serem rigorosamente iguais. Em Borracha, menor e mais isolado, predominam os bananais, enquanto que Machados apresenta maior diversidade, com canaviais e pastagens importantes.

Ao sul, em direção ao vale do Siriji e daí até o limite norte do setor e refletindo a predominância da grande lavoura, tornam-se cada vez mais importantes os bananais, que se alternam mais com os canaviais do que com as pastagens, cuja importância se reduz.

O habitat é disperso, caracterizando um padrão *Coup de Plomb* muito próprio das áreas de Agreste e de Brejo, praticamente inexistindo algum tipo de linearidade.

As áreas de maior adensamento correspondem, em grande parte, a "sítios" de pequenos proprietários, muitos dos quais antigos moradores do local que adquiriram as parcelas que já ocupavam. Nas terras das fazendas e dos engenhos verifica-se uma crescente rarefação do habitat que decorre da gradual expulsão dos moradores. Tal quadro é coerente com a existência de grandes parcelas de bananais, canaviais e pastagens, refletindo a história recente da grande lavoura, o que não exclui a existência dos moradores cujas casas pontilham a maior parte dessas terras.

As casas ocupam, freqüentemente, as pequenas chãs ou as altas e médias encostas, ao contrário das casas da fazenda e dos engenhos, mais próximas dos fundos de vale, nas encostas inferiores. Isto retrata o esquema clássico da ocupação, destinando-se as melhores terras à grande lavoura e as piores aos moradores e foreiros com suas roças em áreas exíguas.

Ligados a essa ainda densa ocupação existem, além da cidade de Machados, aglomerados de alguma expressão como as vilas de Murupé e Borracha (ambas situadas em chãs) e outros menores como Bizarra e Lagoa Comprida que ocupam vales. Da mesma forma que Machados, comportam-se, em gran-

⁹ Andrade, op. cit., 1971, p.62-3.

de parte, como pontas de rua, mantendo embrionariamente funções urbanas relacionadas a uma população da maioria de pequenos proprietários, moradores e ex-moradores. Este fenômeno de gradual mudança de habitat, tendente a uma concentração cada vez maior, também pode ser observado nos pequenos aglomerados rurais construídos pelos proprietários de engenhos e fazendas, consistindo numa forma alternativa do habitat anteriormente disperso dos "sítios" dos moradores.

Representando uma ligação do Brejo com o Agreste (Limoeiro, Bom Jardim e Orobó), Machados é a única cidade do Setor Meridional. Situa-se quase no limite deste setor com a Área Nuclear, afetando, assim, a sua parte sudoeste. Influi mais fortemente sobre terras paraibanas do Brejo onde está a cidade de Natuba. Localiza-se sobre uma estreita chã limitada por vertentes íngremes, organizando-se às margens da estrada que dá acesso a Limoeiro. Da mesma forma que a maioria das cidades das Terras Altas, assume uma feição típica de *strassendorf*. Esta forma aí fica mais preservada do que em Macaparana e Vicência, por exemplo, em parte delas condições de um sítio muito limitado, estreito, a que se liga uma expansão linear, com as "pontas de rua" localizando-se nos dois extremos da cidade. Por outro lado, a permanência desta forma alongada pode ser associada a um menor dinamismo e, portanto, fraca expansão urbana.

O Setor Ocidental da Faixa de Transição Complexa ocupa uma área bem mais reduzida do que a dos demais. De ambiente menos úmido, confina com terras do agreste de caatinga pertencentes na sua quase totalidade ao Estado da Paraíba.

Na conformação desta transição Brejo-Agreste seco, articulam-se dois efeitos de sotavento relacionados aos alísios de SE. O primeiro associa-se à existência da serra do Mascarenhas, cuja disposição leste-oeste afeta as terras situadas a noroeste deste alinhamento, verificando-se uma redução gradual da umidade até a serra do Pirauá que se estende com direção perpendicular à primeira, servindo de limite com a Paraíba. O segundo é produzido pela própria serra do Pirauá, cuja direção norte-sul promove

diminuição da umidade nas terras que ficam a oeste (Mapa 2).

Este caráter de transição fica evidenciado, entre outras coisas, pela passagem muito nítida da mata úmida do brejo para a mata seca.

As colinas de fraca ondulação e a quase inexistência de vales profundos conferem a esta área de altitude média de 600 m e dominada pelas chãs onde predominam solos arenosos um caráter de acentuada regularidade topográfica.

Esta faixa estreita e certamente a mais seca de todas, apesar de consistir numa modesta periferia e de ser o único setor tipicamente marcado pela pequena produção, também tem suas originais ligadas à grande propriedade, neste caso fazendas de café e gado.

Mesmo com as transformações na economia agrária local, traduzidas na expansão dos bananais e canaviais, verifica-se aí o predomínio quase absoluto das pequenas propriedades que na maior parte têm área inferior a 15 ha. Tal situação revela-se numa paisagem mais assemelhada ao antigo Brejo, onde a tônica é dada em parte ainda pela policultura tradicional expressa nas roças de mandioca, milho e feijão, nas hortas e criação de gado "na corda", e também pelos bananais e parreirais, de implantação mais recente. Tal situação se manifesta, na maior parte dos casos, na forma irregular das parcelas, nas suas pequenas dimensões e no seu arranjo caracterizando uma "colcha de pequenos retalhos". Este quadro de antigas fazendas de café completa-se ao deixar entrever aqui e acolá velhos cafezais abandonados e improdutivos e restos não muito significativos de mata.

Embora sua importância econômica seja incomparavelmente menor que a dos demais setores e a da Área Nuclear, tem esta parte do Anel uma significação especial. Este mundo de pequenos agricultores não tocado na fase atual pela grande lavoura, se bem que dela originado, revela o fenômeno da formação de um expressivo número de pequenos produtores capitalizados, cuja base econômica atual se apóia principalmente na cultura da uva, sendo os bana-

nais, progressivamente, deixados em segundo plano. Se por um lado os parreirais estão, ecológica e economicamente, adequados às condições locais, os solos arenosos, o clima menos úmido e o predomínio de pequenas propriedades, ao contrário, têm desestimulado o plantio de bananais novos que até mesmo vêm sofrendo redução gradual de área.

A predominância da pequena produção, num espaço exíguo, ocupado anteriormente por umas poucas fazendas, resulta numa densidade demográfica maior e muito bem exemplificada pela Chã do Esquecido, onde o adensamento é ainda mais forte.

O habitat se organiza principalmente sobre a superfície suave das chãs que lhe imprimem uma certa orientação, se bem que não se possa falar em linearidade. As casas, na maioria esmagadora de pequenos proprietários, são boas, de alvenaria e telhas, tendo grande parte delas quintal com fruteiras e jardim.

Ainda que não possua qualquer cidade, o Setor Ocidental recebe influência de uma série de pequenos centros urbanos vizinhos. Na maior parte liga-se a São Vicente Férrer e Macaparana, não se podendo porém deixar de lado a influência direta da pequenina cidade de Natuba sobre as terras paraibanas desse setor. Relaciona-se também, ainda que mais distantemente, com Machados e Orobó ao sul.

Sua forte densidade demográfica, no entanto, reflete-se nas vilas (Pirauá e Chã do Rocha) e em pequenos aglomerados como Matinada, todos eles com funções urbanas embrionárias. Chã do Esquecido, ainda sem ser rigorosamente um aglomerado, representa, por sua alta densidade de população, uma fase intermediária de formação de um núcleo, esboçando-se uma rua ao longo de um pequeno trecho da estrada que, vinda de São Vicente Férrer, chega a Pirauá. Nesse trecho se vêem, além das casas, a escola primária, a maternidade, "bodegas", mercadinho, etc. Possui até um espaço, doado por proprietários locais, que é uma espécie de "ponta de rua", que abriga uma população de ex-moradores.

A dinâmica espacial das Terras Altas está intimamente ligada à expansão da economia de dois espaços contíguos, moldados pela grande produção: a Mata e o Agreste. O cenário principal da projeção das influências dessas regiões é a Faixa de Transição Complexa, que ao envolver a Área Nuclear (Brejo de São Vicente) dela também constitui um reflexo. Este último fato não nos permite, assim, negligenciar a existência de uma dinâmica própria das Terras Altas, marcadas de modo especial por sua Área Nuclear. Antigo domínio do café, tendo também como substrato a grande lavoura, ela é hoje palco da expansão dos bananais e seu centro irradiador para significativas porções do Anel.

Antes mesmo de ser tomado pelos bananais, alternativa que aí se apresentou à grande produção, o Brejo de São Vicente significou um limite à expansão dos canaviais a norte, sul e leste. O avanço da pecuária, mais nítido ao sul do que ao norte, teve como limite não a Área Nuclear propriamente, mas sim o vale do Siriji, cunha de penetração da Zona Canavieira da Mata em terras de Agreste. O vale do Capibaribe-Mirim, ao norte, mostra, se bem que de forma muito mais difusa, a mesma passagem, que se realiza na sua vertente norte, já nos limites exteriores do próprio Anel.

Ao mesmo tempo em que o relevo acidentado do Brejo de São Vicente constituiu sério obstáculo a esses avanços, seu caráter de serra úmida favoreceu a cultura da banana. Representa, portanto, juntamente com os vales que o perlongam, uma ruptura do padrão habitual de contato entre a grande lavoura canavieira e a pecuária, que se faz geralmente ao longo de uma faixa em terras agrestinas. Significa, ao mesmo tempo, uma alteração na direção geral desse contato: a confrontação, no comum dos casos leste-oeste, singularmente passa a ser norte-sul. Na realidade, exceto nos vales mencionados, aqui não existe faixa de contato. Ocorre, ao contrário, uma descontinuidade pela interposição de um espaço significativo dado por um brejo bananeiro que pode alcançar cerca de 14 km na sua parte mais larga.

SEGUNDA PARTE

EVOLUÇÃO ECONÔMICA E TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO AGRÁRIO NAS TERRAS ALTAS DA TRANSIÇÃO AGRESTE-MATA DO NORTE DE PERNAMBUCO

“É na medida em que a grande exploração rural se expande e prospera, ou pelo contrário se retrai e entra em decadência, que inversamente o setor secundário [a pequena produção] ... se restringe (no primeiro caso), e no outro se estende e ganha terreno. É que quando a grande exploração se fortalece e prospera, ou, em outras palavras, se torna rendoso "negócio", ela tende a se ampliar e absorver o máximo de extensão territorial e força de trabalho. Sobrarão tanto menos espaço e tempo disponível para os trabalhadores cuidarem de outras atividades. Inversamente, é na medida em que se deteriora o negócio que a grande exploração realiza, que ela se torna menos exigente e é obrigada a fazer maiores concessões àquelas atividades secundárias que se desenvolvem à sua sombra.”

Caio Prado Jr.
"A Questão Agrária no Brasil"

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Com o sentido de embasar a análise das formas atuais da organização do espaço agrário regional, é necessário pensá-la numa perspectiva histórica, buscando a compreensão das diferentes etapas da sua evolução econômica.

A cana-de-açúcar, sem qualquer sombra de dúvida a base permanente da economia, representa 62,8% do valor da produção e 48,9% da área cultivada do conjunto dos municípios estudados. Apesar da sua presença constante nas Terras Altas, a história tem mostrado, em diferentes momentos, uma tradição de coexistência dos canaviais ora com uma ora com outra cultura comercial importante, afora a pecuária sempre muito significativa. Além da cana que na sua expansão percorre trajetória não uniforme, matizando etapas, as outras lavouras comerciais, como a banana, o café e a uva, na sua sucessão, também deram, se bem que em períodos mais curtos, especificidade às diferentes épocas e espaços em que tiveram maior expressão.

Acreditamos, portanto, com base nesta justaposição, ser o estudo de cada um desses produtos, detalhando-se os fatores de produção e sua relação com a morfologia agrária,

uma forma cabível de se perceber os diversos momentos da evolução econômica regional.

A Cana-de-Açúcar: Presença Permanente na Organização da Economia do Espaço

O povoamento das Terras Altas datando do final do Século XVII e principalmente do início do Século XVIII, com base nos engenhos bangüês, se fez de modo particular ao longo dos vales dos rios Capibaribe-Mirim ao norte e Siriji ao sul. Resultou da expansão da economia canavieira da vizinha Capitania de Pernambuco. Seu povoamento defasado explica-se por localizar-se na Capitania de Itamaracá, que ao contrário da de Pernambuco, onde a economia dos engenhos já se instalara solidamente, era essencialmente palco da extração de pau-brasil (*Caesalpinia echinata Lam.*) “que empobrecia as matas sem que a região ficasse povoada”.¹⁰ Esta exploração se fazia nos médios vales do Capibaribe-Mirim e Tracunhaém e no Baixo Siriji. Em contraste com o que aconteceu no sul do estado, domínio pleno da cana-de-açúcar, esta região foi ocupada por plantadores de cana, de algodão, de lavouras de subsistência e por criadores de gado. As primeiras sesmarias do vale do Siriji foram concedidas de 1680 a 1690.¹¹

¹⁰ Andrade, op. cit., 1971, p.68.

¹¹ Id. ibid., p.68.

O caráter policultor está associado a um grande número de foreiros e moradores aos quais os senhores de engenho arrendavam suas terras. Tal prática decorre do fato de não terem eles próprios recursos para explorá-las totalmente, já que seus engenhos tracionados na maioria por animais - pouquíssimos eram os de roda-d'água, de maior volume de produção, porém mais caros - tinham pequena capacidade de moagem¹². Obtinham, tradicionalmente, a vantagem de dispor da mão-de-obra das famílias dos moradores e foreiros para sua própria lavoura.

Muitos proprietários eram descapitalizados e, embora possuísem a terra, não tinham condições de construir o engenho, fornecendo cana para os outros. Eram os chamados lavradores, muitos dos quais sequer possuíam terra. Estavam, conforme Manoel Correia de Andrade,¹³ “em segundo lugar na escala social dessa aristocracia canavieira ...”.

No Século XVIII, com a passagem da Capitania de Itamaracá para o patrimônio da Coroa (1756) e sua anexação a Pernambuco (1760), intensificou-se o povoamento da região e surgiram no vale do Siriji engenhos e propriedades destinados, sobretudo, à cultura de cana-de-açúcar e de algodão. Vivia-se, então, o período em que a fibra têxtil, cultivada desde o início da colonização, tomou um grande impulso, a ponto de competir com o açúcar, em Pernambuco, no início do Século XIX.¹⁴

Este caráter policultor acentuou-se com a intensificação e expansão do povoamento no Século XIX. As propriedades assumiam uma feição de fazendas mistas, pois, além da cana, cultura de vale, possuíam café, típica agricultura de encostas. Também eram cultivados algodão, fumo, mandioca, milho e feijão, assumindo, por outro lado, a pecuária papel não negligenciável.

O traço marcante da ocupação das Terras Altas, a policultura, não desaparece ao longo do tempo apesar do avanço dos canaviais; ao contrário, mantém-se, mostrando diferentes

facetas conforme o momento: algumas culturas outrora importantes como a do café e a do algodão desapareceram. Outras sofreram mudanças completas no caráter da produção, sendo um exemplo dos mais significativos o da cultura da banana. Das “bolas” - algumas touceiras - dos pomares dos pequenos produtores, passa-se aos gigantescos bananais que hoje são a marca essencial da Área Nuclear. Outro exemplo de transformação, limitado no espaço, mas de grande significação do ponto de vista das relações sociais de produção, é a cultura da uva preta Isabel, localizada no Setor Ocidental da Faixa de Transição Complexa. Constituiu para a pequena produção alternativa importante à cultura decadente do café.

A cana-de-açúcar provavelmente chegou às Terras Altas da Transição Agreste-Mata do Norte de Pernambuco no início do Século XVIII, ocupando principalmente as várzeas dos rios. Não se caracterizava, porém, um domínio pleno, dada a importância que assumia a lavoura de algodão, provavelmente localizada nas encostas e praticada por numerosos foreiros e também pelos próprios senhores de engenho. Esta cultura que trouxe juntamente com a pecuária a influência agrestina para a região só vai desaparecer em meados do Século XX.

Até o final do Século XIX a economia canavieira de Pernambuco esteve basicamente apoiada nos engenhos bangüês. Data desta época o início da sua transformação através do que se convencionou chamar de processo usineiro, cuja manifestação espacial deu-se de forma não homogênea nas diversas áreas afetadas pela cana-de-açúcar.

As necessidades de um maior volume e de melhor qualidade do açúcar ditadas pelo mercado internacional do fim do século passado e o estímulo dos preços altos resultaram na tentativa fracassada de implantação dos engenhos centrais¹⁵ na Zona da Mata nordestina. Neles, a produção era fortemente concentra-

12 ... era grande o capital empregado nas construções que necessitava fazer, casa de moenda, chamada de “moita” ao norte de Pernambuco, casa de purgar, olaria, além da casa-grande, da senzala e às vezes, da capela, nas máquinas, na aquisição de negros - um número que normalmente oscilava entre 40 e 70 indivíduos, conforme a capacidade do engenho - em animais - de 30 a 40 bois - em cerca de 10 a 12 carros e uma série, enorme de utensílios. Também cabia a ele pagar o salário de uma série de empregados, como os que dirigiam a moenda, a plantação, os negros e os bois”. Andrade, M. C. *A terra e o homem no nordeste*, 1963, p. 67.

13 Andrade, op. cit., 1963, p. 74.

14 Andrade, op. cit., 1971, p. 69.

15 “Os engenhos centrais seriam maquinismos possantes, capazes de esmagar canas de vários bangüês e de fabricar açúcar de melhor qualidade e que, de acordo com os estadistas que os idealizaram, separariam a atividade agrícola da industrial. Estes engenhos que seriam montados com garantia da obtenção de juros dos capitais empregados - garantia esta dada pelo governo - pertenciam a companhias estrangeiras, não poderiam cultivar cana, não usariam o braço escravo e como iriam receber a matéria-prima de áreas muito amplas, muito mais extensas que a de um engenho bangüê, deveriam construir estradas de ferro a fim de que estas substituíssem os rotineiros carros de boi no transporte da cana, dos partidos até a fábrica. Os carros de boi se limitariam a levar as canas dos partidos distantes da estrada de ferro até os desvios construídos à margem da mesma. Era a modernização total da indústria açucareira, o início da transformação de uma paisagem relativamente estática já havia três séculos.” Andrade, op. cit., 1963, p. 86.

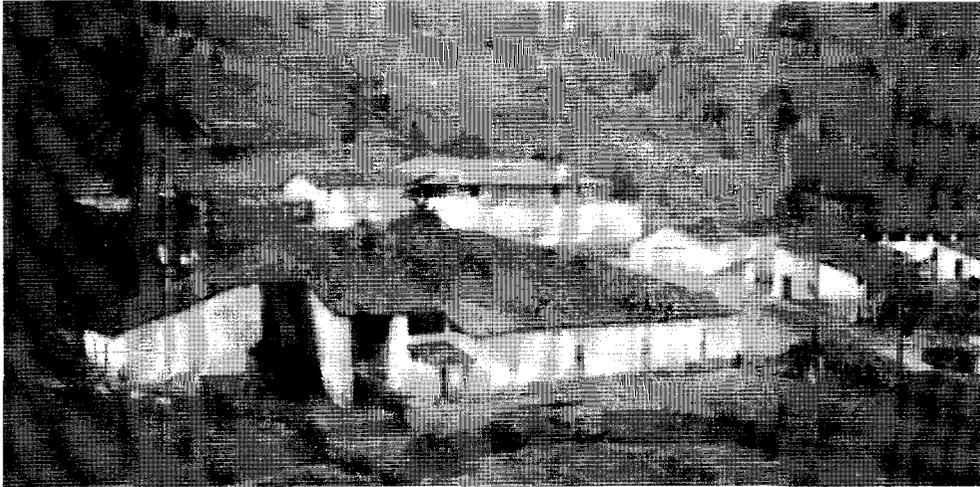


FOTO 6

Sede do Engenho Patos cercada inteiramente de pastagens nas proximidades da vila de Siriji. Exemplo de um passado mais distante, este engenho de roda-d'água (vista à esquerda da construção) representa bem a situação atual de muitos deles: ainda fornecedores de usinas, diversificam, no entanto, suas atividades com o cultivo da banana e a criação de gado. A importância da pecuária neste caso pode estar correlata à proximidade do Setor Meridional da Faixa de Transição, de marcada influência agrestina.

da, ocorrendo total dissociação entre a atividade agrícola e a industrial, cabendo o fornecimento de cana aos antigos engenhos bangüês.

Tais empreendimentos não funcionaram, na maioria, mais do que um ano. As razões do insucesso prendem-se não só à inconstância no abastecimento de matéria-prima mas também ao fato de significarem uma ameaça ao senhor de engenho que teria seu poder diminuído transformando-se, além do mais, em mero fornecedor.

Na esteira deste fracasso, por iniciativa de senhores de engenho mais ricos e a partir das duas últimas décadas do século passado, acentua-se a implantação das usinas.¹⁶ Foram concebidas, tal como os engenhos centrais, como forma de concentração da produção e melhoria da qualidade do açúcar, com o que se preocupavam desde 1870 alguns destes produtores. O processo usineiro foi marcado pela absorção, seja das terras, seja das canas, dos bangüês que não tendo condições de competição transformaram-se em fornecedores.

Nas Terras Altas o processo usineiro aconteceu mais tarde. Apesar da existência, em tempos mais remotos, de três usinas - Aliança de 1914, Cruangi de 1918 e Barra de 1921 -, sua influência se faz sentir, de um modo periférico, mais ligadas à Mata que estavam.¹⁷

As Terras Altas foram conquistadas mais amplamente pelos canaviais somente nas décadas de 50 e 60. Esta ocupação foi parte de um movimento de maior amplitude, quando, por exemplo, são incorporadas vastas extensões dos tabuleiros de Alagoas com intensa mecanização e adubação química.

Enquanto a Mata é marcada por dois períodos muito distintos no processo usineiro, na área em estudo a absorção dos bangüês se fez com uma defasagem de cerca de meio século. No vale do Capibaribe-Mirim, a Usina Cruangi, situada em pleno Setor Canavieiro da Faixa de Transição Complexa, foi inteiramente reformada em 1950; a Usina Central Nossa Senhora de Lourdes, ainda mais interiorizada e localizada no Município de Caparana, data de 1949. Ao sul, no vale do Siriji, em 1959 foi construída a Usina Laranjeiras.

¹⁶ Conforme Manoel Correia de Andrade, antes mesmo da inauguração dos engenhos centrais, já existiam funcionando em Pernambuco seis usinas, implantadas entre 1874 e 1884, "todas de propriedade de líderes do grupo açucareiro pernambucano". Andrade, M. C. História das usinas de açúcar de Pernambuco, 1990, p. 27. (mimeo.).

¹⁷ A Usina Cruangi, das três a mais adentrada nas Terras Altas e que portanto poderia ter maior influência sobre as mesmas, só se transforma, conforme Valverde, numa usina importante quando de sua reforma em 1950. Valverde, op. cit. 1961, p. 48.

De qualquer modo, porém, esta área foi, desde sempre, um espaço periférico, uma porção secundária da economia canavieira pernambucana.

Depois do período de euforia iniciado com a Primeira Guerra Mundial, a economia açucareira foi abalada por uma forte queda de preços no mercado internacional a partir de 1923. A crise, que atingiu seu auge em 1930, prolongou-se até 1940, trazendo como consequência o fechamento de muitos bangüês e usinas e sua absorção por outras maiores.

Esse processo de concentração, porém, manifestou-se espacialmente de modo diferenciado, afetando basicamente a Zona da Mata, sem dúvida a região produtora mais importante. Em espaços periféricos, como é o caso das Terras Altas, os bangüês, produtores de aguardente e açúcar de pior qualidade destinado ao mercado regional, ficaram menos suscetíveis aos efeitos da crise internacional. Resistiram por isso muito mais tempo. Os últimos engenhos moentes encerraram suas atividades em fins da década de 50, quando uma nova etapa de expansão usineira se inaugura no Nordeste, desta vez também afetando fortemente as Terras Altas.

Parte desses bangüês, principalmente os do baixo e médio vales do Siriji e Capibaribe-Mirim, por sua maior proximidade das usinas, era fornecedora ao mesmo tempo em que fabricava açúcar e aguardente. Os outros, mais distantes, comportavam-se caracteristicamente como engenhos de brejo, com produção voltada para um mercado regional fortemente influenciado por Campina Grande. Não eram fornecedores. Manoel Correia de Andrade, em sua obra *O Vale do Siriji*, apresenta uma extensa relação de engenhos numa e noutra condição.¹⁸ Todos os que caracterizam a primeira situação, ou estão fora dos limites das Terras Altas, ou localizam-se no Setor Canavieiro do Anel de Transição onde já existia a Usina Cruangi desde 1918. Os que retratam o segundo caso localizam-se na Área Nuclear ou no Setor Meridional da Faixa de Transição.

Esta distinção de caráter econômico e espacial é mais um elemento que compõe o delineamento de uma periferia complexa, bipolarizada, revelando a um só tempo as influências da Mata na parte oriental e do Agreste, especialmente de Campina Grande,

nas terras mais típicas de brejo e que se manifestam em áreas maiores ou menores conforme a época.

A valorização do açúcar, ao findar a Segunda Guerra Mundial, trouxe um novo surto usineiro onde persiste o processo de concentração. Particularmente durante os anos 50/60 as Terras Altas, até então na maior parte preservadas, foram palco desta transformação, pois aumentava a voracidade das usinas, cada vez mais modernas e com maior capacidade de moagem. Assim, as terras em grande parte agrestinas dos Setores Canavieiro e Meridional do Anel assistiram ao avanço dos canaviais que galgaram progressivamente as encostas dos vales do Capibaribe-Mirim e Siriji. Não só substituíram os pomares e roçados de algodão, milho, feijão e mandioca dos numerosos moradores, como também constituíram alternativa de grande valor para os cafezais ainda importantes mas com sinais claros de decadência. Segundo um proprietário de engenho e um dos maiores produtores de banana da região "com o advento da usina a cana subiu. Ao mesmo tempo o café com 60 anos e decadente foi sendo trocado. Os estímulos de preço e crédito ao açúcar foram matando de vez o café; as usinas foram engolindo tudo".

A morfologia agrária correspondente aos engenhos bangüês foi profundamente alterada com o domínio da usina nesta fase. A paisagem, marcada pela ocupação das várzeas e vertentes inferiores com a cana, os altos com a mata e o café, e provavelmente as médias encostas e chãs ocupadas pelos sítios de 4 a 5 ha dos moradores, sofreu gradualmente uma homogeneização. A cana passa a ocupar todos os espaços, desde o vale até as altas encostas, ocorrendo, a respeito do habitat, no mínimo, a sua rarefação.

Esta conjuntura de elevação dos preços no mercado internacional tornou-se ainda mais favorável ao Brasil (que anteriormente não participava do mercado preferencial norte-americano) considerando-se que os Estados Unidos, ao efetivarem o bloqueio econômico a Cuba, no início dos anos 60, redistribuíram pelos outros produtores mundiais as quotas de importação de açúcar que cabiam àquele país, destinando porém pequenas parcelas ao Brasil. A isto certamente se liga a política de modernização e expansão das usinas apoiadas numa série de medidas governa-

¹⁸ Andrade, op. cit., 1971, p.86 e mapa de localização dos engenhos.

mentais implementadas através do Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA - ao longo da década de 60 e que muito se acentuaram nos anos 70, visando a tornar o açúcar brasileiro mais competitivo no mercado internacional.

A aceleração das mudanças tecnológicas no parque industrial, com ampliação da capacidade produtiva das usinas, levou necessariamente a profundas alterações do sistema agrícola, ainda na década de 60.

Buscando áreas progressivamente maiores e necessitando de melhor aproveitar as terras cada vez mais escassas e valorizadas, tendo portanto que racionalizar o seu uso, a lavoura canavieira vai abandonando as formas mais ou menos rústicas de rotação.¹⁹ Passa a ser contínua, o que significa, sem dúvida, a intensificação do sistema de cultivo. Adotam-se novas técnicas como o uso generalizado de adubos químicos, de corretivos, defensivos e práticas conservacionistas. Inaugura-se, ainda que em caráter experimental, a irrigação na Usina Cruangi, na segunda metade da década de 50. A procura de rendimentos mais altos por hectare também se manifesta na introdução de variedades novas de cana. Coerente com este quadro de mudança está a gradual mecanização agrícola, relacionada com a ampliação das áreas de cultivo que se liga à questão da disponibilidade da mão-de-obra e aumento da produtividade.

Esse período de concentração de terras e de modernização tecnológica é também marcado, diante das necessidades de ampliação dos canaviais, por alterações significativas nas relações de produção. Neste momento de quebra do quadro tradicional de ocupação, a usina começa a expulsar das terras de seus engenhos os numerosos moradores, piorando-lhes sensivelmente as condições de vida e gerando sérios conflitos. Os assalariados são cada vez menos "foreiros" e "condiceiros", transformando-se em "bóias-frias". A tentativa de regulamentação dessas relações, estabelecida depois de 64 no Estatuto da Terra, que reconhece uma série de direitos dos trabalhadores, acentua fortemente o fenômeno da expulsão.

Cabe, no entanto, estabelecer a diferenciação espacial a respeito dessas transformações. Mais uma vez a periferia se distingue da área principal: este processo foi muito mais intenso na Zona da Mata. Resultou no vazio, cristalizando-se na paisagem somente a forma concentrada do habitat, seja em torno da usina onde classicamente se agrupam a vila operária, a igreja, a administração, etc., seja nos pequenos conjuntos de casas geminadas, freqüentemente próximas das sedes dos antigos engenhos. A esta forma de habitat rural corresponde a concentração nas periferias das cidades próximas. No caso das Terras Altas, além das "pontas de ruas", significativas e freqüentes, persistem formas tradicionais do habitat, se bem que mais diluídas. Os moradores aí ainda são uma realidade; suas casas pontilham canaviais e sua presença certamente pode ser relacionada com a maior dificuldade de mecanização dessas terras e com uma estratégia de arregimentação de mão-de-obra das usinas locais.

Por outro lado, a década de 60 assistiu, a despeito da crise cubana e das medidas de modernização tomadas pelo governo, a conjunturas de superprodução, já que o mercado externo, muito competitivo, não absorvia suficientemente o açúcar nacional. Era preciso, pois, melhorar ainda mais a qualidade do produto e fazer cair seus custos. Estabelecia-se, nos albores da década de 70, a política governamental tão típica da época, que levava o rótulo do "aumento da produtividade". É um momento de mudança: dentro do projeto geral do governo em promover e estimular a concentração do capital o IAA adquire maior importância. Agora mais centralizador, passa a ser um órgão muito presente no planejamento, atuando em diferentes níveis, desde a produção até a comercialização. Correspondendo a esta fase de maior participação estatal, são propostos e incrementados pelo instituto o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar - PLANALSUCAR - e o Programa de Racionalização da Agroindústria Canavieira, ambos de 1971.²⁰

Essas transformações, que redundaram na forte expansão da agroindústria canavieira

¹⁹ Conforme depoimento de um grande fornecedor "antigamente, quando a cana ficava velha, a gente cercava e botava a criação dentro e trocava o plantio de cana de lugar para descansar o solo". Tal prática, que caracteriza um sistema de rotação de culturas e pastagens, só era exequível nos engenhos maiores em face da disponibilidade de terras. Engenhos pequenos, portanto, acabavam por produzir canas de menor rendimento, já que não tinham possibilidade de deixar terras em pousio.

²⁰ Andrade Neto, J. C. X. *O estado e a agroindústria canavieira no nordeste oriental: modernização e proletarização*, 1990, p. 296-301. Tese de doutoramento. (mimeo.).

ra, alicerçam a concepção e culminaram com a implementação, a partir de novembro de 1975, do Programa Nacional do Alcool - PROÁLCOOL - exprimindo uma outra relação com o mercado mundial. Com base no pressuposto de que a crise econômica brasileira se restringia a uma crise energética, o governo tratava agora de ampliar e multiplicar as destilarias, tendo em vista a produção de álcool carburante para reduzir o déficit da balança comercial que se acumulava com o forte aumento dos preços internacionais do petróleo. Concomitantemente promovia transformações na indústria automobilística com a fabricação de motores a álcool.

Se nos anos 60 houve um avanço considerável dos canaviais, tal expansão atingiu seu paroxismo na década de 70 com a implantação do PROÁLCOOL, estendendo-se até meados da década seguinte. Na década de 60, eles ocupam, de modo especial em Timbaúba e Macaparana, antigas terras de café e algodão, particularmente as áreas de colinas mais baixas e topografia mais suave, correspondentes a grosso modo às terras do setor Canavieiro da Faixa de Transição. Há também um certo avanço para a Paraíba motivado entre outras coisas pelos conflitos trabalhistas em Pernambuco. Nos anos 70, estendendo e alargando as duas cunhas de penetração da Zona Canavieira nas Terras Altas, os canaviais alcançam francamente não só as terras agrestinas de Macaparana e Machados, mas também as do Setor Meridional da Faixa de Transição e, ainda que menos intensamente, a própria Área Nuclear, de relevo mais acidentado e até então menos afetada pela cana-de-açúcar, posto que mais adequada à cultura da banana, já em pleno desenvolvimento.

Nesta expansão última, os canaviais não vão se limitar às Terras Altas. A necessidade de enormes extensões de terras faz com que diversas usinas de Pernambuco, fartamente financiadas pelo Governo Federal, busquem as áreas planas, facilmente mecanizáveis e com mão-de-obra mais acessível do tabuleiro paraibano, onde a cana praticamente ainda se limitava aos vales. Dentre estas, uma das pioneiras, a N. S. de Lourdes, pertence às Terras Altas. Com sede no Município de Macaparana, vai adquirindo terras no estado vizinho, totalizando hoje em dia mais de 50 000 ha, dos quais 42 000 acham-se ocupados com as canas que abastecem as suas três destilarias.

Diante deste quadro é fácil entender as significativas mudanças tecnológicas por que passa a economia canavieira desde os anos 70 até a atualidade. Cresce o emprego de máquinas agrícolas com o uso de tratores menores e adaptados às condições de solo e à topografia ondulada das Terras Altas. Prática muito difundida nos últimos tempos, visando à fertilização do solo, tem sido a do plantio de feijão em todo o canavial depois de cada corte. Além deste processo de fixação biológica de nitrogênio e do uso generalizado de adubos químicos e corretivos, próprios da fase anterior, ressalta a utilização do vinhoto, cuja obtenção e aplicação representam consideráveis investimentos de capital, denotando também a intensificação do sistema agrícola. No caso do tabuleiro paraibano este fenômeno é mais nítido, ocorrendo, além do mais, a irrigação dos canaviais por meios bastante sofisticados. Aí a mecanização é um fenômeno generalizado, tendo-se inclusive experimentado, nos vastos talhões, máquinas de cortar cana. Conforme o depoimento de um usineiro, sua utilização, porém, é menos difundida e restringe-se a ocasiões especiais, quando há ameaça de greve.

Esta situação, no entanto, sofreu mudanças consideráveis com a crise do setor canavieiro a que a década de 80 assiste. Entre outras causas estão, na sua base, como em diversos setores da economia nacional, medidas governamentais visando a economizar recursos públicos. Por um lado a crise se configura com a desvalorização da cana em face de duas situações de depressão de preços: a do álcool, ligada à redução dos subsídios governamentais, e a do açúcar, que, pouco valorizado no mercado interno, sofreu recentemente queda de preços no mercado internacional. Por outro lado, a supressão dos juros subsidiados para os empréstimos agrícolas a partir do início da segunda metade dos anos 80 completa o quadro de dificuldades. Diferentemente da usina que ganha na industrialização, estes problemas resultam muito mais graves entre fornecedores, cujos lucros provêm somente da matéria-prima. Perderam também com o fim das especulações com o dinheiro dos empréstimos governamentais desviado para a aquisição de bens que nada tinham a ver com a lavoura e pagos sem correção monetária em conjunturas inflacionárias. "Comprava-se um caminhão para pagar depois o preço de um pneu" (frase de um

ex-fornecedor da região). Tal conjuntura nos permite a identificação do que se poderia chamar, dentro da crise maior, de uma "crise dos fornecedores".

Mesmo assim a cana continua exercendo, sem sombra de dúvida, papel primordial na economia de Pernambuco, resistindo, na essência, aos abalos sofridos. As mudanças significativas que vão ocorrer nas Terras Altas, traduzidas na perda de parte das áreas de cana-de-açúcar em benefício de outras atividades, ilustram bem quão importante é o marco representado pelas ações governamentais citadas. A sucessão relativamente rápida de reordenações econômicas e espaciais daí decorrente exemplifica didaticamente, neste cenário menos extenso mas muito particular, como um processo geral pode se manifestar de modo diferenciado. Outro exemplo é o tabuleiro paraibano, onde, ao contrário, se consolida a moderna agroindústria canaveira, não obstante a crise.

Nas Terras Altas, diante da desvalorização da cana, do fim dos juros subsidiados e da conseqüente desistência de muitos fornecedores, delineia-se a tendência de as usinas produzirem cada vez mais suas próprias canas, ao contrário do que acontecia até um passado recente, pelo menos até meados da década de 70, quando a maior parte das canas moídas era proveniente de fornecedores.²¹ Essa tendência se realiza, seja nas terras ocupadas por antigos fornecedores-arendatários que as devolveram às usinas, seja em terras novas que elas vorazmente vão adquirindo para manter os níveis de abastecimento anteriores.

Não é exatamente assim que os fatos se sucedem nas áreas produtoras mais expressivas e que se forjaram com o PROÁLCOOL, como é o caso do tabuleiro paraibano, onde desde o início a concentração foi muito forte, ficando plenamente garantido o abastecimento das usinas, sendo os fornecedores principalmente familiares próximos dos usineiros, em geral irmãos e filhos.

Mais um traço da relação espacial e econômica é dado pela migração para a Paraíba de antigos fornecedores, oriundos das Terras Altas, que aí deixaram de plantar cana dedicando-se à cultura da banana ou à criação de gado. Adquirindo terras no tabuleiro para continuar como fornecedores de cana, desfrutan-

do, tal como as usinas, tanto de melhores condições naturais quanto a respeito da mão-de-obra, mais barata e menos organizada, disto resultando custos de produção mais baixos que nas terras de origem.

Cabe indagar neste momento, não só do porquê da migração dos fornecedores para o tabuleiro paraibano e da sua sobrevivência, mas também, e fundamentalmente, perguntar do porquê da permanência das usinas como empresas lucrativas. Esta reflexão nos leva imediatamente ao livro contábil. Tomando cálculos de custo de duas fontes diferentes - uma usina e uma agência da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER - chega-se à conclusão de que, mesmo sem financiamento a juros subsidiados, ainda é lucrativa a produção de cana. Senão vejamos:

Os cálculos feitos para um produtor por uma agência da EMATER em maio de 1987, levando em conta minuciosamente os gastos em todas as etapas de implantação de um canavial, resultaram num custo total por hectare de Cz\$ 18.746,70. O mesmo projeto, admitindo o rendimento médio por hectare em 55 toneladas e considerando Cz\$ 357,00 o preço da tonelada de cana, demonstra uma receita bruta por hectare de Cz\$ 19.635,00. A receita líquida é, assim, de Cz\$ 888,30, traduzida num pequeno percentual, de 4,5%, sobre o montante investido por hectare.

Os cálculos apresentados por uma usina local, tão minuciosos quanto os do exemplo anterior, só que para julho de 1991, mostram que o custo de implantação de 1 ha de cana-de-açúcar é de Cr\$ 233.256,00. Os ganhos com 1 ha de cana, que na consideração da usina produz 60 toneladas, chegam a Cr\$ 224.880,00, levando em conta que ela atribui o valor de Cr\$ 3.748,00 por tonelada. O resultado é um pequeno prejuízo de 3,6% em relação aos gastos realizados. A usina informa, entretanto (o que não acontece no referido projeto da EMATER), que nos anos subseqüentes, com pelo menos três socas, os custos caem fortemente, consumindo 1 ha a quantia de Cr\$ 124.522,00, o que resulta agora numa receita líquida substancial, de Cr\$ 100.358,00, representando 44,6% sobre o investimento.

Ainda com base nessas informações verificamos a forte participação da mão-de-obra

²¹ A título de exemplo, cabe mencionar que na safra de 1972/73 a Usina Cruangi produziu apenas 12% das canas moídas. Na mesma época as Usinas N. S. de Lourdes e Laranjeiras trabalharam exclusivamente com canas de fornecedores. Melo, M. L. *O açúcar e o homem*, 1975, p. 91.

nos custos totais²² (64% na planta e 71% nas socas). Sabendo-se da sua baixa remuneração diante da posição de privilégio que tem o grande proprietário na negociação salarial e mesmo com a queda progressiva do rendimento por hectare ao longo dessas quatro safras e apesar de todos os problemas relativos a preço, podemos dizer que a cana-de-açúcar ainda é um “bom negócio”, tal como considera Caio Prado Jr. ao se referir à grande empresa agropecuária²³.

As transformações aludidas vão se cristalizando numa gradual especialização de áreas. É indiscutível a ocupação do tabuleiro paraibano pelos canaviais, ao mesmo tempo em que as formas residuais da antiga economia canvieira, apenas renascidas e ampliadas no curto período de euforia do PROÁLCOOL, abandonam claramente a Área Nuclear que se consolida como domínio pleno dos bananais. Entretanto, a especialização não é um fenômeno geral. No processo de ajustamento muito próprio das Terras Altas, a Faixa de Transição Complexa assume uma maior diversidade, dividindo-se o espaço entre canaviais, bananais e pastagens, como fruto da especificidade desse contato entre regiões tão diferentes.

O recuo dos fornecedores produziu um déficit de matéria-prima para as usinas, particularmente para a mais típica das Terras Altas: a N. S. de Lourdes. Os mecanismos de adaptação engendrados por esta usina prendem-se a uma estratégia de sobrevivência que se liga, numa situação limite, ao projeto de transferência de todo seu parque açucareiro para o Estado da Paraíba, aqui permanecendo a destilaria de álcool. Esta medida, pensada mas até agora não executada, e que constituiria um caso extremo de reordenação, na verdade não se efetivou por conta dos custos elevadíssimos - da ordem de US\$ 5 milhões conforme depoimento do proprietário da usina - e das dificuldades atuais de obtenção de financiamento. Diante desta situação concreta, outras estratégias são seguidas pela usina sempre no sentido de se tornar independente dos fornecedores. Isto explica talvez o exemplo mais recente de reordenação espacial, aparentemente paradoxal, que é a compra de terras de velhas fazendas de gado nas porções mais ocidentais das Terras Altas, tipicamente agrestinas, mas cujas condições naturais ainda permitem

o sucesso da cultura canvieira. Este fenômeno ocorre nos Municípios de Machados, Oróbó e Bom Jardim. Disso resulta a necessidade de realização do transbordo da cana aí produzida para caminhões maiores, de 40 toneladas, em Chã do Rocha, onde foi construída uma ponte pela própria usina. Para esta localidade convergem caminhões menores que podem trafegar em estradas cujas condições não são adequadas aos caminhões de maior porte, mais econômicos. Tanta é a falta de matéria-prima que caminhões ainda maiores, de 60 toneladas, também vão até Itabaiana, na Paraíba, em busca da cana de um fornecedor tradicional da empresa.

Pode-se citar como um primeiro caso de reordenação mais afeito à área em estudo a busca, por antigos fornecedores proprietários, da substituição, se não total pelo menos parcial, dos seus canaviais, cada vez menos rentáveis, por pastagens e/ou bananais. Aqui a “crise dos fornecedores” é em particular acentuada pelas condições naturais, especialmente as da topografia. O decréscimo da rentabilidade prende-se às condições locais de relevo de colinas de ondulação mais ou menos forte que, dificultando a mecanização em diferentes etapas do trabalho agrícola, supondo até mesmo o uso do cambiteiro, aumenta fortemente a necessidade de mão-de-obra. Fica, assim, esta área em posição desvantajosa se comparada com as do relevo suave do tabuleiro, onde se pode obter a maior produtividade possível nas condições atuais do desenvolvimento tecnológico.

Tanto o Setor Meridional como o Setor Canvieiro da Faixa de Transição Complexa, especialmente na sua parte norte, mostram, em função da influência agrestina vizinha onde é patente o processo de pecuarização, uma ampliação das pastagens em detrimento dos canaviais. Esta atividade já não é mais caracteristicamente a criação de gado leiteiro, holandês e jérsei em médias propriedades, tão típicas do agreste até os anos 50 e 60. Hoje é também muito significativa a criação de gado de corte, tanto uma quanto outra, em propriedades cada vez maiores e com pastagens plantadas. Há como que uma reversão da situação anterior, quando áreas de agreste, marcadamente pastoris, localmente denominada de “mato seco” de Timbaúba-Macaparana (Setor Canvieiro), e as terras ao sul e a

²² A usina não levou em conta, nos custos apresentados, a depreciação das máquinas e equipamentos.

²³ Prado Jr., Caio. A questão agrária no Brasil. p. 22 a 9.

oeste de Bizarra (Setor Meridional) sofreram o avanço dos canaviais nos anos 60 e 70.

A necessidade de terras que a usina demonstra, principalmente a partir dos anos 50 no caso das Terras Altas, levou à expulsão da grande maioria dos moradores, principalmente os foreiros. A usina não queria expulsá-los todos dos seus engenhos, preferindo antes que se transformassem em moradores de condição. Não era só de terras que necessitava para expandir seus canaviais: precisava cada vez mais de braços, e o foreiro, cujo contrato permitia-lhe trabalhar na maior parte do tempo nas terras do seu "sítio", não era tão adequado quanto o morador de condição, obrigado a dar um número muito maior de dias de trabalho. Este choque de interesse entre os trabalhadores e as usinas transformou-se em conflito que um ex-foreiro, morador em "ponta de rua" há mais de 20 anos, denominou de "alvorço dos tempos de Francisco Julião". O processo de expulsão continua e se acentua com a promulgação do

Estatuto da Terra em 1965, no governo Castello Branco. Apesar do esvaziamento do campo e formação de significativas "pontas de rua", o processo não alcançou nas Terras Altas a intensidade com que se efetivou na Zona da Mata, o que é compatível com a permanência de um número razoável de casas de moradores nos canaviais constituindo uma "paleoforma" do habitat rural. Este fenômeno também pode ser visto através da análise de dados secundários contidos no Censo Demográfico de Pernambuco, 1980, do IBGE²⁴ onde se constata, para quase todos os municípios da área em estudo mais ligado à cana-de-açúcar, a percentagem elevada na zona rural - em torno de 70% - de domicílios cedidos em comparação com os próprios e alugados.

A formação das "pontas de rua" representa um exemplo didático de reordenação espacial como fruto das transformações econômicas e sociais. Todas as cidades das Terras Altas, como se descreveu antes, são marcadas ex-

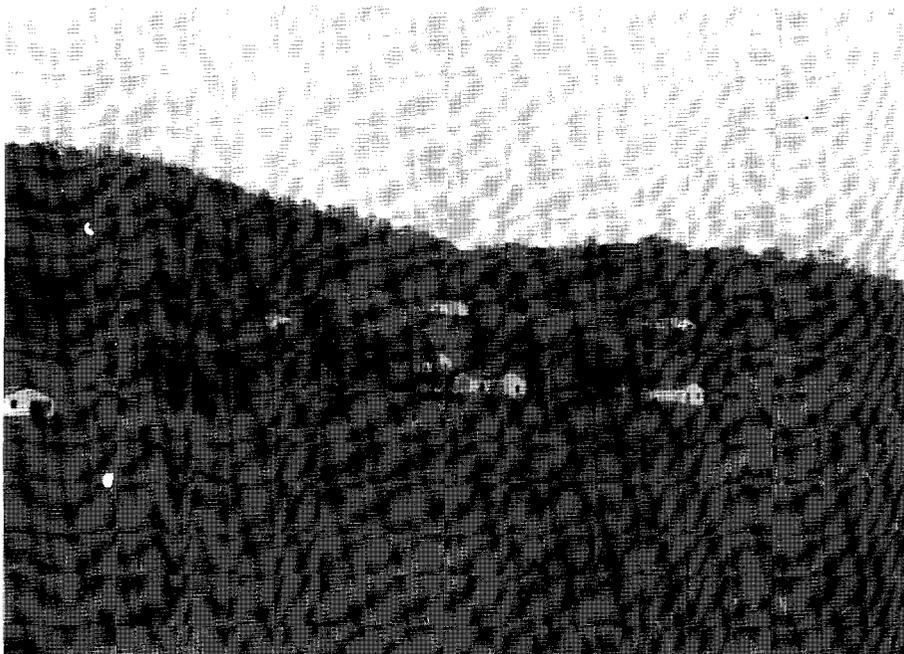


FOTO 7

Vista parcial das terras da Usina Cruangi no Município de Timbaúba, onde algumas casas de moradores com suas pequenas roças em meio ao canavial exemplificam o que se convencionou chamar de "paleoforma" do habitat rural (Autor: Professora Maria José de Araújo Lima).

²⁴ Tabela 4 - "Domicílios particulares permanentes, por condição de ocupação, segundo as mesorregiões, as microrregiões, os municípios, os distritos e a situação do domicílio". In.: Censo Demográfico de Pernambuco, 1980. Dados distritais. Vol. 1, Tomo 3, Nº 10, 1982, IBGE.

pressivamente por estas periferias, onde se aglomera não só, mas principalmente, uma população de ex-moradores e também, em número bem menor, de antigos pequenos proprietários.

É preciso compreender que as migrações campo/cidade vão se diferenciar no que diz respeito à própria origem social do migrante. O pequeno proprietário que vive a realidade da fragmentação da terra por herança (e muitos têm vendido seus sítios) defronta-se também com o fantasma da proletarização e pensa a cidade como forma de ascensão social via educação e emprego urbano. Muitos moram na cidade mesmo sem ter vendido sua propriedade. Outros, mais pobres ao venderem suas parcas terras, vão localizar-se na "cidade", mas na "ponta de rua". Exemplifica didaticamente este quadro a desativação do curso de Técnico Agrícola do Centro de Educação Rural - CERU - de São Vicente Férrer, que mantém apenas os cursos de 2º grau comum e pedagógico.

A perspectiva do morador tem sido nestes tempos também a de vida urbana. É preciso refletir, porém, sobre suas motivações que, na verdade, conduzem ao emprego rural. Na "rua", forma concentrada do habitat, ele pode barganhar melhor o seu salário do que parcialmente isolado no "chão-de-casa" do engenho onde, além do mais, não tem tempo nem espaço para cultivar suas lavouras. Na "rua" tem o conforto mínimo de água, luz e assistência médica mais rápida.

Nestas reflexões há que se considerar também a forte mobilidade espacial do morador que se relaciona com a cidade de uma forma peculiar. Vivendo principalmente de atividade rural, ainda que estando na cidade, frequentemente se desloca deste meio novamente em direção ao campo de onde retorna depois e assim sucessivamente, numa demonstração clara da instabilidade que permeia a sua participação no mercado de trabalho e nas relações cidade-campo. Tais relações incluem até mesmo o deslocamento semanal de habitantes das "pontas de rua" para Recife, onde vão trabalhar na construção civil.

Tentando uma correlação entre estes fatos e a organização do espaço urbano num nível de detalhamento maior, pode-se pensar numa ligação entre essa estratificação social - moradores e pequenos proprietários - e a

estrutura urbana: enquanto os ex-moradores ocupam maciçamente as "pontas de rua", a maior parte dos pequenos proprietários vive em casas melhores na "cidade". Esta estratificação, no entanto, é verificada dentro da própria "ponta de rua" onde antigos pequenos proprietários e/ou pequenos comerciantes no campo vão se instalar em casas um pouco melhores do que o comum dos casos, geralmente organizando-se com um pequeno comércio.

Cabe, além do mais, considerar a reordenação espacial cristalizada nas "pontas de rua" como um processo que se sedimenta há cerca de 30 anos, estando obviamente a ele subjacente a reordenação social: é importante a constatação de que a reprodução da força de trabalho já se realiza na "ponta de rua" há pelo menos uma geração, resultando na formação de um proletariado com peculiaridades marcadas. Esta forma específica de urbanização, representando uma nova realidade agrária, é integrante do mesmo movimento no qual a força de trabalho reproduz-se no meio urbano para ocupar-se majoritariamente e na maior parte do tempo na zona rural.

Este mesmo processo que originou as "pontas de rua" responde também pela formação da referida "paleoforma" do habitat rural. Como entender este paradoxo representado pelo habitat disperso - e certamente menos denso do que o original - das casas dos moradores em seu anacronismo tão claramente manifesto na paisagem? Afinal de contas, em se tratando também de unidades modernas, esperava-se encontrar, como no conjunto da Zona da Mata, além da nucleação em torno da usina, apenas o vazio do habitat e ala correlato.

Que mecanismos poderiam explicar sua sobrevivência, aliás bastante significativa? Esta pergunta se identifica com as reflexões de Heredia²⁵ ao estudar as transformações da agroindústria canvieira no tabuleiro alagoano. É importante sua leitura no sentido de mostrar que, ao mesmo tempo em que há um processo geral de mudança das relações sociais de produção, estas assumem, conforme o lugar - e cada um tem sua história -, sua especificidade. Apesar de no nosso caso a permanência da paleoforma ser muito menos residual, isto não invalida a citação; pelo con-

²⁵ Heredia, Beatriz Maria Alasia de. *Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canvieira em Alagoas*. MCT/CNPq, 1988, p. 195-6

trário, enriquece a análise que ora se desenvolve.

“A análise das relações atualmente em vigor entre o conjunto de trabalhadores e os grandes proprietários - mais especificamente entre esses últimos e os trabalhadores que residem dentro das propriedades - revela que estamos em presença de uma redefinição completa do sistema de posições sociais existentes na área em estudo. As mudanças das relações sociais consubstancializam-se na organização do espaço, fato que pode ser examinado a partir do confronto da distribuição espacial dos antigos engenhos com a das propriedades atuais (fazenda e usinas). Esses são os aspectos que iremos analisar a seguir.

Eram as relações de *morada* que garantiam, no passado, a reprodução econômica e social da exploração canavieira. A reprodução de cada unidade e, portanto, do sistema social engenho pressupunha também a do conjunto de *moradores* e de seus grupos domésticos, por meio de combinação do trabalho no *roçado* individual com o trabalho coletivo no engenho. A relação de dominação estabelecida entre *senhor* e *morador*, com seu grupo doméstico, forneceu sustento ideológico necessário à reprodução desse sistema.

Na situação atual, a reprodução das grandes propriedades e, conseqüentemente, dos grandes proprietários, baseia-se numa grande massa de trabalhadores que, embora possam mesmo residir em áreas internas às grandes propriedades, foram despojados dos meios de produção. Eles dependem exclusivamente da venda de sua força de trabalho e estão à disposição dos grandes proprietários.²⁶

Essa ruptura, no que diz respeito ao sistema de relações sociais anterior, torna-se clara pela análise das atuais relações entre trabalhadores e proprietários, ainda que se constate a presença de alguns elementos constitutivos da situação anterior. A presença de elementos isolados do todo que a relação de *morada* significava, longe de expressar uma continuidade dessa relação, é particularmente elucidadora da mudança”.

Na tentativa de responder à nossa indagação, cabe considerar inicialmente e numa

perspectiva mais geral a nova face da *plantation* cuja intensificação em capital está estruturalmente associada ao gigantismo traduzido em terras e homens. Em termos relativos o sistema é economizador de mão-de-obra, pelo óbvio aumento da produtividade: a lavoura canavieira ocupa espaços cuja utilização seria inexequível sem as máquinas. Tal expansão cria, por conta da vastidão das áreas ocupadas, uma necessidade crescente de grandes contingentes de trabalhadores cujo número aumenta em termos absolutos. Outra reflexão pertinente e mais específica é a de que as usinas das Terras Altas, mesmo modernas, encontram-se numa situação de inferioridade a respeito da produção agrícola por causa da topografia menos favorável que lhes diminui a produtividade. Assim, a existência da “paleoforma” do habitat pode ser vista, por um lado, como “permanência” de um passado de forte tradição policultora; indicadora de mudança, esta “permanência” é, por outro lado e principalmente, fruto de uma estratégia recente das usinas e/ou fornecedores de manter um contingente considerável de mão-de-obra o mais longe possível de uma disputa por braços. Tal circunstância, muito nítida na década de 70, caracterizou a “guerra de salários”²⁷ a respeito dos “corumbas”, trabalhadores sazonais vindos do Agreste. A competição continua hoje e é colocada pelas usinas da Mata Sul de Pernambuco e do tabuleiro alagoano que, remunerando melhor, conseguem trabalhadores até mesmo do Município de Natuba, na Paraíba. Para isso certamente também concorre a maior produtividade dessas áreas, calcada na mecanização e nas condições naturais favoráveis, expressas numa topografia de tabuleiro, resultando em ganhos mais substanciais que, sem dúvida, contribuem para atrair trabalhadores de outras áreas.

A Decadência do Café e a Estruturação de um Importante Brejo Bananeiro nas Terras Altas.

A história da Área Nuclear e de alguns trechos importantes da Faixa de Transição a ela mais ligados é, fundamentalmente, a história do café neste brejo. O período mais provável de ocupação, salvo melhor juízo, está contido entre as décadas de 30 e 40 do

²⁶ Trata-se claramente de uma situação limite muito diferente daquela que caracteriza a “paleoforma” identificada na nossa área de estudo.

²⁷ Andrade, Bonifácio (Coord.). Migrações sazonais no nordeste (relatório de pesquisa), SUDENE/UFPE, 1981.

século passado. Tais dados, levantados em entrevistas com pessoas idosas da área e que levam em conta a reconstituição do passado de suas famílias, não coincidem exatamente com a informação de Pereira da Costa²⁸ citado por Manuel Correia de Andrade, onde se afirma que a expansão da cultura do café se fez a partir de Goiana para o ocidente apenas na segunda metade do Século XIX.

“O sítio Quatis era de propriedade de meu bisavô, que foi imigrante português e quando chegou aqui, por volta de 1840, já plantou café” (Depoimento de um pequeno produtor de Chã do Esquecido).

Qualquer que fosse a cultura principal - a cana ou o café - o povoamento com base nos engenhos e seus moradores levou, no campo, a uma densidade demográfica tal que justificou a organização já em 1852 de uma feira no local onde hoje se encontra a cidade de São Vicente Férrer. Certamente o café muito contribuiu para a criação da freguesia apenas 12 anos depois do início da referida feira.

O desenvolvimento da economia cafeeira é marcado por duas etapas de valorização e forte expansão: uma particularmente nas duas primeiras décadas deste século e outra já na década de 30, pós-crise mundial, com a implantação da usina do Instituto Brasileiro do Café - IBC²⁹ -, em São Vicente Férrer. Enquanto a primeira está mais ligada a Campina Grande, a segunda associa-se à gradual mudança de sentido dos fluxos comerciais, assumindo o mercado de Recife peso cada vez maior.

A partir do final dos anos 50 desenha-se a crise do café que culmina com o desaparecimento de sua cultura no rastro da política de erradicação levada a efeito a partir dos meados da década de 60, abrindo caminho para o primeiro surto bananeiro.

As etapas do desenvolvimento desta economia agrária, além dos traços que imprimiram na paisagem rural, refletiram-se fielmente no meio urbano, disso constituindo São Vicente Férrer um exemplo didático. Na porção ocidental do caminho que demandava à Paraíba, organizou-se a parte mais antiga da cidade. Evidenciando a ligação dos primeiros tempos, quando Campina Grande era o principal mercado, e significativamente voltada para o estado vizinho, a centenária Igreja Matriz marca exemplarmente o espaço. É um dos seus

mais expressivos símbolos arquitetônicos, tanto pelo porte como pela posição de destaque, erguida que está numa colina dominando o vale onde se localizou o núcleo original. Este foi organizado perto de uma capela edificada em terras de antigo patrimônio e posteriormente demolida, dando lugar à Matriz.

A segunda etapa de expansão do café na região, quando Recife aparecia como principal mercado, é também a de maior dinamismo na evolução urbana da aglomeração que até o final do segundo quartel deste século assistiu a seu maior crescimento, tornando-se cidade em 1953 quando do desmembramento de Macaparana. Somando-se aos raros sobrados da fase final da cafeicultura, construíram-se aos poucos numerosas casas melhores deste pequeno centro dominado por comerciantes e proprietários rurais, onde, entretanto, a maioria esmagadora das habitações é bastante modesta. Simboliza este período de aumento de produção e melhoria de qualidade a implantação em 1937 da usina de beneficiamento de café do IBC no extremo leste de São Vicente. Seu armazém é outro significativo marco arquitetônico. Hoje transformado em mercado público, chama a atenção por seu tamanho desproporcional, dando a justa medida da importância que tinha este produto na região.

As transformações econômicas e sociais que se esboçam na década de 60 e se desenvolvem até a atualidade refletem-se no crescimento urbano, conferindo a São Vicente Férrer uma estrutura muito diferente daquela dos tempos do café. Desde há 30 anos passados formou-se o bairro do Recreio, importante “ponta de rua” cujo dinamismo contrasta com a estagnação decorrente da falência da cafeicultura, evidenciada claramente por um hiato nas demais porções da cidade. Só recentemente verifica-se o surgimento de novas ruas e casas, em número reduzido e correspondente apenas a uma parcela da população de melhor situação econômica. Este crescimento, agora ligado à cultura de banana, ocorre nas cercanias do mercado público.

Somam-se aos referidos símbolos arquitetônicos, situando-se também nos dois extremos da cidade, construções ou restos de construções que, da mesma forma que as primeiras, são testemunhos de sua evolução econômica. Tal é o caso do antigo Engenho Gracioso desativado em 1947 e do qual res-

²⁸ A cultura do café em Pernambuco, *Jornal do Recife* de 21 de março de 1878. In: O VALE DO SIRIJI, 1971, p.76.

²⁹ Na época ainda Departamento Nacional do Café - DNC -, posteriormente substituído pelo IBC em 1952.

tou apenas a chaminé que ocupa o centro da maior praça de São Vicente, na sua entrada principal. Da mesma forma, a existência de pelo menos quatro sedes de antigas fazendas de café no extremo oposto mostra bem o passado desta pequena aglomeração de fundo de vale, cercada de colinas ocupadas em diferentes momentos de sua história por cafezais, canaviais e bananais, todos muito próximos dos limites urbanos.

O brejo, caracterizando uma área compatível com o que se pode considerar "Tierra Templada", cujos topos alcançam 600 m e que se achavam inteiramente recobertos pela mata pluvionebular, configurou um espaço de eleição para a cultura do café, aí inteiramente sombreada. Os cafezais, localizando-se em colinas de diferentes altitudes, podiam ocupá-las inteiramente ou não, desde os cumes até a baixa encosta, aproximando-se do fundo do vale; em outras situações, localizavam-se num ou noutro trecho das vertentes. Nas colinas de maior amplitude, com afloramentos freqüentes e fortes declividades, não havia cafezais na alta encosta e nos topos. Aí persistia, íntegra, a mata.

Com esta agricultura de encostas, predominante, contrastava a da cana-de-açúcar

que se limitava às estreitas e pouco freqüentes várzeas, conformando muito mais o que Manuel Correia de Andrade denomina de "fazendas mistas" do que propriamente engenhos. E mais: tal característica tendia, na Área Nuclear - que pelas suas condições de topografia mais acidentada limitava a expansão da cana -, a mostrar um peso muito maior da economia cafeeira em comparação com as terras circundantes e de topografia menos hostil da Faixa de Transição. Esta área de mata, que por assim dizer escondia os cafezais, estava pontilhada de sítios de moradores. Com sua tradicional policultura, onde sobressaía a mandioca, eles constituíam a mão-de-obra fundamental dos cafezais de fazendas na maioria mais modestas e de poucos escravos.

Chamam a atenção ainda hoje, se bem que totalmente sem função, apenas testemunhando a antiga atividade, os terreiros de secagem do café, localizados na frente das casas-grandes, compondo, junto com as "moitas", o quadro clássico das fazendas mistas, tão típicas deste brejo.

O fato de a cultura do café ser sombreada não significou necessariamente a preservação da vegetação original. Uma das formas



FOTO 8

Vista do Engenho Cipó Branco, situado na Área Nuclear. As colinas hoje inteiramente recobertas pelos bananais eram antes ocupadas pela mata que abrigava os plantios de café, neste caso tão ou mais importantes que a própria cana-de-açúcar. À esquerda da foto aparecem a chaminé e a parte da "moita" transformada em estábulo. A casa-grande tem a sua frente e a seu lado o terreiro de secagem de café. No centro da foto estão casas geminadas, "quartos" de trabalhadores temporários. A construção alongada mais para a direita é um antigo depósito de café.



FOTO 9

Terreiro de secagem de café do Engenho Cipó Branco na frente da casa-grande. No centro da foto, servindo como jarro, aparece um antigo tacho usado na fabricação de açúcar; na margem direita observa-se uma antiga forma de ferro para a fabricação dos "pães de açúcar".

de obter o sombreamento, talvez menos frequente, era a de "ralear" a mata, realizando uma broca seletiva, removendo-se espécies menores e algumas árvores ao longo do que um velho e experiente trabalhador, morador de engenho, denominou de "trilha". Abriam-se aí covas com espaçamento de 3,5 m ("18 palmos") destinadas ao transplante das mudas de café. A outra "trilha" distava também 3,5 m da vizinha, sendo o cafezal plantado segundo linhas de maior declive. Quando as mudas vingavam, fazia-se uma limpa ao longo da picada.

O fato de existir a broca seletiva não significava que mais tarde, com o cafezal já formado, não se procedesse à derrubada da mata. A remoção mais intensa das espécies arbóreas podia significar não só a etapa seguinte desse tipo de sombreamento como também a fase inicial da implantação de cafezais, neste caso geralmente associados à cultura de mandioca. Ao desmatamento correspondia, qualquer que fosse a etapa que ele estivesse representando, o plantio do ingá (*Inga bahiensis* Benth.), mulungu (*Erythrina velutina* Willd.), jaqueira (*Artocarpus integrifolia*, Linn.) e cajueiro (*Anacardium occidentale* Linn.),

além da preservação de algumas espécies arbóreas pioneiras como o camundongo (*Pithecolobium polycephalum* Benth.) e a piaca (?). O transplante das mudas de café era feito depois do plantio da mandioca que forneceria a sombra necessária para o cafezal novo, por dois ou três anos, depois do que era removida. Já então existia o sombreamento definitivo, dado o rápido crescimento da maioria das espécies selecionadas. Além da mandioca, que possuía valor comercial, era comum o plantio de culturas de subsistência enquanto o café crescia.

A técnica de sombreamento do café e as transformações sofridas pela vegetação original ficam bem ilustradas pelas palavras de um senhor de engenho de Macaparana: "Eles sempre deixavam algumas árvores da própria mata; faziam picadas na mata. Depois de muitos anos iam "pelando" a mata, tirando as madeiras e aí é que plantavam o caju, o mulungu e o ingá. Os "paus" plantados só eram semeados depois de tirar toda a mata. Muitos não deixavam os "pés de pau" da mata porque eram muito altos e na chuva a "pingueira" derrubava a flor do café. Quando des-

cobriram isso, todo mundo pôs a mata abaixo e plantou o ingá".

Neste ambiente de clima úmido e de relevo acidentado, o plantio segundo as linhas de maior declive e o desequilíbrio representado pelos desmatamentos parciais ou totais acarretaram sérios danos ao solo, não obstante as já tardias tentativas de defesa contra a erosão através do *mulching*. O sistema agrícola prevaiente trazia além disso o problema do esgotamento do solo, já que não supunha o uso de adubos.

Nos engenhos e fazendas de café os moradores constituíam a principal força de trabalho. Residentes com suas famílias nas terras de uma propriedade não podem ser vistos, porém, sem diferenciação: distinguem-se, pelo menos, no quadro tradicional, os "foreiros" e os de "condição". Ambos dispunham de terras para cultivar - o "sítio". Os primeiros pagavam o "foro" em dias de trabalho previamente combinados e proporcionais à área cedida pelo dono das terras, não tendo a obrigação de trabalhar outros dias. Tal não era o caso do morador de condição, que conforme acordo trabalhava certo número de dias pagos, se bem que de forma aviltada. Além disso, era obrigado a dar os dias de "cambão", trabalho gratuito, geralmente uma vez por semana.

Nestas condições de uma remuneração tão baixa é que se deve compreender o significado da colheita de café - paga por produção - para essa massa de trabalhadores. Os depoimentos muito claros de um senhor de engenho e de um pequeno proprietário convergem para caracterizar este momento como se fosse o de uma "festa". Ambos ressaltam que nessa época "o povo ganhava dinheiro", o que pode significar que o pagamento recebido nas outras épocas era menor. Como reflexo que se fazia sentir na cidade, a vida econômica e social intensificava-se.

"Antigamente, além de ser mais bonito, tinha uma sobrevivência para o povo carente maior; pois no inverno era muito difícil de entrar dinheiro nesta região porque nem todo dia tinha trabalho. O café dava prioridade a esse povo; todo mundo queria colher café para ganhar dinheiro. *A feira também era melhor*" (pequeno proprietário de Chã do Esquecido).

"Era uma lavoura boa: no inverno tinha muito serviço. As safras do café e da cana não coincidiam; então tinha trabalho sempre para todos, inclusive as mulheres e as crianças

também colhiam. *Tinha dinheiro na época da colheita*. Uma caixa de café valia mil réis e com este dinheiro dava para comprar um quilo de carne. Os trabalhadores podiam trabalhar em qualquer propriedade e fazer dinheiro" (senhor de engenho de Macaparana).

Estava também relacionado a esta economia um outro tipo de "foreiro" que desfrutava melhor situação econômica, sendo geralmente pequeno ou médio proprietário. Não moravam na fazenda ou engenho e pagavam o "foro" ao proprietário seja com seu próprio trabalho, seja contratando trabalhadores por sua conta.

No período de entressafra do café, os homens dividiam seu tempo entre o próprio roçado, os tratos no cafezal e a colheita da cana sem choque na seqüência do calendário agrícola. Assim, as mulheres desempenhavam um papel fundamental nas pequenas unidades de produção dos moradores: além de ajudar o marido levando-lhe diariamente a comida ao local de trabalho, basicamente era quem cuidava, com a participação das crianças, do roçado da família no qual os homens faziam os trabalhos iniciais, mais pesados. Na época da colheita do café, ganhando por caixa colhida, trabalhavam todos os membros da família, especialmente mulheres e crianças.

É preciso ressaltar o papel da cultura da mandioca, dada a importância que teve como lavoura comercial complementar. Sempre associada, direta ou indiretamente, à expansão cafeeira, sendo ainda mais antiga, estava muito ligada não só aos moradores mas também ao proprietário da fazenda. Era comum que cada fazenda de café tivesse sua casa de farinha, para onde convergia a produção dos moradores que pagavam a "côngrua" de 10% sobre a farinha produzida. No entanto, também o proprietário era produtor de mandioca, que poderia ou não estar diretamente associada ao cafezal novo.

O beneficiamento do café era feito de modo mais ou menos rústico com despoldadoras ("motores") que existiam nas fazendas e engenhos mais importantes e que também beneficiavam café dos produtores menores das vizinhanças. O produto continha muitas impurezas e não era classificado. O comércio era dominado por atravessadores de São Vicente Férrer e Campina Grande e na maioria dos casos o café era comprado na porta do produtor, destinando-se principalmente a esta praça.

A implantação da usina do IBC e a melhoria da ligação rodoviária com a capital feita na segunda metade dos anos 30 significam uma mudança da orientação, na direção do mercado de Recife. Este centro podia absorver uma quantidade maior, já produzida pelo brejo, e ao mesmo tempo de melhor qualidade, o que se liga a nova forma, mais concentrada, de beneficiamento promovida pelo Estado.

A década de 50, especialmente na sua fase final, assiste ao início da derrocada do café diante da queda dos preços no mercado internacional. Da mesma forma que antes agira com o fito de promover o desenvolvimento desta cultura, agora o Estado trabalha em sentido contrário. Interessado em valorizar o café diante das pressões baixistas do mercado mundial, o Governo Federal, em meados da década de 60, adotou a política de "erradicação de cafezais improdutivos", pagando ao produtor por pé de café arrancado e mais ainda se houvesse substituição por outra cultura. A derrocada do café insere-se num quadro de morbidez onde se somaram, num círculo vicioso, vários efeitos negativos. Entende-se por que a queda dos preços apressou a sua decadência diante das dificuldades representadas, por assim dizer, pelo envelhecimento mais rápido dos cafezais e a conseqüente queda dos rendimentos por conta da erosão, do esgotamento do solo, do não emprego de adubos e, finalmente, do ataque generalizado da "broca" (*Hypothenemus hampei*, Ferrari). Esta praga, que bem representou a sua agonia, ao que tudo indica veio com o café trazido do Espírito Santo para ser beneficiado na usina do IBC de São Vicente Férrer. É fácil compreender neste quadro a sua última cena: a erradicação.

Os depoimentos de um comerciante e de um proprietário rural dão a exata medida da importância que teve o café para São Vicente quando a respeito da sua decadência afirmam que "... a cidade quase foi à falência". "Justamente no fim do ciclo do café ... foi a bancarrota, ninguém pagava nada ao banco e todo mundo ficou inadimplente; o comércio quase que fecha porque não tinha a quem vender. Acabou a atividade econômica do campo e aí o pessoal começou a plantar roça". Ao mes-

mo tempo o comerciante valoriza extremamente a ação de alguns grandes produtores, pioneiros do desenvolvimento da cultura da banana em maior escala, tendo-os como verdadeiros "salvadores" de São Vicente.

Nesta conjuntura de falência da economia cafeeira a pequena produção desempenhou um papel fundamental, via cultura da mandioca, na sustentação das grandes propriedades, principalmente na Área Nuclear. Os sítios dos moradores, reduzidos nas suas dimensões quando da maior valorização do café, são aumentados em número e tamanho, em algumas grandes propriedades talvez por mais de uma década, dos anos 60 para os anos 70, enquanto se gestava a cultura da banana em larga escala.

Mesmo assim verifica-se uma redução mais ou menos intensa da área cultivada com mandioca para quase todos os municípios das Terras Altas de 1960 para 1970.³⁰ É, no entanto, a passagem dos anos 70 para o início dos 80 que mostra de maneira particularmente drástica a redução do cultivo deste produto, além da diminuição ocorrida em outras culturas alimentares como o milho e o feijão. Este fato tem sua contrapartida no crescimento da área ocupada com os bananais no mesmo período (Tabela). Tal fenômeno se acentua fortemente durante os anos 80, a ponto de a EMATER de São Vicente Férrer avaliar para 1991 que a área cultivada com bananais no município ultrapasse os 3 500 ha.

Com a expansão dos bananais, novamente aí entra em refluxo a maré da pequena produção: gradativamente as terras dos moradores com suas roças são retomadas pelos proprietários para serem ocupadas por uma cultura muito mais valorizada. Já no início da década de 80 a produção de mandioca praticamente entra em colapso e diminuem as casas de farinha em funcionamento.³¹

"Quando arrancaram o café, os sítios dos moradores pegaram a crescer e os moradores permaneceram. Eles [os moradores] começaram a ir embora, quando veio a banana, pois eles [os proprietários] plantam a banana até no terreiro do morador que ficou sem sítio. Do alugado não dava para viver e foram embora. Uns vão para a rua; outros, que têm arte,

³⁰ Deve-se, porém, manter uma atitude crítica em relação aos dados do Censo de 1960 que, a cada momento, se compulsados com situações concretas, mostram-se freqüentemente inconsistentes.

³¹ "A expansão da cultura da mandioca na década de 60 e início dos anos 70 tem importante testemunho nas numerosas casas de farinha - algumas de boa qualidade, feitas em alvenaria e equipadas com motor - construídas nessa época. Hoje (1990), uma vez ultrapassada a alternativa da mandioca, em função do surto bananeiro e da queda forte do preço do produto, elas estão, na maioria, fechadas ou produzindo, com base em energia humana, apenas para a família do proprietário". "Teve farinha que só deu para pagar os trabalhadores". "A praga que deu foi a roça ter ficado dispendiosa". (frases de um produtor e comerciante de Natuba, PB), (Grabois;Silva, op.cit., 1990).

TABELA

ÁREA TOTAL E ÁREA OCUPADA NAS TERRAS ALTAS DA TRANSIÇÃO AGRESTE - MATA DO NORTE DE PERNAMBUCO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS - 1960-1970

MUNICÍPIOS	ANOS	ÁREA TOTAL (ha)			ÁREA OCUPADA (ha)							
		Total	De pastagens naturais	Plantadas	Tipo de Cultura							
					Banana	Café	Cana	Feijão	Mandioca	Milho	Uva	
TOTAL	1960	1 944 065	1 780 871	163 194	16 261	(1)85 600	259 183	363 831	181 535	325 520	(2)	
	1970	2 385 563	2 174 731	210 832	26 338	26 997	273 877	269 527	127 888	313 596	210	
	1980	2 235 132	1 734 226	500 906	26 299	17 461	380 509	274 588	75 341	270 016	355	
Bom Jardim	1960	5 240	5 009	231	340	(1)390	77	6 556	4 712	7 820	(2)	
	1970	5 994	5 430	564	768	20	223	5 004	3 684	5 530	-	
	1980	7 649	5 835	1 814	438	6	719	3 456	1 962	2 972	-	
Limoeiro	1960	29 231	26 141	3 090	223	(1)48	468	22 776	4 550	23 364	(2)	
	1970	10 573	10 449	124	1 765	-	372	7 934	4 227	8 024	-	
	1980	12 104	6 934	5 170	579	-	495	1 400	784	1 631	-	
Macaparana	1960	689	589	100	365	(1)541	1 147	103	411	152	(2)	
	1970	2 112	1 462	650	718	126	3 054	370	776	431	1	
	1980	3 031	1 570	1 462	427	12	4 286	182	139	156	3	
Machados	(3)1960					(1)					(2)	
	1970	586	452	134	945	168	-	504	705	805	-	
	1980	845	835	10	1 058	27	319	487	943	654	-	
Orobó	1960	2 920	2 715	205	118	(1)764	27	2 769	3 099	2 308	(2)	
	1970	3 620	3 078	542	502	850	-	2 881	1 302	3 513	-	
	1980	5 477	3 608	1 869	169	182	327	941	339	1 025	-	
São Vicente Férrer	1960	555	424	131	620	(1)1 182	810	71	691	253	(2)	
	1970	1 146	885	261	971	496	1 127	167	386	227	60	
	1980	1 782	1 360	422	1 258	146	1 645	130	184	137	133	
Timbaúba	1960	4 068	3 779	289	230	(1)223	6 697	802	779	944	(2)	
	1970	6 656	5 330	1 326	173	-	7 792	701	253	791	-	
	1980	7 878	4 969	2 909	188	-	11 262	308	163	343	-	
Vicência	1960	1 047	936	111	590	(1)329	6 991	64	700	212	(2)	
	1970	1 944	1 691	253	1 881	30	9 022	23	511	45	-	
	1980	2 401	1 058	1 343	876	-	10 253	24	217	72	1	

FONTES - IBGE, Censos Agropecuários de 1960, 1970 e 1980.

(1)Dados obtidos indiretamente, dividindo-se o volume da produção pelo rendimento médio por hectare. (2)Dados não registrados pelo censo. (3)Tornou-se município após 1960.

vão para a *cidade*" (palavras de um antigo morador ainda vivendo num engenho local).

Tais fatos ilustram fartamente o papel histórico da pequena produção sempre ligada a produtos menos valorizados e/ou dificuldades de acesso à terra, denotando claramente sua posição de subordinação.

Este papel fica também evidenciado por um outro tipo de pequeno produtor: pequenos proprietários que formaram durante algum tempo a base de sustentação e desenvolvimento da banana em escala comercial para depois serem aos poucos aliados do processo, quase que inteiramente assumido pela grande produção.

A crise do café trouxe no seu bojo tentativas diversas de substituição que no entanto não se sucederam linearmente. Pelo contrário, elegeram-se alternadamente e em diferentes momentos culturas que no comum dos casos coexistiram, tornando-se umas mais importantes que outras conforme a época.

Assim, no caso da Área Nuclear, não se pode dizer que houve uma substituição imediata do café pelos bananais. Além da mandioca, cuja importância já se mostrou, é preciso levar em conta a fruticultura praticada regularmente nas pequenas e médias propriedades. Com as tentativas malsucedidas da cultura da banana-maçã, por exemplo, alternou-se a citricultura, com destaque, aí, para a laranja-baía, bem como uma retomada da cultura da uva no Setor Ocidental da Faixa de Transição. A cultura da laranja, que não se restringia à Área Nuclear, teve vida curta, ao contrário do que aconteceu com os bananais, diante da queda dos preços imposta pela cadeia de comercialização. Sua desvalorização não compensava os gastos realizados nos tratamentos dos laranjais tomados pela praga da gomose ou podridão do colo (*Phytophthora* spp.) que os liquidou.

Praticamente, na seqüência da crise do café e desenvolvimento dos dois surtos bananeiros, uma das raras alternativas de cultura comercial que vai se mantendo viável para a pequena produção é a dos parreirais.

Na Área Nuclear, depois de percorrer um longo caminho onde se esboçaram várias tentativas, a grande produção se fixou na cultura da banana. Enquanto isso, no Setor Canavieiro ocorreu o caso mais direto de mudança, onde os cafezais em declínio foram substituídos pelos canaviais em ascensão numa das fases da expansão usineira.

Percebe-se, então, que a diversidade da vida econômica das Terras Altas sempre marcada pela presença da pequena produção foi muito afetada pela banalização inerente à grande lavoura dos tempos atuais. Isto lhe alterou profundamente os mecanismos de organização espacial, daí resultando mudanças substanciais em sua fisionomia que, no entanto, ainda guarda vestígios da antiga configuração.

Constitui a cultura da banana um dos melhores exemplos de mudança da paisagem agrária. Sua evolução, porém, não se efetivou linearmente, comportando três momentos distintos. O primeiro, que pode ser entendido como fase embrionária em que foi gestada a grande expansão dos bananais, caracterizou-se pela sua coexistência com os cafezais. Sucodem-se dois períodos que se diferenciam qualitativa e quantitativamente, significando surtos que ocorreram em conjunturas muito específicas: à erradicação dos cafezais corresponde o primeiro *boom* bananeiro e à crise do PROÁLCOOL relaciona-se o segundo, de magnitude muito maior e ainda em curso.

A fase embrionária está associada a um gradual crescimento de importância dos mercados urbanos, principalmente os locais (o que não exclui o Recife e João Pessoa) e a concomitante valorização do produto. Se bem que de caráter comercial, a produção de banana era ainda bastante limitada, cultivando-se variedades tradicionais como a "maçã", a "comprida" e a "prata" através de técnicas rotineiras, inexistindo diferenças a respeito dos sistemas agrícolas praticados por grandes e pequenos produtores. Nesta época, a comercialização, também dominada por atravessadores, era feita através de feiras abastecidas diretamente pelas áreas produtoras. Coerentemente com volume e natureza da produção, e com estas características de comercialização próprias de mercados restritos, o meio de transporte mais usual era a tropa de muares. Tal era o caso da feira de Limoeiro para onde se destinava grande parte da produção de São Vicente Férrer, destacando-se a de banana-comprida.

Deve-se ressaltar, portanto, que a cultura da banana não substituiu os cafezais de maneira brusca, pelo menos nesta primeira fase em que a produção, antes caracteristicamente de moradores, vai aos poucos passando à órbita dos proprietários. A gradual consolidação desta alternativa em larga escala, que

redundaria mais tarde nos surtos bananeiros, está muito bem descrita por Andrade,³² como segue:

“Em 1904 já a *serra* [Mascarenhas] abastecia as feiras da redondeza com banana-comprida e banana-anã. Era, porém, considerada planta de *foreiros* e *moradores*, por dar insignificantes rendimentos, com seus baixos preços nos mercados. Quando a banana conseguiu cotação mais elevada, os proprietários passaram não só a cultivá-la como a adquirir para isso os sítios dos *foreiros*. Hoje é uma cultura de proprietários, tendendo a ficar terminantemente interdita a arrendatários e moradores. Os preços altos fizeram até com que muitas das fazendas de café do alto vale passassem a ter sua economia baseada no café e na banana. Por isso, em muitas áreas, cafezais e bananais se sucedem e até se interpenetram, firmando associações, quando os cafezais ainda são novos. Desde 1945, porém, que uma praga conhecida localmente por *mosaico*, o *mal-do-panamá*, vem destruindo os bananeirais, sobretudo da variedade *maçã*, o que tem causado grande prejuízo aos cultivadores”.

Já percebia o autor, em 1957, a tendência que se manifestaria fortemente uma década depois.

A eclosão do primeiro *boom* bananeiro em 1969/70 associa-se às mudanças muito nítidas na produção, não só por conta do aumento do volume mas também por alterações no sistema agrícola e pela introdução da variedade *pacovan* oriunda dos perímetros irrigados do sertão.

No entanto, a configuração do surto, feita paulatinamente ao longo de uma década, deve ser necessariamente compreendida num contexto mais amplo de mudanças de âmbito nacional. No decorrer dos anos 60, na passagem da fase embrionária para o primeiro *boom*, o crescimento dos bananais, ainda que não fosse desprezível, sofria limitações impostas pelos mecanismos de comercialização. Não obstante a participação dos grandes produtores e a ampliação dos mercados urbanos locais e regionais, as formas de comercialização eram mais acanhadas e os

produtores, mesmo grandes, não tinham como negociar os preços; as dificuldades se acentuavam diante das deficiências da rede viária e dos meios de transporte.

Este quadro bem se identifica com uma época - os anos 60 - em que o Brasil passa por transformações muito grandes. Assim, não se pode excluir este pequeno brejo, vivendo suas mudanças, do conjunto maior onde a urbanização cada vez mais acelerada, a criação das Centrais de Abastecimento Sociedade Anônima - CEASAs - e o surto rodoviário, entre outros fatores, alteram, profundamente, as condições de comercialização e, portanto, de produção. Estas mudanças, uma vez alcançando as Terras Altas, vão redundar no primeiro *boom* bananeiro.

A participação dos grandes produtores³³ no desenrolar do que denominamos primeiro surto bananeiro é dele inseparável em todos os momentos. Se na fase de gestação seu papel já era importante, nesta ele é fundamental. Pioneiros foram os grandes produtores, principalmente Fernando Régis, proprietário da fazenda Oito Porcos, os que introduziram e disseminaram a nova variedade de banana, bem como inauguraram as mudanças no sistema agrícola.

A banana *pacovan*, pela sua qualidade, traduzida em paladar semelhante ao da “prata” e tamanho maior, alcança comparativamente maior valorização. Experimentada com sucesso nos perímetros irrigados do semi-árido, esta variedade adaptou-se muito bem às condições ecológicas do brejo. Além do tamanho, apresenta a vantagem adicional do maior número de frutos por cacho, possibilitando, assim, rendimentos por hectares superiores aos da banana “prata”. Significativamente os produtores locais identificam a banana *pacovan* de segunda, de menor tamanho, pelo nome “prata”. Sua disseminação está ligada também a outras facilidades evidentes de adaptação: além de ser mais resistente ao *mal-do-panamá* (*Fusarium oxysporum* f. sp. *cubense* (Ef. s.) Sn & H.) que liquidou a banana-maçã, é tolerante ao ataque de nematóides que inviabilizaram a banana-comprida.

³² Andrade, op. cit., 1971, p. 77-8.

³³ Um parâmetro inicial de diferenciação entre produtores no qual podemos nos apoiar com segurança é a área cultivada com os bananais. Como se verá no transcorrer da análise a respeito dos produtores, esse critério é inseparável de uma série de outras características que permitem uma diferenciação mais completa dos tipos, a saber: maior ou menor capitalização, tecnificação do sistema agrícola, produção, melhor ou pior qualidade das frutas, inserção na cadeia de comercialização e diferentes níveis de renda. Pelas observações de campo e conforme o próprio julgamento que os produtores fazem da posição de cada um no processo produtivo, chegamos a alguns limites que porém não devem ser encarados rigidamente. Não se trata apenas de mera avaliação quantitativa e o parâmetro área cultivada não pode ser absolutamente isolado dos demais, pois é a sua interação que nos permite compreender a natureza de cada categoria.

Assim, estabelecem-se para pequenos produtores áreas de no máximo 20 ha, sendo mais frequente a concentração em limites inferiores a 10 ha. Os médios produtores estariam situados numa faixa compreendida entre 20 e menos de 100 ha, área a partir da qual já se caracteriza o grande produtor. Os maiores

O cultivo da nova variedade vem acompanhado de mudança no sistema agrícola, dentre as quais ressalta a prática do desbaste. Com o sentido de evitar a competição entre os bananeiras e a conseqüente perda de qualidade, deixam-se apenas três indivíduos em cada touceira, removendo-se as “filhações” excedentes.

“Fernando Régis trouxe as mudas do Ceará [na verdade de São Gonçalo, Paraíba, conforme informações da família]. Trouxe também as novas técnicas e era muito criticado por isso. Me lembro que a gente passava na beira da estrada e o pessoal ficava olhando aquele monte de banana arrancada [do desbaste] com uma pena danada, achando que era o maior desperdício; eles diziam que quanto mais vaca mais bezerro” (palavras de um pequeno produtor de Siriji).

Além da prática mencionada e de outros cuidados com os bananais, traduzidos nas limpas e no uso de inseticidas e fungicidas, empregavam-se, de modo generalizado, os adubos químicos e orgânicos.

O pioneirismo desses produtores mostrou-se também na conquista de novos mercados regionais e até mesmo em âmbito nacional, como é o caso da importante praça de Belém. Grandes produtores e possuidores de caminhões próprios, tendo sua produção complementada por numerosos produtores menores, não lhes foi difícil, diante da qualidade do produto, a consolidação dos referidos mercados.

Entretanto, as origens da produção de banana estão intimamente relacionadas com a pequena produção - “cultura de moradores e foreiros”. Seu desenvolvimento em etapas posteriores, apesar de francamente comandado pelos grandes proprietários, não pôde prescindir da participação de inúmeros pequenos produtores. Considerados, pelo menos até um certo momento da evolução da economia bananeira, como sustentação do conjunto da produção, como entender o seu progressivo alijamento da mesma? Buscando compreender os mecanismos do seu processo de integração no primeiro *boom* tentaremos explicar o seu afastamento na fase atual.

Com o desmoronamento progressivo da economia cafeeira, a substituição dos cafezais pelos bananais foi também vantajosa para os pequenos proprietários. Esta fase inicial, quando a tecnificação não era expressiva, nivelava, a esse respeito, grandes e pequenos. Menos exigente que a cafeicultura

tanto em trabalho quanto em capital e mostrando ganhos compensadores praticamente durante todo o ano, ao contrário do café, a cultura da banana parecia estar (e naquele momento de fato estava) perfeitamente adequada às condições e necessidades do pequeno produtor. Não é difícil imaginar com que facilidade os pioneiros, ao disseminarem a nova variedade, conseguiram influenciar um grande número de pequenos produtores, muitos dos quais possuidores de “sítios” de café. Sua fragilidade neste quadro de decadência e a possibilidade de ganhos maiores com um produto melhorado, depois de tentativas frustradas com outras culturas, explicam o direcionamento tomado.

“A banana trouxe muitas facilidades. Quando houve a troca café/banana, os pequenos acharam melhor, pois era mais fácil de trabalhar. Quando era época de colheita de café era muito trabalhoso, tinha muito cuidado. O chão era de um tijolo especial, tinha as máquinas de despolar e um monte de outras coisas. Lembro muito de minha família comentando que a banana era melhor de trabalhar. O café se começava a colher no mês de junho, ou seja, em pleno inverno. Botava no terreiro ou no secador; aí bota pra dentro, cuida. Enquanto estava verde podia pegar chuva; mas maduro se estragava. Era uma trabalhadeira danada”.

Ressalta neste momento, além dos grandes produtores e da expressiva massa de pequenos que cegamente os acompanham, a categoria dos médios produtores, que mostram um certo nível de capitalização. Seu papel, semelhante ao dos pequenos, foi de sustentar o significativo aumento do volume produzido, o que evidentemente permitiu continuidade e progressão dos fluxos comerciais e, portanto, a sedimentação das relações entre a área produtora e os mercados consumidores, firmando-se São Vicente como importante produtor de banana, já numa escala regional. Tal situação altera-se profundamente na fase seguinte, quando se cristaliza uma tendência de desaparecimento ou redução do número desses produtores.

Neste universo, o papel do pequeno proprietário, muito mais que o dos médios, caracteriza uma clara posição de subordinação relativamente aos grandes produtores. Ela transparece não só na produção da banana e sustentação dos fluxos comerciais, mas também e classicamente na produção de alimentos a baixo custo e no fornecimento de força

de trabalho para as grandes fazendas e engenhos. Historicamente seu papel é perfeitamente comparável ao dos moradores. A este respeito, aliás, devemos lembrar que são muitos os casos, além daqueles ligados à divisão por herança, em que parte das terras de várias propriedades grandes, por efeito de pressão social própria do início dos anos 60, como já se explicou, é subdividida em pequenas unidades e freqüentemente adquirida por moradores que já ocupavam estes locais.

Representando um resíduo da antiga paisagem de foreiros, tal fenômeno constitui exemplo de um tipo específico de reordenação do espaço, muito mais limitado, porém, que aquele dado pela substituição generalizada dos cafezais e da mata pela monocultura da banana.

Esta reordenação espacial nos remete a uma reflexão a respeito das transformações ocorridas nas relações sociais no quadro em que se realiza a passagem da economia decadente do café para a fase seguinte de estruturação do brejo bananeiro. O antigo quadro supunha a existência de numerosos moradores que “davam” dias de “cambão”. O desaparecimento do café e a expansão bananeira promoveram alterações nesse sistema. A necessidade de terras bem como os conflitos decorrentes das transformações nas relações sociais dos anos 50 e 60 levaram à expulsão quase que generalizada dos moradores na Área Nuclear. O fato de aí a maioria da mão-de-obra rural passar a viver na “ponta de rua”, recebendo salário por trabalho sazonal, não significa necessariamente, apesar de esta ser a forma dominante, que a ela seja exclusiva. Os proprietários buscam formas alternativas de expropriação dos trabalhadores, disto consistindo exemplo muito comum a formação de bananais ou sua renovação pela simples concessão da terra ao trabalhador para que ele faça a “broca” da capoeira ou a remoção do bananal velho e aí cultive seu roçado durante um ano ou ano e meio, tendo obrigação deixar o bananal pronto. Apenas as despesas com insumos cabem ao proprietário. Não seria esse um mecanismo de substituição do velho “cambão”, com a vantagem adicional de que o patrão, além de não ter qualquer vínculo com aquele que seria um morador, não lhe paga qualquer dia de salário? Isto não ocorria no quadro clássico, onde, além dos dias gratuitos, os outros eram pagos. Se é lícito falar de “modernização con-

servadora” estamos aí diante de um exemplo cristalino.

“A cana é mais estruturada que a banana; o pessoal da banana embroma as leis sociais. A cana já é mais organizada e paga impostos. Se pagarem no pé dos produtores de banana eles se lascam” (frase de um grande produtor da região).

Esta afirmação é importante no sentido de mostrar que a cana, pela natureza da produção - a usina -, pela tradição - luta dos trabalhadores - e pela legislação, é muito mais suscetível de fiscalização do que a banana. Esta é uma evidência do caráter secundário da banana em relação ao produto nobre, sedimentado ao longo da história. Além do mais, a escala do empreendimento usina, representando relações capitalistas mais avançadas, é incompatível com relações sociais mais atrasadas, como exemplo quando um trabalhador usa a terra por um ano ou ano e meio “pela planta”, deixando gratuitamente o bananal formado.

Em que contexto podemos situar esse tipo específico de relação social? O fenômeno decorre de uma estrutura fundiária fortemente concentrada à qual se soma um excedente de mão-de-obra especialmente por ocasião do segundo *boom* bananeiro. Nesta conjuntura a cana-de-açúcar é atingida fortemente pela crise do PROÁLCOOL e coincidentemente a grande maioria dos pequenos produtores de banana é alijada da produção, aumentando ainda mais a oferta de mão-de-obra. Podemos, porém, identificar as raízes do fenômeno ainda mesmo por ocasião do primeiro surto, quando do desaparecimento da cultura do café, que significou, entre outras coisas, uma diminuição da capacidade desta economia de absorver mão-de-obra. A safra do café não coincidia com a da cana, o que não ocorre com a cultura de banana, agravando-se o problema do desemprego na entressafra da cana.

A falência do café significou a ruptura de um equilíbrio da economia e da sociedade. Inicialmente mantido de forma precária na fase embrionária da expansão bananeira, mostrou-se inviável durante o segundo momento de expansão da cultura da banana. É um outro mundo que se organiza, é uma outra época em que não mudam apenas os produtos, mas essencialmente as relações de trabalho e a tecnologia, com evidentes reflexos na organização espacial.

A partir de meados da década de 80 as Terras Altas sofreram uma expansão dos bananais, de intensidade até então desconhecida. A Área Nuclear, quase que inteiramente por eles dominada, deixa pouco espaço para algumas manchas de canaviais e pastagens. Na Faixa de Transição Complexa, mesmo estando longe de ser dominantes, os bananais tiveram um crescimento expressivo, tanto no Setor Meridional como, principalmente, nas terras ocidentais do setor Canavieiro, vale dizer, no Município de Macaparana.

Esta expansão que configura o segundo surto da banana, depois de uma fase de estabilização do primeiro, é simbolizada pelo rápido aumento da área cultivada em São Vicente Férrer que, dos 1 258 ha em 1980, atinge, em 1991, na estimativa da EMATER local, mais de 3 500 ha. Este último dado, além do mais, demonstra a importância da banana para São Vicente Férrer: 3 500 ha significam que praticamente 1/3 das terras do município (112 km²) estão ocupadas com bananais.

Atuaram nesta nova fase fatores tais como: as dificuldades do PROÁLCOOL e o que denominamos “crise dos fornecedores” com o conseqüente aumento do número de grandes produtores de banana; continuidade do processo de urbanização e ampliação dos mercados; sedimentação paulatina dos fluxos comerciais e afirmação dos grandes mercados desde o primeiro *boom*; valorização do produto por sua qualidade; aprimoramento tecnológico da lavoura; e, finalmente, franca disponibilidade de mão-de-obra a baixo custo.

Até o início dos anos 80 a banana já havia ocupado seu espaço na Área Nuclear, cuja topografia não foi favorável à lavoura canavieira, mesmo no auge do PROÁLCOOL. Pode-se compreender que neste momento de expansão da cana a banana ficasse restrita à Área Nuclear, marcando uma fase de estabilização do primeiro *boom*. Só mais tarde é que viria novo desequilíbrio, inerente à própria economia canavieira, atingindo mais fortemente pequenos e médios fornecedores. Entretanto não se pode negligenciar o fato de que a banana tem sua própria dinâmica, tornando-se seu cultivo tão vantajoso que grandes produtores de cana começam a se interessar por ela.

O declínio do PROÁLCOOL, com a queda relativa dos preços e a supressão dos juros subsidiados para os empréstimos agrícolas, trouxe uma tendência de retração da cultura

da cana, que veio se acentuando gradualmente, de modo particular entre os fornecedores. Destes, os que têm terras próprias passaram a optar total ou parcialmente, além do gado, pelos bananais. Muitos fornecedores de cana, com o sentido de obter uma renda suplementar que lhes facultasse o pagamento da mão-de-obra dos canaviais, passaram a diversificar a sua produção introduzindo a cultura da banana. Observa-se, assim, neste processo de reordenação da economia, o surgimento de novos grandes produtores e o forte desenvolvimento dos que foram pioneiros. Alguns são proprietários de vastas áreas de até 600 ha cultivados com banana. Verifica-se a tendência ao desaparecimento do fornecedor de cana tradicional que muda de produto e/ou busca novas áreas mais adequadas à cana.

No entanto, a opção pela banana feita por fornecedores de cana não é um fenômeno próprio do segundo *boom*. Desde o primeiro surto bananeiro eles não só se apoiavam na valorização desse produto como também buscavam se afastar de uma relação quase sempre conflituosa com os usineiros, mormente quando as possibilidades de especulação com o dinheiro dos empréstimos oficiais se esgotam com a supressão dos juros subsidiados.

Esta situação é bem retratada nos depoimentos seguintes:

“Sempre tive idéia de substituir a cana porque achava que o usineiro era quem determinava tudo e a troca era desigual. Parti para me livrar da mão do usineiro; fui plantar banana para ser um pequeno senhor. Prefiro ser um pequeno senhor do que um grande escravo. Lido com muitos homens que vêm aqui plantar banana. Comecei a plantar a *pacovan* em 1970” (palavras de um grande produtor de banana de São Vicente Férrer).

“Hoje está melhor do que no tempo do café. Quem não está ligado à usina nem vendeu suas terras a ela, está plantando banana. Antes estes proprietários, como fornecedores de cana, viviam endividados e estavam sempre sujeitos à usina. Hoje, com a diversificação, eles colocam a cana onde querem. Já estão fornecendo até para a Laranjeiras” (palavras de um médio produtor de banana de São Vicente Férrer).

A escolha da banana como alternativa no segundo *boom* por parte de muitos outros produtores, dentre os quais numerosos forne-

cedores, tem base numa produção e numa estrutura de comercialização já consolidadas.

“Os fornecedores escolheram a alternativa banana em primeiro lugar porque era uma alternativa já em andamento e provada; eles achavam que a banana já tinha mercado estabelecido” (palavras de um grande produtor de banana de São Vicente Férrer).

A questão é, contudo, muito mais complexa, não se reduzindo meramente a uma mudança do produto. Observada de maneira simplista, pode parecer apenas uma troca em que o fornecedor de cana, depois de comparar a rentabilidade de cada uma das culturas, escolhe a banana por achá-la melhor negócio. É preciso considerar um outro lado da questão, qual seja, o de uma conjuntura desfavorável da cana, como que empurrando, total ou parcialmente, os fornecedores para a produção de banana. Esta reflexão é compatível com a frase diversas vezes ouvida: “é muito difícil sair da cana; não se sai de uma vez”. A isto se relaciona a permanência de muitos grandes fornecedores como tal, apesar da diversificação que promoveram em suas propriedades. Historicamente a cana é o pano de fundo da economia e somente uma conjuntura muito negativa pode explicar tal acomodação que, no entanto, está longe de ameaçar sua posição de liderança.

“O ideal para o homem equilibrado é ter cana, banana e boi. O produtor tem que ter a banana para ajudar, devendo plantá-la nos lugares acidentados. Aí elas convivem bem ... a crise da cana foi amenizada pela banana; mas a coisa já passou dos limites, chegando perto da superprodução. *Se o produtor sair totalmente para a banana não tem volta para a cana*” (grifo nosso) (palavras de um usineiro da região).

Esta última afirmação que sublinhamos mostra bem a importância histórica da cana-de-açúcar e a relação de dependência entre fornecedor e usineiro. Percebe-se como é difícil para o fornecedor abandonar brusca-mente esta condição: os custos de implantação de um canal novo são altos; o fornecedor não dispõe de muito capital; a

usina freqüentemente desempenha papel de banco, prendendo-o por isso.

Este movimento, próprio da grande produção, teve como contrapartida um outro, de sentido oposto, dado pela exclusão gradual dos pequenos produtores deste universo. Com o aumento da produção e conseqüente rebaixamento dos preços o mercado tende a se estabilizar, beneficiando obviamente os grandes produtores que, com base em maior volume produzido e melhor qualidade da banana, tem maior poder de barganha.

Neste momento de queda de preços o problema fundiário aparece mais fortemente para os pequenos produtores de banana, especialmente os da Área Nuclear, que vão aos poucos desaparecendo. É uma situação clássica onde se percebe com clareza como a questão fundiária está intimamente ligada à natureza da produção e ao sistema agrícola praticado. Sem crédito, eles são pressionados pelos altos custos exigidos por uma produção de melhor qualidade que não podem assumir, aí se incluindo a renovação dos bananais.³⁴ Obtendo baixos retornos pelos seus frutos predominantemente de segunda e em face do elevado preço da terra, acabam por vender suas propriedades aos grandes produtores vizinhos, preocupados em ampliar seus bananais. Tal fenômeno não acontece por acaso: ele é fruto, na verdade, de uma política agrária que na sua essência favorece apenas a concentração.

“A banana dá um dinheirinho; mas hoje o terreno já está cansado e já requer uma técnica diferente. Hoje tem que cuidar. O estrume, no início, ninguém botava; às vezes traziam de uma granja dessas e era de graça. Agora é caro. Os grandes usam sistematicamente adubação com esterco de galinha ... O pequeno tem vontade de botar estrume mas não sabe o tempo certo. Quando bota estrume não faz as outras coisas. No geral não bota nem esterco de gado porque um caminhão de 10 toneladas está a Cr\$ 30.000,00 (março de 1991). Quando bota adubo químico vai ao vendedor e pergunta: “qual é o adubo da banana?” O vendedor empurra o que tem: num ano vende o NPK 18-18-18 e no outro é

³⁴ É preciso correlacionar a estrutura fundiária - as reduzidas áreas dos pequenos produtores - com o sistema agrícola segundo o qual é produzida a banana. Nele se supõe a necessidade de renovação periódica do bananal que produz satisfatoriamente até cerca de oito anos no brejo. Antes que o envelhecimento aconteça para o conjunto, impõe-se uma substituição parcelada sem que haja na verdade terra disponível para isso. Como se sabe, o bananal novo demora em torno de um ano e meio para produzir, o que conduz diretamente à idéia de que é preciso espaço suficiente para que inexistam perdas substanciais na produção. Este é o grande dilema da pequena produção: uma renovação tardia implica necessariamente queda de rendimento e de qualidade.

Além da questão do preço que cai, há que se considerar que o custo de renovação do bananal é bem maior do que o custo de manutenção, por menos mão-de-obra assalariada que se empregue.

o 20-10-20 sem nenhum critério ou análise. Irrigação nem se fala. Então os pequenos vêem os ricos chegarem num terreno pior do que o deles e tirarem banana de primeira, enquanto que as dele só dão 'loré'. Eles têm que comer daquilo e sustentar a família. Às vezes eles têm o 'sítio' de banana e mais uma 'quadra' no engenho; o 'sítio' é muito pequeno e não compensa manter. Às vezes os pequenos produtores são pequenos proprietários e trabalham fora, 'alugado'. Se não fizerem isso não dá para viver. Têm 'sítios' pequenos demais e isso é motivo para vender a terra, porque não compensa. Eles vendem o 'sítio' e compram casa aqui na 'rua' ou então vão trabalhar em outro lugar" (palavras de um pequeno produtor de Siriji).

Apesar das dificuldades mencionadas, nem todos os pequenos produtores de banana mudam de produto ou vendem suas terras. Mesmo não sendo capaz de acompanhar os importantes saltos qualitativos e quantitativos decorrentes da tecnificação e ampliação dos mercados na fase atual, resta ainda uma alternativa à pequena produção. Diante da estratificação social que permeia o processo de urbanização e que resulta num mercado menos exigente mas expressivo, o pequeno agricultor tende coerentemente a fixar-se numa produção de bananas de segunda. É claro que sua situação não é boa. A pior qualidade de suas frutas bem como a pequena quantidade levam-no a uma comercialização quase sempre desvantajosa e a preços muitos baixos.

"... Os preços são sempre diferenciados; banana de rico é um preço, banana de pobre é outro ... a qualidade pode ser até a mesma, igualzinha, mas o preço é diferente" (palavras de um pequeno produtor em Siriji).

No contexto atual da urbanização e esvaziamento do campo é importante lembrar a intensificação do comércio de certo tipo de frutas como jaca, manga, abacate, mamão, etc., que antes não tinham muito valor comercial e que no seu conjunto ainda não consistem em objeto de grande produção. A banana de segunda seria para este pequeno produtor apenas mais uma destas frutas, possivelmente a mais importante, recolhida em pequenas quantidades na porta dos sítios pelos caminhões dos atravessadores.

Depois de uma fase de euforia, quando foi usada pela grande produção que agora se firma com um produto de qualidade, há como que um retorno da pequena produção a épocas

anteriores, em fase do declínio da rentabilidade de seus bananais. Isto compõe, sem qualquer sombra de dúvida, o quadro clássico da relação de subordinação entre pequena e grande produção.

Também para os médios produtores, a cultura da banana é agora menos compensadora, pois, entre outras coisas, o volume de sua produção não lhes dá suficiente poder de barganha frente aos comerciantes. Cabe-lhes, capitalizados que são, alternativa de se orientar em direção da viticultura nesta fase atual de valorização da uva preta Isabel, tal como fizeram numerosos pequenos produtores de banana de algumas áreas do Setor Ocidental da Faixa de Transição Complexa.

Assim, o segundo surto bananeiro representa uma dupla ruptura, onde, se por um lado agravam-se os conflitos entre fornecedores e usinas, por outro e posteriormente marginaliza-se a pequena produção. O primeiro *boom* foi de substituição do café, cultura comercial falida, não sendo tão evidentes os conflitos entre a nova lavoura e a cana, como viriam a se tornar na etapa atual.

Diferenças substanciais entre as duas etapas também podem ser detectadas a respeito do sistema agrícola e da comercialização. Os bananais são cultivados conforme sistemas agrícolas intensivos, tanto de mão-de-obra quanto de capital. Esta característica é dada em primeiro lugar pela soma considerável de trabalho empregada no bananal, desde a derubada da mata ou a broca da capoeira até os constantes tratos culturais como limpas, desbaste, desfolha, tratamento de mudas, controle integrado de pragas de doenças e renovação periódica. Ao mesmo tempo, considera-se algum tipo de investimento de capital, seja na aquisição dos adubos, seja na construção de "banquetas" ("terracetes") e ainda na calagem do solo, no uso de inseticidas, fungicidas e herbicidas e, principalmente, na irrigação.

Desde a inauguração do primeiro surto bananeiro, mais ligado do ponto de vista tecnológico ao emprego de métodos tradicionais, assiste-se à aplicação de tecnologias cada vez mais aperfeiçoadas numa rápida progressão, que vai desde a mudança das variedades cultivadas até a irrigação e combate biológico de pragas como o moleque-da-bananeira (*Cosmopolites sordidus* Germ.). Obviamente tais mudanças significam uma intensificação do sistema em capital; deve-se levar em conta, entretanto, não só a participa-



FOTO 10

Vale ocupado inteiramente com bananais novos nas terras do Engenho Condado, na Área Nuclear. O plantio mais tecnificado tem aí como exemplo a correção da acidez do solo por meio de calagem cujos sinais são vistos no canto inferior direito da foto.

ção de mão-de-obra numerosa em todas as etapas do processo, mas também e principalmente o fato de ela ser paga a preços vis como já se mostrou anteriormente (ver a este respeito citação e comentário na p. 156).

Mesmo que o bananal proteja o solo contra a erosão, dada sua característica de entouceiramento e folhas largas, as dificuldades impostas pelo relevo acidentado numa região de clima úmido às quais se acrescenta o desequilíbrio decorrente do desmatamento levam os produtores a adotar medidas conservacionistas visando a manter a qualidade dos frutos e, portanto, seu preço compensador. Ressaltam o plantio em "banquetas" construídas em curva de nível e a prática do *mulching*, cobertura feita com as folhas e pseudocaulas que são mantidos sobre o solo quando da colheita, do desbaste e do desfolhamento.

Tais práticas, associadas ao uso constante de adubos e à correção da acidez do solo através da calagem, parecem ser mais próprias do período atual. Demonstra também ser uma preocupação mais recente com o sentido de se evitar a disseminação de pragas e doenças, seu combate mais sistemático através da aplicação não só de inseticidas e fun-

gicidas, mas também do controle biológico por meio de armadilhas. Ao mesmo tempo tem-se praticado a erradicação dos bananais atacados por doenças, substituindo-se a variedade afetada por outra que seja resistente.

Além de todos esses cuidados e tendo em vista manter o nível de produção do bananal, é comum a prática, entre os grandes produtores, da renovação dos bananais em intervalos mais curtos, o que evidentemente implica maior disponibilidade de terras.

É certamente a irrigação, hoje generalizada entre os grande produtores e absolutamente ausente entre os pequenos, o aspecto que melhor simboliza as diferenças do ponto de vista tecnológico entre os dois surtos bananeiros. O ambiente úmido de brejo, com sua rede de drenagem permanente, facilita sobremaneira a implantação de sistemas de irrigação a partir mesmo do primeiro passo que é a construção de pequenas barragens, seja nos fundos de vale, seja próximo das nascentes nas altas encostas. A irrigação é praticada com ou sem ajuda de motobombas e se faz tanto por gravidade como por aspersão. Tem caráter complementar, visando

apenas a vencer as dificuldades próprias da estação seca deste clima tropical.

Se por um lado ela significa o investimento mais alto no bananal, traz em contrapartida vantagens dentre as quais desponta a de manter equilibrada a produção durante o ano todo, o que vem significar lucros bem maiores no período que corresponde à entressafra. Enquanto num bananal irrigado a redução do volume produzido nos meses de entressafra é de no máximo 30%, o que ocorre num bananal sem irrigação é uma queda que chega a 70% em relação à safra. Vale salientar que a produção só não é constante porque a irrigação praticada não tem caráter permanente. Além do mais, deve-se considerar o aumento do rendimento por hectare, a redução da perda por tombamento quando se evita o estresse hídrico da planta, um certo controle do processo de amadurecimento dos cachos e, finalmente, a melhoria da qualidade traduzida em tamanho e uniformidade dos frutos com evidente redução do número dos de segunda. A menor frequência dos frutos de segunda se verifica também nas áreas de solos argilosos ("barro vermelho") mais adequados à bananeira, do que nas de solos arenosos que retêm menos água. Conside-

rando-se então um bananal irrigado em "terras boas", a participação dos frutos de segunda é da ordem de 10%; sem irrigação, ainda em solos adequados, a proporção é de cerca de 1/3, elevando-se a mais da metade nas áreas de solos menos favoráveis. Enquanto que na Área Nuclear os solos mais arenosos das chãs aparecem com uma frequência menor, eles são muito comuns nas terras da Faixa de Transição, em que mesmo com a irrigação os resultados não são tão bons quanto na área principal de produção. Não é por outro motivo que as pequenas propriedades da Área Nuclear são vorazmente procuradas e compradas pelos grandes produtores. As chãs arêneas permanecem, pela mesma razão, como redutos típicos dos pequenos agricultores.

A realização de uma ou outra dessas práticas de modo isolado não significa necessariamente a modernização do sistema agrícola, que deve ser entendida, ao contrário, como o uso integrado e conjunto das inovações técnicas. Da mesma forma, a constatação de que esta "modernização" se apóia no emprego maciço de mão-de-obra aviltada nos conduz claramente, mais uma



FOTO 11

Detalhe de bananal irrigado por aspersão no Engenho Condado.

vez, a uma realidade social contida na expressão “modernização sem mudança”.

A cultura da banana nas Terras Altas, centralizada por São Vicente Férrer, teve na conquista progressiva de mercados regionais e em seguida de âmbito nacional sua mola propulsora, estando este fato ligado a uma série de fatores combinados que resultaram de mudanças estruturais da economia brasileira nos anos 60. A área produtora beneficiou-se do asfaltamento das estradas que facilitou o contato com os centros urbanos do litoral, do desenvolvimento das telecomunicações e da indústria automobilística e, finalmente, das significativas alterações da estrutura de comercialização exemplificada pela construção das CEASAs, compatível com a ampliação dos mercados urbanos. Fica evidente a importância assumida pelo fator posição nas transformações sofridas por essa área.

O início do primeiro surto bananeiro caracterizou-se pela conquista dos mercados de Recife e João Pessoa, cuja rápida saturação levou grandes produtores, que então comandavam também a comercialização, a buscar centros consumidores mais distantes, dentro e fora do Nordeste. É dessa época a conquista da importante praça de Belém e secundariamente a de Brasília. Tal busca revela a necessidade premente de facultar o alarga-

mento dos horizontes de uma cultura que se tornou a alternativa para uma economia que vinha de longo período de estagnação. A fase atual não é propriamente de conquista de novos mercados, mas sim de sedimentação e ampliação dos mesmos.

Conforme um dos maiores produtores locais de banana, as principais praças compradoras são, nesta ordem: Salvador, Recife, Belém, Maceió, Aracaju, Natal, João Pessoa, São Luís e Brasília. Esta última, bem como Teresina e Fortaleza, só é abastecida eventualmente.

Na medida em que o mercado se estabiliza, ao longo do segundo surto, os preços altamente compensadores da fase inicial mostram um comportamento de queda decorrente do forte aumento da produção. Estas circunstâncias favoreceram essencialmente os grandes produtores. Puderam suportar o problema com lucros razoáveis, se bem que não tão altos quanto antes, baseados num volume considerável de frutos de primeira, mais valorizados. Tais produtores, sintomaticamente, não pararam de ampliar e investir em seus bananais. Especializaram-se num produto melhor, mais fino, capaz de conquistar outros grandes centros além do Recife.

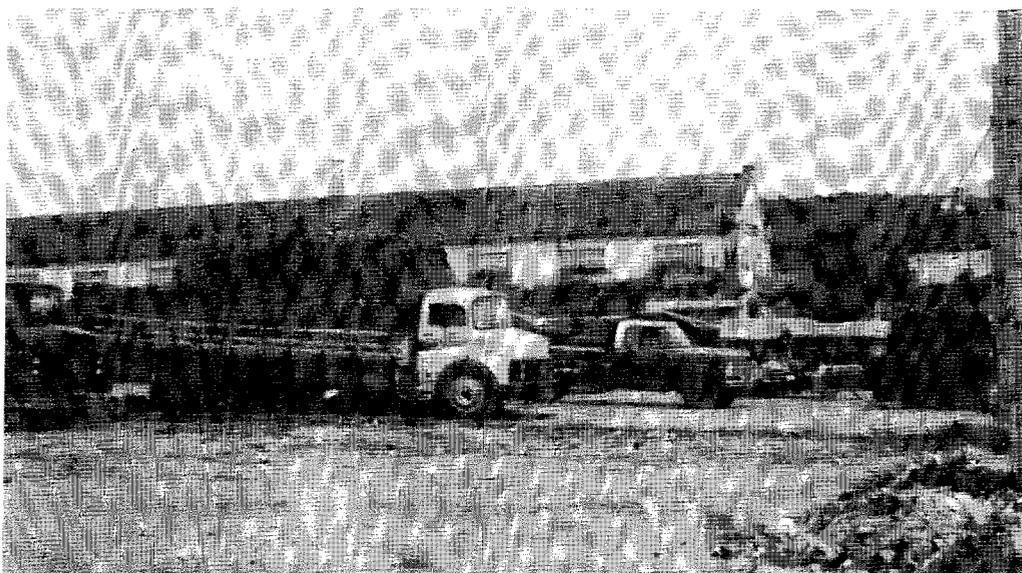


FOTO 12

Caminhão carregado de banana com destino a Salvador. Ao fundo o Mercado Público Municipal, antigo armazém do Instituto Brasileiro do Café - IBC - em São Vicente Férrer.



FOTO 13

"Tombo" da banana num ponto de concentração em beira de estrada. Diante das dificuldades impostas pela acidentação do relevo é muito comum o emprego de tropas de burros que transportam as bananas até as margens das estradas onde as mesmas serão transferidas para os caminhões.

Nada melhor que a cadeia de comercialização para revelar, através de seus aspectos contraditórios, a existência de diferenças essenciais entre o mundo comprador e o mundo vendedor: num dos extremos pode estar a comunicação via telefone DDD e noutro o transporte em tropa de burros! O comércio da banana envolve uma intrincada rede de drenagem da produção onde coexistem picadas, estradas de terra e de asfalto. Esta rede contém alguns nós - as cidades - eventualmente utilizadas como pontos de concentração e transbordo, destacando-se São Vicente.

Os grandes caminhões não podem ser carregados junto à maioria dos bananais, dada a óbvia dificuldade imposta pelo relevo acidentado. Frequentemente um ou mais veículos menores (caminhões, caminhonetes e tratores com reboques) e até mesmo tropas de burro realizam os passos intermediários de carregamento, levando as bananas seja para

a margem das rodovias e estradas mais próximas, seja para os pátios de "tombamento" das cidades.³⁵

O comércio é dominado, em parte, por atravessadores, comerciantes que não necessariamente têm ligação direta com a produção. Por outro lado, alguns grandes produtores, possuidores de caminhões, também realizam este papel, comprando, tanto quanto os primeiros, a produção dos demais.

Dada a dispersão da oferta, o pequeno produtor é sempre prejudicado nesta rede de coleta. Sem poder de barganha pelas pequenas quantidades que pode oferecer ao comprador, vê-se frequentemente discriminado, ao ter seu produto, ainda que em parte de primeira, desvalorizado. Geralmente a compra é feita "uma pela outra" (preço único para frutas de primeira e segunda), o que implica perda.

³⁵ A mudança de um meio de transporte para outro geralmente maior é chamada vulgarmente de "tombo".

“A banana é bom negócio para o grande produtor que tem muita terra, muito dinheiro e que pode ele mesmo comercializar sua produção. O pequeno tem que se sujeitar ao atravessador que compra por quanto quer e classifica do jeito que quer” (palavras de um pequeno produtor de Chã do Esquecido).

A complexidade dessa cadeia de comercialização, da qual participam diversos tipos de intermediários e transportadores, fica exemplificada pelos depoimentos de alguns deles.

“É melhor vender direto na feira, 'na pedra', do que na CEASA, sai mais barato; mas isso não é fácil de fazer porque já há muitos que trabalham assim e além do mais você não tem segurança que vai vender toda sua carga. Os atravessadores daqui [Macaparana] vendem direto para a CEASA e os de lá é que vendem para Belém, Sergipe e Bahia. Também vendem para os feirantes” (pequeno intermediário proprietário de caminhão em Macaparana).

“Esta banana vou mandar para Carpina. Comprei de um produtor pequeno e vou vender para a feira; vendo em grosso. A banana eu abafa e vendo já madura. Três ou quatro se juntam para encher um caminhão; eu sou o que chamam de mangaeiro” (palavras de um pequeno intermediário que faz seu trabalho com um único animal, na localidade de Borracha).

“Quem compra de fora telefona, já tem contatos estabelecidos; manda dinheiro pelo banco. Em João Pessoa e Salvador faz diretamente assim, enviando os caminhões” (palavras de um intermediário que freta caminhões para transportar sua mercadoria).

A par da evidência da forte concentração da renda na área em estudo, que tem como contrapartida, por exemplo, a pobreza visível nas cidades, o assunto comercialização nos leva a uma séria reflexão. Sabendo-se que não são boas as condições de vida da maioria da população deste brejo bananeiro, verifica-se que ele experimenta uma situação no mínimo curiosa ao produzir tanta riqueza, dela usufruindo muito pouco, até mesmo em termos fiscais. Ilustra didaticamente tal situação a não cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços - ICMS - sobre a fruticultura. A respeito dos impostos, os ganhos são indiretos, através de uma relativa intensificação do comércio e dos serviços locais, seja pela massa de trabalhadores, seja por proprietários e comerciantes envolvidos na produção e circulação dessa riqueza; devemos levar em conta, porém, o importante

aspecto de que boa parte dos proprietários e grande número de comerciantes de banana não vivem na região, não trazendo para ela nem mesmo esse benefício.

A reordenação espacial inerente ao segundo surto bananeiro é, na verdade, apenas uma acentuação do domínio dos bananais em terras afetadas na fase anterior. Por tudo que se disse, é fácil a verificação do fenômeno da especialização das áreas produtoras, firmando-se o brejo como espaço típico de produção de banana, tendendo a integrar-se em circuitos comerciais de amplitude crescente e com base na grande produção.

A formação, como já se explicou anteriormente, da “colcha de grandes retalhos” em largas porções da Faixa de Transição onde o espaço é dividido por canais, bananais e pastagens, propõe o importante problema da relação entre diferentes atividades no âmbito de grande produção. Coloca-se, mais especificamente, a questão das perspectivas de coexistência da lavoura canavieira com os bananais em expansão.

Num quadro de indiscutível domínio canavieiro, podemos entender a especialização de certas áreas com bananais como um tipo de reordenação fortemente vinculada à dinâmica da economia canavieira. Sua expansão resultou e está em parte a serviço da cana que abandona espaços atualmente inexploráveis para sua cultura, diante da evolução dos mercados, do desenvolvimento tecnológico e das relações de trabalho.

Assim, o moderno fornecedor de cana, frequentemente ao mesmo tempo um grande produtor de banana, com os ganhos provenientes da mesma pode também tecnificar seus canais. Pode inclusive comprar terras planas no tabuleiro da Paraíba e mecanizá-las. Mesmo tendo reduzida margem de lucro com as canas que vende à usina e não ganhando mais com a especulação com o dinheiro dos empréstimos sem correção, prefere continuar também como fornecedor pela garantia da absorção total de sua produção. Subjacente a isto estão o fantasma da desvalorização da banana e, fundamentalmente, a história de uma região construída pela agroindústria da cana. A reordenação da economia e do espaço poderia ser representada, num caso extremo, pela figura do ex-fornecedor das Terras Altas que, aí optando pela cultura da banana e se capitalizando, pôde ressurgir com a face modernizada em outras terras como as do tabuleiro paraibano.

A Cultura da Uva e a Capitalização da Pequena Produção

Apesar de praticada há muito tempo na região, a cultura da uva é pouco importante em relação às da cana e banana nas Terras Altas. A variedade quase que exclusivamente cultivada é a uva preta Isabel, de mesa, de menor valor no mercado. Ocupa atualmente uma área de cerca de 250 ha na estimativa feita pelo proprietário de uma pequena indústria vinícola local. Apesar disso, tem em relação a Pernambuco uma posição destacada, pois, levando-se em conta o Município de São Vicente Férrer, verifica-se que sua área ocupada com parreirais correspondia em 1980, conforme dados do IBGE, a 37,5% do total do estado (ver tabela). O rendimento por hectare mais baixo destes parreirais fica evidenciado pela pequena participação, de apenas 12,94%, de São Vicente em relação ao total estadual. Considerando que praticamente o restante da produção de uva de Pernambuco cabe aos perímetros irrigados do Semi-Árido, estas percentagens demonstram a sua superioridade na quantidade produzida por hectare. Deve-se ressaltar ainda que esta produção, particularmente concentrada em Petrolina, é de variedades que além de serem mais produtivas têm melhor qualidade e são mais valorizadas.

Com esta motivação é que a EMATER, tanto a de São Vicente quanto a de Natuba (PB), vem tentando realizar experimentos com as variedades Itália e Rosada, proveniente de Petrolina.

É uma cultura essencialmente ligada a pequenos proprietários que na maioria vão constituir uma pequena produção familiar em grande parte capitalizada.

As áreas produtoras de uva localizam-se principalmente no Setor Ocidental da Faixa de Transição e complementarmente na Área Nuclear. No primeiro estão as mais importantes, Chã do Esquecido, em São Vicente, e Fervedouro, em Natuba. Destaca-se também em São Vicente o estreito, situado próximo do limite externo da Área Nuclear.

Hoje em dia, organizados em pequenas parcelas, seja pontualmente como em Natuba, seja em manchas mais expressivas como em Chã do Esquecido, os parreirais localizam-se preferencialmente nas encostas das colinas, algumas até com declividade forte. São cada vez menos encontrados nas superfícies subhorizontais dos fundos de vale representando

neste caso resíduo da antiga morfologia agrária. Completam esta paisagem os bananais situados na alta encosta ou no topo das colinas, às vezes também ocupados com capoeiras. Existem ainda "roças" de milho, feijão e mandioca, bem como pastagens, todas de pequenas dimensões.

Os parreirais ocupam uma posição periférica na porção ocidental das Terras Altas que aí confronta com o Agreste, mais seco. Associaram-se, no comum dos casos, às chãs arenosas que no decurso do povoamento desta região foram sendo deixadas, pela sua pior qualidade, à pequena produção. Têm, assim, historicamente, em relação ao conjunto da economia, caráter complementar.

As numerosas propriedades deste setor mais seco da Faixa de Transição originaram-se de fazendas não só de café mas também de gado, muitas delas alcançando o vale do Paraíba, pois que podiam ter "cerca de 2 léguas" de extensão (12 km). De sua fragmentação por herança resultaram propriedades cada vez menores localizadas em áreas periféricas do brejo, com piores condições de clima e solo.

A cultura da uva mostrava-se, portanto, adequada ecológica e economicamente à pequena produção numa área onde prevalecia e ainda prevalece a pequena propriedade, freqüentemente inviabilizada pela prática de sistemas agrícolas extensivos e com produtos desvalorizados. O depoimento de um pequeno produtor deixa muito clara a importância da alternativa representada pela cultura intensiva da uva como mecanismo que facultou melhorias no nível econômico da unidade familiar.

"Quando meu pai me deu o terreno, era plantado com café e jaca; então, com pouca experiência conservei o cafezal e fui plantando uns pés de banana entre os pés de café e plantando milho e feijão. Nesta época passava muita necessidade, isso faz mais ou menos 25 anos [1965]. Criava uma vaquinha de 'meia' e fazia farinha em casas de farinha da família, mas pagava a 'côngrua'. Comecei a ver que outras pessoas que tinham uva viviam em situação melhor; passei a plantar uva e a vida aos poucos foi melhorando. A partir daí não parei mais de plantar uva" (palavras de um pequeno produtor em Chã do Esquecido, proprietário de 7,5 hectares, três dos quais ocupados com parreiras).

Cultura introduzida provavelmente na parte final da década de 20 (1926 ?), na fazenda Estreito, teve uma lenta disseminação, coe-

xistindo desde essa época com todas as grandes lavouras comerciais que se alternaram nas Terras Altas. Sempre menos importante que estas, somente na atualidade é que tem logrado maior êxito do que a cultura da banana, apenas no caso específico do Setor Ocidental, onde os bananais se acham em retração.

Caracteriza-se, pelo menos até a década de 40, como uma cultura praticamente de “fundo de quintal”, que se liga a uma comercialização extremamente limitada e de caráter local.

“Lembro-me, quando tinha 7 anos de idade, de um velho morador que trazia uvas do Estreito num balaio para vender a cinco tostões” (produtor de uva de Chã do Esquecido com 64 anos).

A uva atravessa parte do ciclo do café e vai justamente se tornar importante no ocaso dos engenhos rapadureiros e de aguardente, assumindo maior importância comercial em meados da década de 50, quando para ela se abre o mercado de Campina Grande. Depois de um período de estagnação na década de 60, os vinhedos sofreram forte impulso a partir do final dos anos 70, acentuando-se o crescimento no início da década seguinte. Toman-

do como referência o Município de São Vicente Férrer, percebe-se esta evolução ao se comparar a área cultivada com parreirais: 60 ha em 1970 e 133 ha em 1980 (Tabela).

O primeiro período de evolução da viticultura, sem contar a fase inicial da produção doméstica, está diretamente vinculado à existência do mercado de Campina Grande. Tradicionalmente o comércio entre esta cidade e o brejo era feito por tropeiros. Centro redistribuidor de mercadorias para o Sertão, era abastecido por esses comerciantes em açúcar, rapadura e aguardente, dentre muitos outros produtos. Os anos 50 assistem ao fechamento dos últimos engenhos rapadureiros das Terras Altas, o que vai interferir decisivamente na atividade comercial. Nesta ocasião, conhecedores das oportunidades do mercado campinense, onde eram elevados os preços da uva preta Isabel, e em busca de uma alternativa que lhes permitisse continuidade no seu negócio, os tropeiros passaram a abastecer regularmente o novo mercado.

“Quando os engenhos deixaram de moer e acabou a aguardente, conheci a uva em Campina Grande. Comprei uva em São Vicente por dois mil réis e vendi por doze. Ganhei muito dinheiro com a uva que comecei a levar



FOTO 14

Um antigo bananal e parte de uma capoeira foram removidos para dar lugar a um parreiral novo numa colina de suave ondulação em Chã do Esquecido. Notam-se, no terreno já preparado em curvas de nível, tocos e pseudocaules das bananeiras derrubadas.

para Campina Grande em 1955, gastando dois dias de viagem” (palavras de um ex-tropeiro em Chã do Esquecido).

Data dessa época a primeira expansão significativa dos parreirais, demonstrando, ainda que em pequena escala, como a comercialização interfere decisivamente na organização das áreas produtoras.

Este período é marcado pela forma espontânea com que se organiza a produção. Não se percebe qualquer ação governamental, seja de propaganda, financiamento ou assistência técnica. Tanto assim que, quando os parreirais foram atacados pelo míldio (*Plasmopara viticola* Berk & Curtis e pela podridão das raízes (?) na década de 60, os produtores assistiram, inermes, a esta agressão que tanto prejuízo causou. É também uma fase caracterizada - e estamos tratando aqui da pequena produção - pelo baixo nível de investimento nesta lavoura, refletido no rudimentarismo do sistema agrícola. Carentes de energia e equipamentos que fornecessem água aos parreirais, os produtores plantavam-nos em leirões nas várzeas que dispensavam a irrigação. Os problemas decorriam, ao contrário, das dificuldades de drenagem às quais certamente associam-se os prejuízos mencionados, responsáveis em parte pela estagnação que se seguiu.

As latadas eram rústicas e em vez do arame estendido sobre as estacas colocavam-se varas; às vezes nem mesmo isso existia: alguns produtores descreveram algo semelhante ao envaramento empregado na cultura do tomate. As estacas podiam ser obtidas na própria mata, nada custando ao produtor. Atualmente, em face do desmatamento, elas são compradas, e seu custo alto, que representa cerca de 40% do total da latada, é motivo de queixa dos agricultores que chegam mesmo a adquiri-las no Ceará!

Tampouco se usavam defensivos, buscando-se deixar o parreiral mais afastado das outras culturas por conta da propagação de pragas e doenças que poderiam afetá-lo. O único adubo utilizado era o esterco de curral.

A retração da cultura da uva coincide com o final da fase embrionária da banana. As dificuldades da viticultura por insuficiência de apoio técnico ocorreram no momento em que a banana estava em expansão. A participação crescente dos pequenos produtores, inclusive os do Setor Ocidental, por conta do surto bananeiro, e os problemas que afetavam as videiras contribuíram para que ela permane-

cesse em segundo plano. Apesar de as condições ecológicas não serem ideais, a cultura da banana, especialmente enquanto se mostrava valorizada, compensava as dificuldades da pequena produção em obtê-la com boa qualidade num ambiente menos propício. Neste contexto é que se pode entender a fase de estagnação da cultura da uva. Propriedades pequenas, mesmo na época do primeiro surto bananeiro, não permitiam grandes lucros aos produtores. Em tese e de certa forma na prática, a uva lhes dava melhores retornos. Suas dificuldades não eram meramente de mercado e sim ditadas por problemas técnicos e de capitalização. Esta coexistência, que se prolonga até hoje, mesmo diante da redução dos bananais, é bem própria da pequena produção: enquanto a banana permite a sobrevivência da unidade no dia-a-dia, visto que sua colheita é constante, a uva representa ganhos mais substanciais e concentrados em duas safras anuais.

A partir do final dos anos 70, depois das vicissitudes da primeira fase, verifica-se uma retomada da cultura da uva, já, no entanto, em bases diferentes no que se refere tanto às técnicas de cultivo como a uma participação cada vez mais efetiva do Estado na produção. É um momento não só de expansão dos parreirais mas também de uma nítida mudança de morfologia agrária relacionada a alterações substanciais no sistema agrícola. A viticultura deixa de ser de vale para caracterizar uma agricultura de encostas apoiada na irrigação, antes inexistente. Este deslocamento significa uma adequação maior ao ambiente, pois os solos das encostas, bem drenados, não favorecem, como os da várzea, os problemas fitossanitários.

Com a efetivação da assistência técnica pelas agências da EMATER, mudanças significativas no sistema agrícola passam a ocorrer: não mais se cultiva em leirões, abandonando-se as várzeas úmidas, introduz-se o sistema de irrigação por aspersão ou sulcos, planta-se em “terracetes” ou “banquetas” construídas em curvas de nível, praticase o *mulching*, conhecem-se melhor as pragas e doenças e os meios de combatê-las. O financiamento da produção através do Banco do Brasil, enquanto os juros eram subsidiados, consistiu também em estímulo ao crescimento dos parreirais nesta fase.

Teve a cultura da uva seus altos custos de implantação amplamente financiados pelo governo, desde o início desta fase até mea-



FOTO 15

O fato de os parreirais localizarem-se hoje nas encostas obriga os produtores a plantá-los em "banquetas" feitas em curvas de nível. Pode-se observar restos de cobertura morta e a evidência de irrigação na parte direita da foto. Tem sido comum entre os pequenos produtores a substituição dos bananais pela cultura da uva: aqui uma ou outra "filhã" de bananeira testemunha este fato.

dos da década de 80. Por exemplo, de 1982 a 1986 o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor - PAPP -, financiou, através da EMATER, cerca de 200 projetos de implantação e melhoria de parreirais. Por outro lado, sendo um sistema intensivo de mão-de-obra, a viticultura está adequada aos pequenos produtores que dispõem de pouca terra e mão-de-obra suficiente para manter uma atividade agora grandemente modernizada. Esta modernização promovida e dirigida pelo Estado, através da eletrificação rural, da irrigação e das mudanças radicais dos outros passos do sistema agrícola, facultou-lhes a acumulação em meios de produção.

Diante disso a pequena unidade de produção familiar tradicional sofre na região alterações substanciais no processo de trabalho que anteriormente poderia ser chamado de camponês.³⁶ Cria-se uma situação bastante

complexa onde, se por um lado persistem traços marcantes desse processo de trabalho, acrescentam-se, por outro, características próprias de relações capitalistas. Propriedade dos meios de produção, trabalho familiar ainda importante, submissão à cadeia de comercialização mesclam-se com a acumulação dos meios de produção e emprego de trabalhadores assalariados permanentes. O processo de acumulação em meios de produção foi, pelo menos na fase inicial, inteiramente dirigido pelo Estado através do sistema bancário oficial. Atualmente assiste-se à continuidade do processo, uma vez que esses produtores continuam investindo em meios de produção, seja ampliando e equipando seus parreirais, seja adquirindo terras nesta área ou na região vizinha do Agreste, onde passam a criar gado.

³⁶ Entendemos, de acordo com Graziano da Silva, que são quatro os elementos fundamentais para definir produção camponesa. "a) Utilização do trabalho familiar, ou seja, a família se configura como unidade de produção; b) A posse dos instrumentos de trabalho ou de parte deles; c) Produção direta de parte dos meios necessários à subsistência, seja produzindo alimentos para o autoconsumo, seja produzindo (alimentos ou outras mercadorias) para a venda. Deve ficar claro que, embora a produção se destine em grande parte para o autoconsumo, não se trata unicamente de produção de alimentos; por outro lado, não se trata de vender o que sobra do consumo, mas sim de realizar uma produção voltada para o mercado com a terra, a mão-de-obra e os meios de trabalho subtraídos da produção para subsistência. Sob esse aspecto, a produção camponesa pode ser vista como uma produção mercantil simples; d) Não é fundamental a propriedade mas sim a posse da terra que mediatiza a produção, como mercadoria. Sendo assim, não só o proprietário, como também o parceiro, o arrendatário, o posseiro podem se configurar como formas de produção camponesas". Silva, J. G. da (Coord.) *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo, HUCITEC, 1980.

“A existência de uma avaliação positiva da capacidade empresarial de certos grupos, por parte do comando dos organismos diretores da política de desenvolvimento agrícola, orienta sua ação na direção destes grupos, os quais aparecem representados como tendo maior potencial de aproveitamento das novas condições colocadas à sua disposição.³⁷”

Tal comentário, elaborado por Lovisolo a respeito da comunidade de Cândido Godói no Rio Grande do Sul, parece-nos ter paralelo com o que ocorre em Chã do Esquecido. Leva-nos, ao mesmo tempo, à indagação do porquê tal política não se orientou, por exemplo, também para os numerosos pequenos produtores de banana do Distrito de Siriji, na Área Nuclear. Se pudessem, além do simples empréstimo de custeio, ter financiamento para irrigar sua terra, como tentaram sem sucesso em diversas ocasiões junto a órgãos governamentais, estariam hoje em situação bem melhor, não precisando abandonar seus bananais como tem sido freqüente. Cabe a hipótese de que a viticultura nunca foi uma competidora que ameaçasse, mesmo longinquamente, a cultura da banana. Este não seria o caso de pequenos produtores tecnificados que iriam competir com os grandes, na própria área de eleição da cultura.

A modernização, porém, não livrou os produtores de uva da submissão à cadeia de comercialização. Esmagados pelos atravessadores que comerciam um produto perecível e têm, assim, posição de privilégio na barganha dos preços, continuam, como dantes, a ter seu trabalho expropriado.

A fase atual de expansão mostra que, apesar de Recife ter assumido importância como centro consumidor da uva Isabel, Campina Grande ainda se mantém como importante mercado. É centro redistribuidor da uva não só para a Paraíba, como para o Rio Grande do Norte e até mesmo Pernambuco. Os comerciantes de Natuba que trabalham na CEASA de Campina Grande vendem para compradores de Cajazeiras, Patos, Guarabira, Serra Branca e Sumé, na Paraíba, Mossoró e Caicó, no Rio Grande do Norte, e São José do Egito, em Pernambuco.

Mesmo apresentando uma receita bruta de no mínimo quatro vezes a dos bananais (num cálculo médio anual por hectare) o caráter acentuadamente mais intensivo da produção

de uva, tanto em trabalho quanto em capital,³⁸ tem afastado até o momento os grandes produtores. Explica também provavelmente este fato a questão do menor valor da uva preta Isabel, cujos retornos talvez não lhes sejam atraentes no momento em que se ocupam da importante cultura da banana. No entanto, alguns médios e grandes produtores de banana têm voltado suas vistas para a viticultura, organizando parreirais, alguns deles situados entre os maiores da região. Acreditamos que as tentativas ainda em fase muito incipiente de difusão das variedades Itália e rosada, de maior rentabilidade, estejam a indicar o caminho da grande produção.

É interessante a percepção aqui do quadro clássico do povoamento de áreas vizinhas pelos brejos que representam centros dispersores. Neste sentido é didático o avanço do povoamento desde a porção ocidental das Terras Altas sobre a área vizinha do Agreste do Município de Natuba. Aí, além de mudanças que começam a ser introduzidas no sistema pastoril que se torna menos extensivo, têm sido realizadas experiências com as variedades de uva mencionadas, vindas de Petrolina, já que em terras de brejo elas não deram bons resultados.

Vive-se um momento muito importante da própria gênese da reordenação do espaço, delineando-se a ocupação mais densa de uma região classicamente rarefeita. O avanço do povoamento com base na pecuária se apóia nos dois extremos, na história: de um lado há a tradição da pecuária extensiva das terras de caatinga e, de outro, de onde parte o repovoamento, existe a tradição agrícola em pequenas propriedades que leva certamente à intensificação do sistema pastoril. No mesmo sentido esboça-se uma possibilidade de ocupação ainda mais densa caso as perspectivas dos experimentos com a uva se confirmem.

É digno de nota que este movimento de reordenação espacial que atinge as terras secas paraibanas é grandemente fruto da expansão dos pequenos produtores em seu processo de capitalização.

Revela-se na atualidade uma tendência geral de diversificação da produção e intensificação dos sistemas agrícolas nestas unidades do Setor Ocidental da Faixa de Transição. Reforça o caráter intensivo desta agricultura

³⁷ Lovisolo, H. R. *Terra, trabalho e capital*. Produção familiar e acumulação. UNICAMP, 1989.

³⁸ Somente a construção da latada e o esterco para a adubação de fundação de 1 ha alcançavam, em julho de 1991, a cifra de Cr\$ 1.500.000,00.

dos parreirais a sua associação com hortaliças e leguminosas também de caráter comercial. Prática realizada quando da poda das videiras, significa um interessante exemplo de aproveitamento de espaço, de tempo ocioso, de otimização de equipamento de irrigação e, finalmente, do aproveitamento residual do adubo. É, ao mesmo tempo, mais um elemento de equilíbrio econômico para as pequenas unidades. Há uma compreensível preocupação do agricultor (que está em vias de abandonar a cultura da banana que não lhe é mais interessante) com problemas a respeito da comercialização e mesmo da produção da uva. Assim, além da diversificação dentro da própria unidade, este agricultor busca realizá-la fora, tratando de comprar terras mais baratas no Agreste onde complementa sua economia com a criação de gado.

A originalidade do Setor Ocidental, por tudo que já se disse, pode ser compreendida ao longo da história pelo fato de ser a única área das Terras Altas a mostrar um número expressivo de pequenos produtores capitalizados.

CONCLUSÃO

A originalidade das Terras Altas da Transição Agreste-Mata do Norte de Pernambuco reside na grande diversidade de suas paisagens. Como o próprio nome pretende indicar, as condições deste espaço já por si de certa complexidade pelo contato Mata-Agreste são profundamente alteradas por um conjunto montanhoso onde se configura a existência de um importante brejo no alinhamento principal que é Serra do Mascarenhas. A tônica da organização regional aí se apóia fortemente, ficando a influência do relevo evidenciada ao compararmos a região em apreço com a maior simplicidade com que se realiza a transição da Mata para o Agreste, por exemplo em Limoeiro, mais ao sul, onde não existe qualquer acidente mais expressivo de relevo.

Desta diversidade participaram ao longo da história, além da pecuária, três importantes culturas comerciais de caráter intensivo: a cana-de-açúcar, o café e a banana, não se negligenciando a cultura comercial da uva, também intensiva, mas quase que exclusiva

de pequenos produtores. Este caráter multifacetado da área é reforçado pelo fato de que com as lavouras intensivas, realizadas no âmbito da grande produção, sempre estiveram associadas culturas na maior parte extensivas, próprias de pequenos produtores, representando uma necessidade estrutural da primeira em todas as fases do povoamento. É isto que gera o paradoxo aparente dado por lavouras extensivas realizadas em pequenos espaços.³⁹

A combinação no tempo e no espaço entre a multiplicidade de culturas e de sistemas agrícolas, ao lado de uma malha fundiária muito contrastada, além de revelar as interações entre três ambientes distintos - Mata, Agreste e Brejo -, redundou na formação de um grande número de tipos de produtores: usineiros, fornecedores de cana e produtores de banana em vários níveis, pequenos produtores, uns capitalizados e outros em vias de proletarianização.

Assim, fomos levados a considerar inicialmente dois grandes espaços: a Área Nuclear, onde as feições de brejo se apresentam mais acentuadas e que se acha envolvida pelo segundo, a Faixa de Transição Complexa. Esta última, por ser muito heterogênea, dado que aí se projetam, além das características da Área Nuclear, as influências das terras vizinhas do Agreste e da Mata, foi subdividida em três setores: Canavieiro, Meridional e Ocidental. As terras da Faixa de Transição têm como traço marcante a expansão da grande lavoura, cuja manifestação espacial se cristaliza numa morfologia agrária predominantemente de grandes parcelas de canaviais, bananais e pastagens. Conforma-se, assim, uma "colcha de grandes retalhos" contrastando com a continuidade e o predomínio quase absoluto dos bananais da Área Nuclear.

A natureza complexa desse espaço fica também evidenciada por se tratar de uma área historicamente bipolarizada, manifestando-se aí as influências de Recife e de Campina Grande. Durante muito tempo e pelo menos até meados da década de 30, Campina Grande teve influência mais forte sobre boa parte das Terras Altas, particularmente as de sua metade ocidental, onde se incluí o brejo de São Vicente. Importante centro redistribuidor de mercadorias para o Sertão, drenava, através de tropas de muares e depois

³⁹ Auxilia a reflexão sobre o assunto o tema do tamanho mínimo da propriedade que pode ser visto no artigo "Princípios da Colonização Européia no Sul do Brasil" de autoria de Leo Waibel. In: "CAPÍTULOS DE GEOGRAFIA TROPICAL E DO BRASIL". Rio de Janeiro, IBGE, 1958. p.239/40.

de caminhões, a produção dos engenhos, traduzida em pães-de-açúcar, rapadura e aguardente. Era também seu mercado comprador mais expressivo de café. Sua perda progressiva de importância se relaciona com o fechamento dos últimos engenhos na década de 50 e a falência do café materializada na erradicação dos anos 60. Ao mesmo tempo, com o crescimento progressivo do mercado de Recife, desde a década de 30, quando é construída a usina do IBC em São Vicente Férrer, a influência desta importante cidade agrestina vai cada vez mais se reduzindo. Atualmente seu papel mais importante como mercado comprador está se restringindo à comercialização de parte da uva. A influência da mata, simbolizada pela metrópole e que já se fazia sentir desde o século passado especialmente sobre a metade oriental das Terras Altas, está, desde há muito, fortemente sedimentada em todos os seus recantos.

As Terras Altas foram palco de sucessivas mudanças econômicas e sociais, reordenações que se concretizaram numa série de paisagens, umas de caráter atual e outras representando formas de ocupação referentes a um passado mais ou menos distante, reduzindo-se algumas a meros remanescentes neste verdadeiro palimpsesto que é o espaço agrário.

Das formas estudadas, as mais antigas referem-se às mudanças ocorridas na economia do café e da cana. Nas terras de café, os pequenos bananais que aí pontilhavam as fazendas foram, ao longo do tempo, se tornando cada vez mais importantes, acabando por substituir de forma maciça os decadentes cafezais sombreados e as matas. Destes restam hoje pontos isolados sem qualquer valor econômico. Com o desaparecimento dos cafezais a paisagem também se altera pela diminuição gradual do número de sítios de moradores. Por outro lado, a cultura da banana em larga escala é responsável por uma forte diminuição das pequenas propriedades bananeiras na Área Nuclear. A banalização marca o fim do quadro tradicional do brejo. A maior homogeneidade que daí decorre contrapõe-se à diversidade da fase anterior do café, quando a organização espacial estava mais próxima da expressão “colcha de pequenos retalhos”.

A cana-de-açúcar, por sua vez, marcou, em diferentes épocas de sua expansão, sucessivas mudanças no panorama das Terras Altas. A antiga paisagem dos engenhos, com

o canavial ocupando as várzeas e quando muito a encosta inferior das elevações, cede lugar a outras, ao longo de diferentes surtos usineiros. Os canaviais vão subindo gradualmente as colinas, atingindo tal expansão seu paroxismo quando da implantação do PROÁLCOOL. Neste processo, muito ligado à Faixa de Transição, a cana substituiu cafezais decadentes e expulsou boa parte dos moradores das terras dos engenhos adquiridos pelas usinas. Todavia, o esvaziamento do campo não se realizou de forma tão completa nas Terras Altas, quanto o foi em áreas mais antigas da Zona da Mata onde o vazio do habitat é a tônica. Persiste, em muitos engenhos e fazendas, o cenário marcado pelo habitat disperso das casas dos moradores com seus pequenos pomares e algumas com pequenos tratos de terra de 1 a 2 ha para suas roças.

A contrapartida do esvaziamento manifesta-se na formação das “pontas de rua” desde o início da década de 60 em todas as cidades da área estudada. A percepção desta forma de habitat urbano nos permitiu - e aí reside o valor de sua análise - compreender a totalidade do espaço maior onde se dão as relações cidade/campo. O que ocorre no meio rural, sintetizado de um lado pela cana e a expulsão dos moradores e de outro pela banana e a saída dos pequenos proprietários e moradores, reflete-se de maneira clara e insofismável na organização dos espaços urbanos desses pequenos aglomerados. Alguns, pelas suas funções urbanas pouco mais que embrionárias, com forte peso da função de residência de trabalhadores rurais, podem até certo ponto identificar-se com uma forma de habitat grupado que lembra aldeias. Evidencia-se também claramente, aí, a íntima relação entre as duas grandes lavouras, numa interação que é histórica no sentido de que reflete o papel da grande produção como elemento fundamental da organização espacial nos seus mais diferentes aspectos, até mesmo na formação e crescimento destas pequenas cidades e “pontas de rua”.

Neste contexto pode-se entender também a ação e o cuidado das diferentes prefeituras, como por exemplo a de São Vicente Férrer que, desde o começo da década de 60, vem procurando obter terrenos bem próximos da cidade e urbanizá-los. Propiciar a implantação de calçamento, escadarias, água, luz e inclusive material de construção para as casas teve o sentido de organizar “pontas de

rua” não só mais acessíveis como também mais confortáveis para as pessoas oriundas do campo. O fato desta “ponta de rua” não ser espontânea tem um significado profundo, refletindo claramente uma relação de dominação para manter um número satisfatório de trabalhadores, “homens livres” disponíveis para trabalhar tanto na cana quanto nos bananais.

Na Faixa de Transição, como consequência das dificuldades do PROÁLCOOL, ocorreu um avanço considerável dos bananais que ocuparam em grande parte terras destinadas à cana-de-açúcar pertencentes a fornecedores que a substituíam, total ou parcialmente, pela banana. Tipo de reordenação mais recente, fixou-se com maior nitidez nas terras do Setor Meridional onde canaviais, bananais e pastagens dividem o espaço, estabilizando na atualidade a mencionada “colcha de grandes retalhos”. No Setor Canavieiro o avanço dos bananais foi mais limitado, restringindo-se à sua porção oeste.

O Setor Ocidental, afetado por uma forte difusão dos bananais no primeiro surto, mostra atualmente, através dos pequenos produtores, uma fase de refluxo desta cultura. Há uma tendência nítida de multiplicação e crescimento dos parreirais que, fundamentalmente associados a pequenos produtores capitalizados, configura, pela diversidade e reduzido tamanho das parcelas, o quadro da “colcha de pequenos retalhos”. Provavelmente este setor é, pela estrutura fundiária, morfologia agrária e sistemas agrícolas, o que mostra uma organização espacial mais próxima da paisagem clássica dos brejos, em vias de desaparecimento na Área Nuclear.

O fenômeno da diversificação não é exclusivo da grande produção, ocorrendo de forma nítida entre os pequenos produtores do Setor Ocidental que se acham capitalizados. Cultivadores em pequena escala de banana, café e roçados tiveram na uva, cultura comercial intensiva, sua maior possibilidade de acumulação. Ao contrário, os pequenos produtores proprietários ou moradores de outras áreas (particularmente a Nuclear) tiveram cada vez menos oportunidades de se capitalizar. Além da banana tinham como produto comercial a farinha, obtida de suas roças de mandioca, muito representativas de uma policultura extensiva e na maior parte de subsistência, clas-

sicamente ligada a produtores descapitalizados.

Em qualquer dos casos, porém, é patente a relação de subordinação mantida com os grandes produtores, através seja da produção, seja da comercialização ou do fornecimento da força de trabalho. Isto não significa duvidar, contudo, das melhores condições de vida dos produtores de uva.

Podemos aprofundar a reflexão sobre o caso dos produtores de uva do Setor Ocidental através da sua comparação com outro tipo de produtor, descrito por Lovisoló,⁴⁰ que é o agricultor capitalizado da comunidade de Cândido Godói (RS). São eles incomparavelmente mais capitalizados e modernizados do que os produtores de uva. Lá o produto principal - a soja - está inserido num importante mercado tanto interno como internacional. A uva tem, na melhor das hipóteses, um limitado mercado regional. Em Godói, se por um lado existe acumulação em meios de produção (totalmente dirigida pelo Estado tal como em São Vicente), por outro inexistem assalariados permanentes, ocorrendo apenas emprego temporário. A evolução das forças produtivas caminhou neste caso pela intensificação dos sistemas agrícolas em capital, o que gerou tempo ocioso para a mão-de-obra familiar que passa a desenvolver ainda outras atividades dentro da unidade produtiva. No caso dos produtores vicentinos o sistema agrícola ainda é fortemente intensivo de mão-de-obra, apesar da capitalização nos meios de produção. Por causa disto vai existir necessidade de assalariamento permanente, inclusive com moradores, nas pequenas propriedades. Isto estaria caracterizando a existência de relações capitalistas (apropriação de mais-valia) no interior da unidade familiar de produção. Algumas destas unidades, mesmo sendo pequenas, não operam com base em trabalho familiar, apoiando-se inteiramente em mão-de-obra assalariada. Aqui as forças produtivas evoluíram de forma diferente, criando-se o paradoxo (?) de que, numa área mais pobre, com mercados limitados para sua modesta produção obtida conforme sistemas agrícolas menos aperfeiçoados, existem relações capitalistas não verificadas no outro caso. Nesta situação é de se supor uma exploração ainda mais forte da mão-de-obra do que a realizada em caráter temporário em

⁴⁰ Lovisoló, op. cit., 1989.

Godói. Deve ser para isto levado em conta o passado da região em estudo, onde as antigas fazendas de café com seus moradores foram se fragmentando, gerando grande número de pequenas propriedades e, ao mesmo tempo, fortes contingentes de trabalhadores sem-terra, "homens livres" que se empregam nas fazendas, engenhos e também nas pequenas propriedades. Esta não é a história de Godói; não há aí o passado de latifúndio, *plantations* e moradores e sim uma sociedade de pequenos proprietários, na origem camponeses alemães e italianos.⁴¹

Além dessas transformações que significaram sucessivas reordenações do espaço no âmbito das Terras Altas, deve-se considerar outras, ocorridas fora dos seus limites mas que se realizaram com base na sua dinâmica interna. Há dois casos exemplares e que refletem diferentes perspectivas - da pequena e da grande produção - no processo de reprodução ampliada do capital, ainda que enormes diferenças os separem: o avanço usineiro em direção do tabuleiro paraibano e a marcha da pequena produção do Setor Ocidental sobre as terras vizinhas do Agreste de Natuba.

Na verdade, as usinas, ocupando terras muito distantes da sua área de origem, dão um salto compatível com a sua condição de grande empresa e este salto não deve ser medido apenas pela mencionada descontinuidade. A enorme quantidade de terra (algumas usinas possuem 50 000 ha, o que significa praticamente cinco vezes a área do Município de São Vicente Férrer!) e as importantes destilarias construídas na fase pioneira do PROÁLCOOL mostram também a sua natureza. Terras planas, mecanizáveis, significam de saída melhores condições de obtenção da renda diferencial I⁴² porque sua topografia, compensando a pobreza dos solos, está muito mais inserida no contexto atual da evolução tecnológica, componente importantíssimo da evolução das forças produtivas. Nesse contexto estão estabelecidas as condições de obtenção da renda diferencial II que decorre de investimentos em calagem, adubação e mecanização generalizada, que chega a incluir máquinas de cortar, eventualmente usadas em momentos de negociação salarial,

com o sentido de aumentar o poder de barganha da usina.

Fica claro que este movimento de reordenação é muito mais amplo, ligando-se à expansão geral da economia canavieira que, por um determinado momento de sua história, também passou e permanece pelas áreas onduladas das Terras Altas (bem como ocupou expressivas porções do Agreste da Paraíba e de Pernambuco). Retoma seu caminho em busca de espaços maiores e planos, chegando à Paraíba e ao Rio Grande do Norte, saltando as terras já tradicionalmente ocupadas do restante da Mata Pernambucana. O processo usineiro, a partir de Pernambuco, se realiza hoje nessas áreas do mesmo modo que o fez há 30 anos no tabuleiro alagoano.

O outro caso de reordenação que extrapolou os limites das Terras Altas pode ser visto no que ocorre atualmente a partir do Setor Ocidental em direção do Agreste de Natuba, onde se instalam pequenos produtores que se capitalizaram especialmente na cultura da uva. Consiste em mais um exemplo significativo de expansão de povoamento dos brejos para áreas vizinhas mais secas, revestindo-se além do mais de valor didático, pois que está em vias de realização.

Ilustra o fenômeno o caso de um produtor de Chã do Esquecido, dono de uma propriedade de 14 ha. Adquirindo terras na parte seca de Natuba, pratica uma pecuária menos extensiva. Numa área de 55 ha coloca 60 animais, na época chuvosa, e 30 na época seca, em pastos plantados com capim *buffel*. Construiu açudes em volta dos quais estão capineiras, armazenando a ração daí proveniente em silos trincheira. Tem realizado, ao mesmo tempo, experimentos com variedades de uva Itália vindas de Petrolina sob orientação da EMATER de Natuba.

Trata-se, sem dúvida, de um exemplo muito claro de mudanças nos sistemas agropastoris que redundam numa reordenação do espaço trazendo consigo alterações sensíveis na morfologia agrária. A explicação deste fato reside na área de procedência dos novos povoadores, tradicionalmente agrícola e onde predominam sistemas intensivos. Pela sua própria origem os produtores não podem reproduzir o esquema clássico prevalecente no

⁴¹ Sobre o assunto convém consultar Valverde, O. *Planalto meridional do Brasil*. Guia de Excursão nº 9, Rio de Janeiro, 1957 e Waibel, op. cit., 1958.

⁴² Entendemos, conforme Lovisolo, ser a renda diferencial I a que deriva de vantagens comparativas na esfera da produção (fertilidade e localização de terras), enquanto que a renda diferencial II decorre da aplicação de capitais e tecnologia. Lovisolo, op. cit., 1989, p.183.

Semi-Árido, onde o grande fazendeiro faz transportar seu gado na época mais seca para as serras porque nelas ainda há possibilidade de pastagens. A “serra” do pequeno produtor é o brejo onde está sua propriedade inteiramente ocupada com a produção agrícola; nesta “serra” o gado não chega. Dispondo de recursos financeiros não muito elevados, não pode comprar uma grande área: coerentemente trata de mudar-lhe o sistema pastoril.

O brejo deve ser compreendido como um ambiente onde as grandes culturas comerciais intensivas combinam-se com as pequenas culturas extensivas de moradores e pequenos proprietários fornecedores de força de trabalho. Este quadro de grandes culturas ávidas de mão-de-obra e, por conseguinte, de famílias numerosas e com pouca terra, resulta numa demografia própria dos brejos, onde é marcada a superpopulação relativa e o conseqüente extravasamento para as áreas vizinhas.

É muito importante, assim, que nos demoremos na reflexão a respeito das relações destes dois espaços contíguos. O quadro descrito para o brejo tende a se reproduzir, de forma adaptada, porém, na área mais seca vizinha. Este caso não é o único, no entanto. Ao contrário, e por isso o exemplo é importante, ele é correlato às situações representadas no Agreste de Esperança (PB), tão bem analisado por Prost⁴³ e no Brejo da Madre de Deus (PE).

No primeiro caso a expansão do povoamento a partir do Brejo Paraibano resultou numa marcada transformação de parte da vizinha região do Curimataú. Surge em lugar da tradicional fazenda de pecuária extensiva uma paisagem de Agreste muito mais densamente povoada do que o comum desta região. Aí, em pequenas propriedades em torno de 10 ha, ainda se produz, conforme sistema agrícola intensivo, a batata-inglesa que substituiu a cultura mais antiga de mandioca.

No segundo caso, conforme nossas observações de campo, a influência do brejo sobre a área semi-árida do Município de Brejo da Madre de Deus se realiza num movimento de descida da horticultura da cenoura, inicialmente cultivada nas áreas de brejo como alternativa de cultura comercial à lavoura cafeeira, então decadente. A origem desta horticultura liga-se ao brejo; mas a ampliação contínua do mercado representado por Recife

e depois por outras capitais nordestinas fez com que esta produção tivesse que ser aumentada e estendida ao longo de todo o ano. A época das chuvas, no entanto, dificultava esta cultura e sua expansão em grande escala só se tornou possível nas terras semi-áridas da depressão de Fazenda Nova, no sopé do brejo. Aí a paisagem que reflete a forma clássica da pecuária extensiva está longe de se apresentar tão transformada como no caso do Agreste de Esperança. Evidencia, entretanto, a mudança materializada ainda que de forma pontual nas bordas de açudes ou de forma grosseiramente linear ao longo de alguns baixios importantes onde foram organizados grandes conjuntos de canteiros de cenoura irrigada.

A originalidade das Terras Altas, calcada na sua diversidade, manifesta-se também pelo fato de aí existir um brejo, ele próprio tendo caráter muito particular: localiza-se num alinhamento de aproximadamente 40 km que se estende com direção leste-oeste, desde a Zona da Mata de Pernambuco até o Agreste de caatinga já em terras da Paraíba.

Pensamos os brejos não apenas como “linhas úmidas”, importantes zonas produtoras de alimentos para as áreas secas vizinhas. Além de considerar que nem sempre os brejos identificam-se com “ilhas”, como bem ilustra o objeto do presente trabalho - uma “península” talvez -, buscamos entendê-los como fruto diversificado de um processo histórico geral que, por conta de condições naturais específicas, gerou processos locais muito próprios, levando à sua diferenciação das áreas vizinhas.

O Brejo de São Vicente é dominado pela mata úmida do tipo pluvionebular à qual estão associados solos típicos como os podzólicos e os latossolos. Estas condições, ligadas à altitude e acidentação do relevo, caracterizam plenamente um ambiente de brejo. Pelo seu contato com a Zona da Mata assume, no entanto, um caráter original. Limitando-se nos seus extremos (leste e oeste) com ambientes naturais e formas de ocupação muito diversas, adquire a feição típica de brejo muito mais do lado ocidental do que a leste. Aqui, apesar das condições ambientais serem semelhantes às do conjunto, a menor altitude e acidentação do relevo relacionam-se com a marcante influência da zona canavieira, daí resultando uma paisagem muito mais identifi-

⁴³ Prost, G. O agreste de esperança. A fronteira Cariri-Agreste de Esperança. *Revista Brasileira de Geografia*, 1968.

cada com a mata do que com o brejo. Isto nos remete à questão se esta área é efetivamente um brejo ou um simples prolongamento elevado da Mata, hoje ocupado com canaviais. Ambiente natural e história estão indissolivelmente ligados e, assim, somos novamente remetidos à conceituação de brejo como um conjunto de interações onde a especificidade das condições naturais corresponde, sem sombra de dúvida, uma especificidade das formas de ocupação que se diferenciam das regiões vizinhas.

No brejo, as condições naturais mais hostis para o cultivo da cana-de-açúcar por conta da acidentação do relevo e o fato de terem sido elas as últimas áreas a serem ocupadas resultaram na formação de uma economia e de uma sociedade de senhores de engenho muito típica e diferenciada daquela da Mata, disto constituindo exemplo clássico o Brejo Paraibano onde se destacou Areia, berço de uma verdadeira aristocracia rural. Apesar da sua importância, tais engenhos produziam muito menos riqueza do que os da Mata, diferenciando-se não só pelo menor volume produzido e pelo tipo de produto (açúcar de pior qualidade, rapadura e aguardente) mas também pelo mercado a que se destinava à produção (Agreste e Sertão).

Outro exemplo clássico de especificidade de ocupação dos brejos é o de que eles foram as únicas áreas produtoras de café no Nor-

deste e isso se deveu às suas condições naturais, compatíveis com as de "Tierra Templada".

O Brejo de São Vicente, com suas grandes propriedades e agricultura intensiva, sempre apoiada na pequena produção, muito numerosa, viu passar ao longo de sua história a economia dos engenhos, o ciclo do café e agora os bananais. Foi palco de sucessivas fragmentações fundiárias e formação de inúmeros minifúndios convivendo com fazendas e engenhos, caracterizando uma situação clássica dos brejos. Não é, assim, por acaso que se pode falar de uma demografia específica de brejo, de altas densidades e tradicionalmente marcada pelas migrações as quais se acentuam fortemente na medida em que tais áreas são afetadas pelo fenômeno relativamente recente da reconcentração de terras.

A pesquisa corrobora, enfim, o fato de que ao pensarmos na abordagem das relações entre espaços diferenciados não podemos, em momento algum, negligenciar a questão da escala. Sua menor extensão não nos autoriza a considerar o brejo simplesmente como uma "área de exceção",⁴⁴ uma espécie de "corpo estranho" num organismo maior, mas sim, ao contrário, como um conjunto integrado e que tem, como qualquer outro, uma forma peculiar de se relacionar organicamente com os espaços vizinhos.

BIBLIOGRAFIA

- Ab'SÁBER, A. N. Os sertões: a originalidade da terra. *Ciência Hoje*, v. 3, n. 18, maio/jun. de 1985, SBPC, Rio de Janeiro.
- ANDRADE, B. X. (Coord.). *Migrações sazonais no Nordeste*. SUDENE/UFPE, Recife, 1981. (Série População e Emprego, 11).
- ANDRADE, G. O., LINS, R. C. *Introdução à morfoclimatologia do Nordeste do Brasil*. XVII Congresso Nacional de Geologia, Recife, SUDENE, 1963.
- ANDRADE, M. C. de. O vale do Siriji. Separata da *Revista do Museu do Açúcar*. Ano IV, v. 2, n. 6, Recife, 1971.
- _____. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo, Brasiliense, 1963.
- _____. *História das usinas de açúcar de Pernambuco*. 1. FUNDAJ, Recife, Massangana, 1989. (Série República, n. 1).
- ANDRADE NETO, J. C. X. *O estado e a agroindústria canavieira no Nordeste Oriental: modernização e proletarianização*. Recife, 1990. Tese de Doutorado. (mimeo).
- BOTTOMORE, T. (Org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1988.
- BRAGA, R. *Plantas do Nordeste, especialmente do Ceará*. 4 ed. Natal, Editora Universitária. UFRN, (Coleção Mossoroense. v. CCCXV). s/d.

⁴⁴ Lins, R. C. (Coord.). As áreas de exceção do agreste de Pernambuco. SUDENE/PSU/SRE - 1989.

- CARTA do Estado de Pernambuco. 1:600 000. Rio de Janeiro, IBGE, 1970.
- CARTA do Estado da Paraíba. 1:500 000. Rio de Janeiro, IBGE, 1972.
- CENSO DEMOGRÁFICO. Estado de Pernambuco. 1960, 1970 e 1980, Rio de Janeiro, IBGE.
- CENSO AGROPECUÁRIO. Estado de Pernambuco. 1960, 1970 e 1980, Rio de Janeiro, IBGE.
- GALLI, F. (Coord.). Manual de fitopatologia, v. II - doenças das plantas cultivadas. São Paulo, Ed. Agronômica Ceres Ltda., 1980.
- GALLO, D. et al. Manual de entomologia agrícola, 2 ed. São Paulo, Editora Agronômica Ceres Ltda., 1988.
- GRABOIS, J., SILVA, M. J. O brejo de Natuba: estudo da organização de um espaço periférico. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, 53 (2), p. 33-62, abr./jun. 1990.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo, HUCITEC, 1980.
- HEREDÍA, B. M. A. *Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canieira em Alagoas*. São Paulo, Marco Zero, MCT/CNPq (Brasília), 1988.
- LIMA, D. A. *Estudos fitogeográficos de Pernambuco*. IPA. 2 ed. Recife, 1960.
- LINS, R. C. *Áreas de exceção do agreste de Pernambuco*. Recife, SUDENE, 1989. (Série Estudos Regionais, n. 20).
- LOVISOLO, H. R. *Terra, trabalho e capital*. Produção familiar e acumulação. UNICAMP, Campinas, 1989.
- MELO, M. L. *O açúcar e o homem*. IJNPS, Recife, 1975.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA/SUDENE. Levantamento exploratório - Reconhecimento dos solos do Estado de Pernambuco. Recife, SUDENE, 1972.
- MOREIRA, R. S. *Banana: teoria e prática de cultivo*. Campinas, Fundação Cargill, 1987.
- NIMER, E. *Climatologia do Brasil*. SUPREN. Rio de Janeiro, IBGE, 1979.
- OLIVEIRA, A. U. de. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo, Ática, 1986.
- PRADO JR., C. A questão agrária no Brasil. São Paulo. Brasiliense, 1979.
- PROST, G. O agreste de esperança. A fronteira Cariri-Agreste de Esperança. *Revista Brasileira de Geografia*, XXX, n. 3, Rio de Janeiro, IBGE, 1968.
- SANTOS, J. V. T. *Colonos do vinho*. Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo, HUCITEC, 1978.
- SUDENE. *Carta escala 1:100 000*. Folhas LIMOEIRO e SAPÉ, 1972.
- _____. *Carta imagem de radar escala 1:100 000*. Folha SURUBIM, 1984.
- TRICART, J. *Cours de géographie humaine*. Fascicule I - L' habitat rural. 2. ed., CDU, Paris, 1956.
- VALVERDE, O. O uso da terra no leste da Paraíba. *Revista Brasileira de Geografia*, XVII (1), Rio de Janeiro, IBGE, 1955.
- _____. Planalto meridional do Brasil. Guia de Excursão nº 9 do XVIII Congresso Internacional de Geografia. CNG, Rio de Janeiro, 1957.
- _____. O noroeste da mata pernambucana. (A região de Timbaúba). Separata do *Boletim Carioca de Geografia* n. 1 e 2, ano XIII. Rio de Janeiro, 1961.
- _____. *Estudos de geografia agrária brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1984.
- VOLSKY, V. La Géographie Économique. *Revue Internationale de Sciences Sociales*, v. XXIV, n. 1, Paris, UNESCO, 1972.
- WAIREI, I. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE, 1958.

RESUMO

Este estudo de caso visou a contribuir para generalizações mais seguras a respeito da realidade agrária nordestina. Seu objetivo essencial foi o de estudar um espaço que representa uma transição entre o Agreste e a Mata, no norte de Pernambuco, e que tem, por conta da existência de um brejo, um caráter de marcada complexidade. Procurou-se analisar, nesse momento de crise que afeta particularmente a lavoura canavieira, as suas interações com as demais atividades agrárias, como a cultura da banana, a pecuária, a viticultura e a produção de alimentos, sem negligenciar-se as relações entre essas últimas. Buscou-se compreender que transformações se realizam nessa economia agrária e como elas se ligam às relações de trabalho, à estrutura fundiária e aos sistemas agrícolas.

O trabalho está dividido em duas partes, tratando a primeira da caracterização e da definição dos subespaços do que denominamos Terras Altas, visando a um conhecimento mais aprofundado das transformações que essa região sofreu ao longo do tempo. Liga-se, assim, à segunda parte, onde se abordam as diversas etapas da evolução da economia agrária local, que se cristalizam em sucessivas reordenações espaciais, cuja análise considera-se como eixo principal do trabalho.

RESUMÉ

Cette étude de cas a permis de contribuer à la compréhension de connées générales sur la réalité agraire du Nordeste. L'objectif essentiel a consisté à étudier un espace de transition entre l'"Agreste" et la "Mata" du nord du Pernambouc et qui presente une grande complexité en fonction de l'existence d'un "brejo" (houtes terres humides). On a tenté l'analyse, dans une conjoncture de crise qui affecte particulirement la production de canne-à-sucre, des relations que cette culture maintient avec celles de la banane, de la vigne, des aliments et avec l'élevage, comme aussi des relations entre chacune de ces productions. On a cherché à comprendre les transformations de cette économie agraire et leurs liens avec les relations de travail, la structure foncire et les systmes agricoles.

L'étude est divisé en deux parties: la premiere traite de la definition et de la caracterisation des sous-espaces de l'espace que nous avons appelé Terres Hautes afin d'approfondir l'analyse des transformations que cette région a connues. Ainsi, en seconde partie on aborde les diverses étapes de l'évolution de l'économie agraire locale, au cours desquelles se cristalisent diverses reorganisations spatiales dont l'analyse est le principal axe du travail.